UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

KARLA MARÍA SALAZAR SÁNCHEZ

NOTÍCIAS SOBRE CRIMES E PUNITIVISMO:

uma abordagem experimental

Recife

2019

KARLA MARÍA SALAZAR SÁNCHEZ

NOTÍCIAS SOBRE CRIMES E PUNITIVISMO:

uma abordagem experimental

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Área de concentração: Política comparada

Professora orientadora: Profª. Drª. Nara Pavão

Recife

2019

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S161n Salazar Sánchez, Karla María.
Notícias sobre crimes e punitivismo : uma abordagem experimental / Karla María Salazar Sánchez. – 2019.
101 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Profª. Drª. Nara Pavão.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Recife, 2019.
Inclui referências e apêndices.

1. Ciência Política. 2. Crime. 3. Comunicação de massa e crime. 4. Notícias. 5. Emoções. I. Pavão, Nara (Orientadora). II. Título.

320 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2019-060)

KARLA MARÍA SALAZAR SÁNCHEZ

NOTÍCIAS SOBRE CRIMES E PUNITIVISMO:
uma abordagem experimental

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Aprovada em: 21/02/2019.

BANCA EXAMINADORA

_____
Profª. Drª. Nara Pavão (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profº. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Júnior (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profº. Dr. Ryan Samuel Lloyd (Examinador Externo)
Universidade de São Paulo

A mami y a papi,

por su amor infinito e incondicional

AGRADECIMENTOS

Eu sonhei por muito tempo com estudar fora do país, mas quando a minha história no Brasil começou, eu entendi que não era apenas um projeto acadêmico, se não uma aventura pessoal que ia me marcar para sempre. Hoje, ao finalizar esta etapa, só posso estar agradecida com a vida pelo privilégio de vivê-la desde outra latitude, outra cultura, outra gente, e outros ventos carregados de amor, abraços, risos e algumas dificuldades que fizeram de mim uma pessoa mais forte e sensível ao mesmo tempo. Mas, como se agradece com palavras aquilo que fica inscrito no coração? Não será suficiente, mas vamos lá tentar....

Primeiro à minha mãe e ao meu pai por terem me acompanhado neste caminho cheio de satisfações e surpresas. A distância foi difícil, mas foi também nossa aliada para nos aproximar ainda mais e sentir a cada dia o amor mais profundo e o suporte incondicional. Esta conquista é de vocês também. A Pablo e a Silvia muito obrigada pelo amor e o apoio nas loucuras desta caçula, obrigada por estar sempre ali. Não esqueço a minha família extensa, sempre pendentes de mim. Muito obrigada pelas atenções e o amor.

A Marce, a Machita, a Sele e a mim o mestrado nos deixou, além de incontáveis minutos de ligações, áudios e mensagens, a certeza de que nossa amizade transcende fronteiras e que o importante é estar ali, seja onde for.

A Dani Sampaio e a Ana Carolina, agradeço-lhes o carinho e a empatia mostrada desde um início. Se aproximar e se importar comigo foi uma das coisas mais importantes que me aconteceram neste processo. Igualmente a Felipe, a Lillian, a Mariana, a Laís, a João e a Fidel, agradeço-lhes por ser parte desta linda história no Brasil. Nas aulas e nas barraquinhas sempre mostraram carinho e acolhimento (e paciência para explicar cada piada que a gringa não entendia). Muito obrigada, minha gente! Vocês sempre serão meus brasileiros favoritos.

A Vero, a Dilson, a Ana Caro e a Vivi, quero dizer que meu abraço sempre estará disponível, assim como vocês sempre tiveram um para mim. Cada papo, cada saída, cada alegria, todos esses momentos são parte das minhas melhores experiências no Brasil.

Agradeço de forma especial à prof. Nara Pavão. Ouvir as palavras “você pode”, em nossa primeira reunião, foi, provavelmente, a orientação mais importante durante esta dissertação. Muito obrigada pela sua sensibilidade, seu interesse e seu rigor que demandou meu maior esforço sempre.

Finalmente, agradeço a Jason Radford, de Volunteer Science, pelo apoio para o desenvolvimento dos experimentos; a Olmer Núñez por sua paciência e disposição para me apoiar com as análises estatísticas; à Organização dos Estados Americanos e ao Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, que deram o suporte econômico para que este trabalho fosse possível, e ao Departamento de Ciência Política, assim como à Universidade Federal de Pernambuco por ser minha nova casa de ensino superior.

RESUMO

Por que as pessoas assumem posturas punitivas? Eu desenvolvo e testo empiricamente dois argumentos para responder essa pergunta. O primeiro deles é que os *framings* utilizados nas notícias sobre crimes afetam o nível de punitivismo nas pessoas. Assim, estabeleço que o tipo de *framing* episódico faz com que a população mostre posturas punitivistas, pois atribui, implicitamente, a responsabilidade a indivíduos de forma particular. Segundo, argumento que o efeito do *framing* episódico sob o punitivismo acontece, pelo menos em parte, pela aversão que esse tipo de notícias gera nas audiências. Nesse sentido, é plausível prever que um *framing* episódico, ao apresentar informação sobre uma ruptura das normas sociais com atribuições individualistas implícitas, desencadeie aversão na população. Essa emoção, ao constituir uma avaliação moral com o objetivo de vingar, faria com que as pessoas assumissem posturas repressivas. As hipóteses foram testadas mediante uma abordagem experimental com dois casos de estudo: Costa Rica e Brasil. Os resultados do caso costarriquenho permitem confirmar, exclusivamente com mulheres e pessoas brancas, a hipóteses do efeito dos *framings* episódicos nas emoções e no punitivismo. Já o caso brasileiro apresenta uma dinâmica diferente que não foi possível explicar com os argumentos teóricos levantados neste estudo e, portanto, abre novas perguntas de pesquisa. Entre as contribuições do estudo, duas se destacam. Primeiro, os achados fornecem elementos empíricos para discutir o papel das notícias sobre crimes e as emoções no punitivismo. Segundo, aporta evidência de dois países latino-americanos com altos níveis de violência sobre um fenômeno que tem sido tradicionalmente estudado em países desenvolvidos.

Palavras-chaves: Punitivismo. Emoções. *Framing* das notícias.

RESUMEN

¿Por qué las personas asumen posturas punitivas? Para responder esa pregunta, desenvuelvo e pruebo empíricamente dos argumentos. Primero, que los *framings* utilizados en las noticias sobre crímenes afectan el nivel de punitivismo de las personas. Así, establezco que el tipo de *framing* episódico hace que la población muestre posturas punitivas porque atribuye, implícitamente, la responsabilidad a individuos particulares. Segundo, argumento que el efecto del *framing* episódico sobre el punitivismo sucede, al menos en parte, por la aversión que ese tipo de noticias genera en las audiencias. En ese sentido, es plausible prever que un *framing* episódico, al presentar información sobre una ruptura de las normas sociales con atribuciones individualistas implícitas, desencadene aversión en la población. Esa emoción, al constituir una evaluación moral con el objetivo de venganza, haría que las personas asumiesen posturas represivas. Las hipótesis fueron puestas a prueba mediante un abordaje experimental con dos casos de estudio: Costa Rica y Brasil. Los resultados del caso costarricense permiten confirmar, exclusivamente con las mujeres y las personas blancas, la hipótesis del efecto de los *framings* episódicos sobre las emociones y el punitivismo. Por otra parte, el caso brasileño presenta una dinámica diferente que no fue posible explicar con los argumentos teóricos planteados en este estudio y, por lo tanto, abre nuevas preguntas de investigación. Entre las contribuciones del estudio sobresalen dos. Primero, los resultados ofrecen elementos empíricos para discutir el rol de las noticias sobre crímenes y las emociones en relación con el punitivismo. Segundo, aporta evidencia de dos países latinoamericanos con niveles altos de violencia sobre un fenómeno que ha sido tradicionalmente estudiado en países desarrollados.

Palabras clave: Punitivismo. Emociones. *Framing* de noticias.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Teoria da Inteligência Afetiva 26
Figura 2 – Representação gráfica do teste das hipóteses para o caso da Costa Rica, contraste framing episódico X temático 55
Figura 3 – Representação gráfica do teste das hipóteses para o caso do Brasil, contraste framing episódico X temático 65
Figura 4 – Representação gráfica do teste das hipóteses para o caso da Costa Rica, contraste framing episódico X controle 97
Figura 5 – Representação gráfica do teste das hipóteses para o caso da Costa Rica, contraste framing temático X controle 97
Figura 6 – Representação gráfica do teste das hipóteses para o caso do Brasil, contraste framing episódico X controle 101
Figura 7 – Representação gráfica do teste das hipóteses para o caso do Brasil, contraste framing temático X controle 101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição das variáveis moderadoras para Costa Rica 44
Gráfico 2 – Distribuição dos indicadores de punitivismo 45
Gráfico 3 – Distribuição das emoções.....46
Gráfico 4 – Teste da hipótese do efeito geral, Costa Rica.....47
Gráfico 5 – Teste de efeitos heterogêneos na Costa Rica por sexo.....50
Gráfico 6 – Teste de efeitos heterogêneos na Costa Rica por raça 51
Gráfico 7 – Distribuição das variáveis moderadoras para Brasil 58
Gráfico 8 – Distribuição dos indicadores de punitivismo 59
Gráfico 9 – Distribuição das emoções.....59
Gráfico 10 – Teste da hipótese do efeito geral, Brasil 60
Gráfico 11 – Teste de efeitos heterogêneos segundo a vitimização no Brasil 62
Gráfico 12 – Teste de efeitos heterogêneos segundo a percepção de segurança no Brasil 63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tamanho da amostra por país e por condição de manipulação 36
Tabela 2 – Perfil sociodemográfico da amostra por país 36
Tabela 3 – Modelos de regressão ordinal para explicar atitudes e predisposição comportamental com orientação punitiva, *framing* episódico X temático 49
Tabela 4 – Modelos de regressão dos efeitos do *framing* episódico sob posturas punitivas e emoções no caso das mulheres 53
Tabela 5 – Modelos de regressão da aversão sob posturas punitivas no caso das mulheres 54
Tabela 6 – Modelos de regressão linear sob posturas punitivas no caso das mulheres 54
Tabela 7 – Modelos de regressão dos efeitos do *framing* episódico sob atitudes punitivas e emoções no caso das pessoas brancas 54
Tabela 8 – Modelos de regressão da aversão sob atitudes punitivas no caso das pessoas brancas 54
Tabela 9 – Modelos de regressão linear sob atitudes punitivas no caso das pessoas brancas 55
Tabela 10 – Modelos de regressão ordinal para explicar atitudes e predisposição comportamental com orientação punitiva, *framing* episódico X temático 61

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 QUADRO TEÓRICO 16

2.1 O punitivismo: uma resposta sociopolítica à criminalidade 18

2.2 Os *framings* das notícias: um recorte particular da realidade 20

2.3 Qual o mecanismo causal do efeito *framing?* 22

2.4 Notícias, emoções e punitivismo: o ponto de encontro 28

2.4.1 Potenciais moderadores dos efeitos dos framings 31

3 DESENHO DE PESQUISA 33

3.1 Amostra e estratégia de coleta de dados 35

3.2 Operacionalização de variáveis e instrumentos 37

3.2.1 Manipulação dos framings das notícias 37

3.2.2 Escala de emoções 39

3.2.3 Mensuração de punitivismo 40

3.3 Aspectos éticos 41

4 ANÁLISES EMPÍRICO E RESULTADOS 43

4.1 Costa Rica 43

4.1.1 Análise descritiva 43

4.1.2 Teste da hipótese do efeito geral 47

4.1.3 Teste de efeitos heterogêneos 49

4.1.4 Teste da hipótese do mecanismo causal 52

4.1.5 Resumo dos principais achados da Costa Rica 55

4.2 Brasil 57

4.2.1 Análise descritiva 57

4.2.2 Teste da hipótese do efeito geral 60

4.2.3 Teste de efeitos heterogêneos 61

4.2.4 Resumo dos principais achados do Brasil 64

5 CONCLUSÕES 66

REFERÊNCIAS 72

APÊNDICE A - Material complementar do desenho de pesquisa 80

APÊNDICE B - material complementar dos resultados da Costa Rica 93

APÊNDICE C - material complementar dos resultados do Brasil 98

1 INTRODUÇÃO

O punitivismo pode ser entendido como uma resposta social diante a problemática da criminalidade (GARLAND, 2000), caracterizada principalmente pelo apoio a medidas mais severas (ARMSBORST, 2017). No entanto, o dilema a respeito é que, se a punição é necessária, o excesso pode ser perigoso. Em outras palavras, posicionamentos muito repressivos expressados, por exemplo, em políticas criminais de "linha dura" têm evidenciado ser ineficientes em diferentes países latino-americanos e, inclusive, têm sido associadas com um incremento da violência (PNUD, 2013). Além disso, no âmbito individual, as atitudes punitivas podem levar às pessoas não apenas a exercer pressão sob a agenda política, se não também a apoiar práticas ariscadas e extralegais, como os atos de justiça com as próprias mãos (ZIZUMBO, 2017).

Diante deste panorama, resulta indispensável entender quais fatores podem levar as pessoas a assumirem essas posturas punitivas. Umas das explicações mais salientes na literatura são as notícias sobre crimes, lembrando que a América Latina é uma das regiões mais violentas do mundo (SINGER, 2017) e, portanto, as notícias sobre violência são parte da cotidianidade (ROSENBERGER & CALLANAN, 2011). Mais especificamente, a evidência empírica assinala que os recortes particulares que as notícias fazem da realidade podem ter efeitos diferentes nas pessoas. Sob esta perspectiva, a teoria do *framing*[1] (IYENGAR, 1990) fornece elementos para compreender como os meios de comunicação transmitem a informação de forma enviesada e com atribuições causais implícitas. Assim, a audiência processaria a informação e tenderia a conceituar as problemáticas associando-as a causas e soluções individuais ou sociais, segundo o *framing*.

No entanto, para além dessa interpretação da influência dos *framings*, pesquisas recentes têm destacado o papel das emoções na compreensão dos efeitos das notícias. Nesse sentido, a aversão tem sido associada com o punitivismo, ao ser considerada uma forma de avaliação moral provocada pela ruptura da norma social (BANG, 2010; MARCUS, 2017; HAIDT, 2003). Porém, a evidência existente não é conclusiva e, pelo contrário, aponta a necessidade de mais investigação, não só para a compreensão teórica, como também para uma mensuração das emoções mais precisa.

[1] A palavra *framing* refere-se ao enquadramento das notícias, assim, neste trabalhado se utiliza a palavra em inglês por sua precisão para se referir à teoria aqui utilizada.

Mas, como exatamente funciona a interação entre os *framings* das notícias sobre crimes, as emoções e as posturas punitivas? Em que ponto convergem esses três elementos e como os dois primeiros levariam às pessoas assumirem atitudes e comportamentos repressivos? Eu argumento que as notícias sobre crimes com *framings* episódicos – aqueles que transmitem a informação sem contexto – levariam a uma compreensão limitada da problemática na qual atribuem, implicitamente, a responsabilidade a indivíduos específicos. Assim, o problema se resolveria com medidas punitivas focadas nos criminosos, e não como uma situação social que precisa de uma intervenção estatal integral e com perspectiva preventiva. Ao contrário, os *framings* temáticos – aqueles que transmitem a informação mais contextualizada – fariam com que as pessoas compreendessem a problemática para além dos indivíduos particulares, levando em consideração as circunstâncias sociais que causam o fenômeno da criminalidade e, portanto, tenderiam a apoiar medidas menos punitivas para resolver a questão.

Além disso, estabeleço que as emoções, e mais especificamente a aversão, estariam funcionando como mecanismo causal nessa relação. Em outras palavras, argumento que o *framing* episódico geraria aversão na audiência porque, além de apresentar uma ruptura da norma social, o faz de forma descontextualizada e individualista, salientando os criminosos como únicos responsáveis pelo problema. Isto, por sua vez, faria com que as alternativas para resolver a problemática sejam centradas nos indivíduos e estejam carregadas pelo desejo de vingança que caracteriza a aversão, ou seja, opções punitivistas.

Para testar empiricamente os argumentos, desenvolvo dois experimentos online, um na Costa Rica com 268 participantes e outro no Brasil com 340 sujeitos. Cada experimento consiste em um questionário online no qual as pessoas são expostas a uma notícia fictícia sobre um crime. Assim, de forma randomizada, um grupo recebe uma notícia com um *framing* episódico, outro com um *framing* temático, enquanto que o grupo controle não recebe o estímulo. Além disso, apresento uma série de perguntas sobre punitivismo, emoções e outras variáveis moderadoras do efeito esperado.

Em congruência com as expectativas teóricas, os achados do caso costarriquenho evidenciam que os *framings* episódicos estão associados a posturas mais punitivas, assim como a níveis mais altos de aversão em comparação com o *framing* temático. No entanto, esses resultados são confirmados exclusivamente para as mulheres e as pessoas que se autodefinem brancas, evidenciando a importância do gênero e da raça como variáveis moderadoras dos efeitos aqui estudados. Por sua parte, no caso brasileiro não é possível confirmar as hipóteses,

com a exceção da influência do *framing* episódico sob a predisposição de participar em atividades políticas com o objetivo de reduzir a violência. Logo, para além de oferecer respostas, o Brasil abre novos questionamentos sobre as dinâmicas punitivas no seu contexto.

Para finalizar, é importante destacar que o presente estudo oferece informação inédita de dois países em desenvolvimento sobre o fenômeno punitivista, o qual tradicionalmente tem sido estudado sob o foco de teorias estadunidenses e europeias. Assim, a pesquisa não apenas contribui para uma melhor compreensão teórica do papel dos *framings* das notícias e as emoções no punitivismo, ela também permite contextualizar os achados à realidade de dois casos latino-americanos com altos níveis de violência.

Esta pesquisa está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo, exponho os aspectos teóricos que fundamentam o estudo; no segundo, apresento o desenho da pesquisa; no terceiro, mostro os resultados; e, no quarto, discuto os achados, as limitações do estudo e as futuras linhas de investigação à luz da nova evidência.

2 QUADRO TEÓRICO

"…to have emotions may be an essential part of the very ability to reason…"
(Marcus, 2017).

Por que as pessoas assumem posturas punitivas? Num contexto de violência como o latino-americano, onde a criminalidade é considerada uma epidemia (SINGER, 2017) e no qual acontece 33% do total dos homicídios do mundo (JAITMAN, 2017), não é de surpreender que o crime seja parte do cotidiano. Inclusive, a criminalidade é considerada um dos principais problemas dos países em desenvolvimento (PEW RESEARCH CENTER, 2014) e também uma das principais preocupações da população em geral (LUPU, 2017). Quer dizer, é uma constante que faz parte do dia a dia e da opinião pública e, inevitavelmente, constrói discursos ao redor disso.

Essa atenção por parte da população é razoável porque a violência e a criminalidade constituem uma problemática que tem custos importantes no âmbito individual, social, econômico e político. Por exemplo, há aproximações que indicam que na América Latina e no Caribe (ALC) os gastos por conta da violência são aproximadamente o 3,5%[2] do PIB da região (JAITMAN, 2017). Já em termos mais qualitativos, a violência pode se refletir na redução de anos de vida produtiva e de capital social, na dissuasão do investimento, na fuga de capitais e de cérebros, na perda da confiança pública e em geral na desconfiança na democracia (JAITMAN, 2017). Inclusive, é possível assinalar que o crime afeita potencialmente a democracia tanto por ações abusivas diretas dos Estados, mas também pela desconfiança que gera nos indivíduos na capacidade dos governos para resolver a problemática (KRAUSE, 2014).

É precisamente nessa interseção entre o sociopolítico e o individual que torna-se relevante o estudo do punitivismo, entendido simplesmente como a tendência a apoiar políticas criminais muito severas (ARMBORST, 2017). Em termos concretos, uma população que assuma atitudes e comportamentos muito repressivos para confrontar e reduzir a criminalidade, representa um risco para o monopólio estatal do uso legítimo da força com a finalidade de manter ou restaurar a segurança (ZIZUMBO, 2017). De fato, o Barômetro das Américas de 2014 evidencia que, em média, 31,55% da população da ALC apoia o uso da justiça com as próprias mãos quando o Estado não pune os criminosos (LAPOP, 2014). Esses números são

[2] Uma porcentagem importante levando em consideração que segundo o Banco Mundial o gasto em educação é de 5,33% do PIB (https://datos.bancomundial.org/indicador/SE.XPD.TOTL.GD.ZS?locations=ZJ).

ainda mais alarmantes ao saber que quanto mais apoio às práticas como vigilantismo, mais poderia aumentar a participação nesse tipo de organizações e, portanto, propiciar terras férteis para acrescentar o poder de tais grupos (ZIZUMBO, 2017).

Portanto, diante da gravidade das potenciais consequências do punitivismo, acadêmicos de diferentes áreas de estudo têm dado atenção ao fenômeno para compreender o que leva as pessoas a assumirem uma postura punitivista e, produto desse esforço, tem se identificado os meios de comunicação como um dos fatores causais. Isso faz sentido ao considerar que as notícias sobre crimes são parte importante do cotidiano e abrangem entre um quinto até um terço do total de temas abordados nos noticiários (ROSENBERGER & CALLANAN, 2011). No entanto, o efeito das notícias nas opiniões políticas depende do tipo de *framing* — entendido como uma forma de selecionar e enfatizar certos aspectos de uma situação, com o fim de promover uma compreensão ou definição particular do problema (CAVENDER, 2004; MCGINTY ET AL., 2016; BIRKETT, 2014) — utilizado pelos meios de comunicação (IYENGAR, 1990). De fato, o medo gerado pelas notícias pode ser utilizado como ferramenta política para acrescentar o apoio público (GRAZIANO & PERCOCO, 2016; KLECK & JACKSON, 2017), e exercer pressão para suscitar uma agenda política com orientação mais repressiva.

Neste trabalho eu desenvolvo e testo empiricamente dois argumentos. Primeiro, que os *framings* utilizados nas notícias sobre crimes afetam o nível de punitivismo nas pessoas. Mais especificamente, estabeleço que os *framings* episódicos – aqueles que apresentam a informação em termos de experiências pessoais e sem contexto (IYENGAR, 1990; IYENGAR, 2005) – fazem com que a população mostre posturas mais repressivas, pois apresentam a problemática da criminalidade de forma tal que atribuem, implicitamente, a responsabilidade a indivíduos particulares. Enquanto que os *framings* temáticos – aqueles que mostram os assuntos com mais contexto e a partir de tendências gerais (IYENGAR, 1990; IYENGAR, 2005) – levariam as pessoas a terem níveis menores de punitivismo porque as atribuições causais são sociais e, portanto, as medidas para confrontar a problemática também transcendem o nível individual refletido no punitivismo.

Segundo, argumento que o efeito do *framing* episódico sob o punitivismo acontece, pelo menos em parte, pela aversão que esse tipo de notícias gera nas audiências. Em outras palavras, partindo da teoria do *framing* (IYENGAR, 1990) e da teoria da inteligência afetiva (MARCUS, NEUMAN & MACKUEN, 2015), é plausível prever que um *framing* episódico, ao apresentar

informação sobre uma ruptura das normas sociais com atribuições individualistas implícitas, desencadeia aversão na população. Essa emoção, por sua vez, ao constituir uma avaliação moral direcionada a pessoas específicas com o objetivo de vingar ou punir, faria com que as pessoas assumissem posturas mais repressivas direcionadas aos violadores da ordem social.

Neste capítulo, desenvolvo as questões teóricas que dão suporte ao meu argumento, sendo que, na primeira parte, apresento uma revisão do punitivismo focada particularmente na dimensão atitudinal do conceito e seu correspondente desdobramento comportamental. Além disso, discuto sobre as implicações das notícias sobre crimes e como são uma explicação plausível nas análises de posturas punitivas. Finalmente, sustento meu argumento explicando as emoções como mecanismo psicológico subjacente ao dito efeito e estabeleço as hipóteses do estudo.

2.1 O punitivismo: uma resposta sociopolítica à criminalidade

O punitivismo refere-se à reação social diante o comportamento criminal (GARLAND, 2000), caracterizada principalmente pela tendência a apoiar políticas criminais mais severas (ARMBORST, 2017). Em outras palavras, as posturas punitivas estão mais orientadas a impor justiça retributiva no lugar de medidas restaurativas[3] (WIDZIO, 2007, apud ARMSBORST, 2017).

Por ser um fenômeno complexo, o punitivismo está presente em diferentes âmbitos da sociedade, incluindo o sistema judiciário e penal, a legislação, a mídia e a opinião pública em conjunto com as atitudes e as emoções da população em geral (GARLAND, 2000). No entanto, para efeitos deste estudo, o fenômeno é entendido simplesmente como um posicionamento severo e com viés repressivo diante do comportamento criminal expressado em duas dimensões: a atitudinal e seu potencial desdobramento comportamental. Contudo, entender tais dimensões é relevante porque elas permeiam as políticas criminais, tal como expressa Karstedt (2002):

> *Crime policies are explicitly based on the expression of collective emotions of fear and anger about crime. Politicians compete with each other in addressing the*

[3] A justiça retributiva e a restaurativa são dois paradigmas criminológicos para entender e aproximar-se ao sentido da punição. Em termos muito simples, o primeiro deles tem a ver com a finalidade de retribuir ao criminoso o mal causado, e a disputa deve ser resolvida entre o suspeito e o Estado. Já no paradigma da justiça restaurativa a lógica muda porque além do Estado e o criminoso, as vítimas e as comunidades são consideradas no processo de justiça e, principalmente, porque o objetivo da punição não seria a vingança, mas sim a prevenção e reparação do dano feito (MARQUEZ, 2007).

> *emotional needs of the public, and in turn mirror these emotions back to the audience and the electorate* (p. 303).[4]

Mas, o que exatamente seriam atitudes e comportamentos punitivos? Neste contexto, as atitudes são entendidas como um construto tricotômico da psicologia social que se refere às cognições, emoções e tendências comportamentais (GREENWALD, BROCK & OSTROM, 1968). Mais especificamente, as atitudes punitivas seriam aquelas direcionadas à finalidade da punição (seja restauração ou retribuição), às formas e à intensidade das sanções penais, assim como às políticas específicas de sentença (ADRIAENSSEN & AERTSEN, 2015). Portanto, seguindo a lógica antes exposta, quanto mais a atitude evidencie uma tendência a separar os vitimizadores da sociedade, mais punitiva ela é (SURETTE ET AL., 2011).[5]

Em contrapartida, os comportamentos punitivos podem ser expressados em práticas legais e extralegais, ou inclusive, algumas delas com margens difusas de (i)legalidade. As primeiras incluem distintas formas de participação política convencional e não convencional que se destinam a influenciar o sistema político no nível nacional, regional ou comunitário (SELIGSON & BOOTH, 1976). Mais concretamente, a participação convencional visa melhoras nas comunidades, ativismo organizado, interação com oficiais e gestores locais, atividades de campanha e de partidos políticos, assim como o voto. Enquanto que as formas não convencionais de participação se referem a protestos, greves, distúrbios e invasões de terra (SELIGSON & BOOTH, 1976).

No caso específico deste estudo, interessam aquelas práticas políticas com viés repressivo, como o voto por candidatos muito repressivos ou como os mecanismos de controle informal da criminalidade no nível comunitário, que nem sempre são efetivos e carregam o risco de intensificar sentimentos de intolerância e preconceitos (SOLÍS, 2018). Já do lado extralegal, encontram-se as práticas de justiça com as próprias mãos, as quais têm o objetivo de prevenir ou punir ações percebidas como violações da ordem social (ZIZUMBO, 2017). Não obstante, essas ações, além de serem exercidas fora do âmbito legal, tendem a desrespeitar os direitos humanos e a incorrer em novas formas de criminalidade (ZIZUMBO, 2017).

---

[4] Para o autor, "Políticas de crime são explicitamente baseadas na expressão de emoções coletivas de medo e raiva sobre o crime. Os políticos competem uns com os outros para lidar com as necessidades emocionais do público e, por sua vez, refletem essas emoções de volta à audiência e ao eleitorado" (KARSTEDT, 2002, p. 303).

[5] O contrário seria uma atitude que apoiaria políticas preventivas na procura da preservação do meio social e com o fim de dar suporte aos potenciais ofensores para evitar que de fato virem vitimizadores (SURETTE ET AL., 2011).

Contudo, tanto as atitudes quanto os comportamentos são construções sociais e, consequentemente, estão sujeitos a mudanças que são produto do contexto e de influências externas. Uma das linhas de pesquisa para analisar essas mudanças foca nos possíveis efeitos dos meios de comunicação. Especificamente, tem análises sobre como os recortes particulares que os noticiários fazem dos assuntos podem afetar a opinião pública e, por sua vez, as decisões políticas. Na seguinte seção detalho alguns achados nessa linha.

2.2 Os *framings* das notícias: um recorte particular da realidade

Os assuntos políticos são definidos principalmente a partir de notícias que, inevitavelmente, são apresentadas de formas particulares, o que pode gerar um efeito significativo na opinião pública (IYENGAR, 1990). No caso específico do crime, a população geralmente não conhece as estatísticas oficiais e nem a maioria tem contato direto com ele, portanto, a imagem que se tem da problemática é construída a partir da informação recebida (PICKETT ET AL., 2015; BIRKETT, 2014; SURETTE ET AL., 2011; PROCTOR, BADZINSKI & JOHNSON, 2002; SOTIROVIC, 2001; BERRY ET AL., 2012). Inclusive, a academia tem utilizado o termo "vitimização vicária" para descrever essa exposição aos crimes nos noticiários como uma forma de vitimização indireta (KRAUSE, 2014; MANDRACCHIA, SHAW & MORGAN, 2013).

Porém, há uma tendência de que a informação seja enviesada, sensacionalista (PICKETT ET AL., 2015), desproporcionada, simplista e irrealista (PROCTOR ET AL., 2002), o que quer dizer que, no final, a mídia tem a capacidade de distorcer a realidade (JASHINSKY ET AL., 2017). Em outras palavras, tal como assinala a teoria do *framing*, as notícias apresentam os assuntos com um enquadramento específico, selecionando alguns elementos em detrimento de outros (IYENGAR, 1990).

Mais especificamente, a teoria do *framing* estabelece que as formas como os meios de comunicação apresentam um assunto são produto de uma seleção ou ênfases de certos aspectos de uma situação, com o fim de promover uma compreensão ou definição particular do problema (CAVENDER, 2004; MCGINTY ET AL., 2016; e BIRKETT, 2014). Quer dizer, há uma seleção específica de fatos ou argumentos sobre outros (CACCIATORE ET AL., 2016), e essas mudanças na maneira de mostrar o evento produzem, por sua vez, uma conceituação particular

sobre uma situação ou uma reorientação de conceituações preexistentes em relação ao objeto, o que seria considerado como o efeito do *framing* (CHONG & DRUCKMAN, 2007b).

O termo *framing* encontra suas raízes na psicologia (rastreada nos estudos de Kahneman e Tversky nos anos 1979 e 1984) e na sociologia (representada nos seus inícios com os trabalhos de Goffman na década de 1970 e, posteriormente, com as pesquisas de Gamsom e seus colegas a partir dos anos 1980). Na psicologia, o conceito – *equivalency framing* – inicialmente foi entendido como uma manipulação na forma de apresentar exatamente a mesma informação. Já na sociologia, o conceito dava conta de uma forma de *framing* que manipulava o conteúdo de uma comunicação – *emphasis framing* –, ou seja, que a informação apresentada é decorrente de uma seleção de fatos ou argumentos sob outros (CACCIATORE ET AL., 2016).

Esta última tradição acadêmica desenvolve uma subdivisão dos *framings*: o episódico e o temático. O primeiro refere-se à cobertura dos eventos em termos de experiências pessoais, ou seja, como instâncias particulares focadas nas singularidades dos eventos e sem contextualizar as situações (IYENGAR, 1990, 2005). Enquanto que o segundo, o *framing* temático, já dá conta de tendências gerais ou políticas públicas associadas aos eventos, cobrindo os assuntos de forma mais abstrata e impessoal (IYENGAR, 1990, 2005). Esta especificidade na classificação dos *framings* resulta particularmente útil para analisar as notícias sobre crimes, visto que o *framing* episódico é amplamente utilizado neste tipo de situações (IYENGAR, 1990). Isto, por sua vez, possibilita uma adequação entre o tipo de notícias de interesse neste estudo e a classificação teórica utilizada.

Além dos conceitos teóricos até agora apontados, é possível encontrar outras definições que coincidem mais ou menos com esta tradição sociológica. Por exemplo, Gross e D'Ambrosio (2004) partem das contribuições de Iyengar e colegas, mas nas pesquisas analisaram os *framings* situacionais e disposicionais, os quais parecem coincidir com a definição de temáticos e episódicos de Iyengar (1990). Por sua vez, Scheufele e Tewksbury (2007) assinalam que o *framing* faz com que determinados aspectos de uma problemática sejam mais salientes do que outros dependendo da forma como são apresentados à audiência. Chong e Druckman (2007a) também definiram em um dos seus estudos o *framing* na comunicação como palavras, imagens, frases e estilos de apresentação particulares para transmitir à audiência informação sobre um evento ou uma situação.

Não obstante, com o passar do tempo o conceito de *framing* tem sofrido do problema da polissemia, quer dizer, é um construto teórico que tem sido utilizado de múltiplas formas

perdendo rigor, dificultando a identificação precisa dos efeitos e impedindo a diferenciação de outros efeitos da mídia como o *priming* e a *agenda setting* (CACCIATORE ET AL., 2016). Isto não implica necessariamente que a qualidade dos estudos seja questionável, mas sim que o uso do termo em geral tende a ser impreciso em suas definições conceituais, o que poderia fazer com que no final se atribuam efeitos aos *framings*, quando na realidade os efeitos pertencem a outros fenômenos (CACCIATORE ET AL., 2016). Em outras palavras, o estudo dos *framings* tem sido acompanhado de inconsistências na sua conceituação e na sua mensuração (SCHEUFELE & TEWKSBURY, 2007).

Mesmo com essas dificuldades, é plausível assinalar que há um consenso de que o estudo dos *framings* é importante porque eles afetam as atitudes e os comportamentos das audiências (CHONG & DRUCKMAN, 2007b). Nesse sentido, a evidência empírica adverte das consequências das notícias na construção de julgamentos preconceituosos de determinados grupos sociais (HURLEY ET AL, 2015); do apoio a políticas mais ou menos repressivas segundo o tipo de conteúdo das notícias e, em geral, de atitudes mais punitivas (SOTIROVIC, 2001; O'TOOLE & FONDACARO, 2017; BERRY ET AL., 2012; HURLEY ET AL., 2015); de gerar medo e sensação de vulnerabilidade na população (SOTIROVIC, 2001; CAVENDER, 2004; PROCTOR ET AL., 2002); de gerar desconfiança no governo, maior apoio ao vigilantismo e apoiar a candidatos presidenciais muito repressivos (KRAUSE, 2014); e de afetar a predisposição para a participação política (ANDERSEN ET AL., 2017).

No entanto, os efeitos dos *framings* nem sempre acontecem de forma direta e nem isoladamente, pelo contrário, há uma série de fatores que fazem possível, pelo menos em parte, ocorrer tais efeitos. Um desses fatores são as emoções, tal como se desenvolve a continuação.

2.3 Qual o mecanismo causal do efeito *framing?*

Embora a maioria dos estudos sobre *framing* não testem os mecanismos pelos quais eles produzem os efeitos (BORAH, 2011)[6], é possível encontrar na literatura uma linha de pesquisa cognitivista, que é predominante (GROSS & D'AMBROSIO, 2004; AARØE, 2011; NEUMAN, MARCUS & MACKUEN, 2013), e outra com uma perspectiva emocional; sendo que cada uma dessas linhas, por sua vez, tem aproximações diversas para explicar os efeitos.

[6] No estudo realizado por Borah (2011), 65,5% das pesquisas sobre *framing* publicadas em periódicos científicos na década do 1997 até 2007 não utilizaram variáveis mediadoras nem moderadoras na hora de testar os efeitos *framing.*

Nesta seção faço uma revisão das principais premissas cognitivistas e emocionais, para finalmente argumentar porque as emoções constituem, pelo menos em parte, o mecanismo psicológico subjacente do efeito *framing.*

Revisando a perspectiva cognitiva, encontram-se explicações relativas à teoria da Gestalt e como os *framings* influenciam os esquemas cognitivos utilizados para processar as informações recebidas (CACCIATORE ET AL., 2016). Outra aproximação apela à memória, assinalando que, para que haja um efeito, é preciso que exista na memória uma consideração específica sobre um objeto, a qual poderia ser avaliada conscientemente para ponderar a relevância do *framing* e a partir dessas considerações se incrementa – ou não – a probabilidade de que afete a opinião (CHONG & DRUCKMAN, 2007a; CHONG & DRUCKMAN, 2007b). Também tem se estabelecido que os mecanismos cognitivos e de memória são ativados quando as pessoas recebem informação e que, com base nisto, os indivíduos constroem associações cognitivas particulares que podem levar a julgamentos preconceituosos contra populações específicas e uma maior propensão a apoiar políticas nesse mesmo sentido (HURLEY ET AL., 2015).

Sotirovic (2001) indica que, quando a informação é apresentada com mais detalhes de contexto, leva as pessoas a terem um processamento da mensagem mais complexo, e, consequentemente, uma reação mais racional e mais tolerante diante o crime. Ao contrário, quando o conteúdo da mídia é sensacionalista e centrado nos detalhes sobre o crime, as pessoas têm uma reação mais emocional, que geralmente está acompanhada de medo e de atitudes mais cruéis relacionadas ao crime e às consequências para os criminosos (SOTIROVIC, 2001). Portanto, a explicação da autora integra tanto mecanismos racionais quanto emocionais, evidenciando por sua vez que a linha divisória entre as cognições e as emoções às vezes fica difusa.

Em suma, as perspectivas cognitivistas estabelecem que os *framings* vão guiar os processamentos cognitivos das situações ou eventos, fazendo alguns elementos mais salientes do que outros e levando a conclusões particulares em decorrência disso (GROSS & D'AMBROSIO, 2004). Porém, esse processo cognitivo é acompanhado de um correlato emocional que até agora tem sido pouco explorado e relegado a um segundo plano na literatura de *framing* (GROSS & D'AMBROSIO, 2004; AARØE, 2011; NEUMAN ET AL., 2013), sendo necessário aprofundar mais na compreensão do papel das emoções nesses efeitos.

Nesse sentido, o argumento geral da perspectiva emocional estabelece que os *framings* podem operar, pelo menos em parte, pela via das respostas emocionais, e essa reação emocional pode influenciar a opinião (GROSS & D'AMBROSIO, 2004; GROSS, 2008; AARØE, 2011, LECHELER, BOS & VLIEGENTHART, 2015)[7]. Uma referência chave é o estudo de Gross e D'Ambrosio (2004) que encontra que os *framings* podem influenciar a opinião e as reações emocionais que as pessoas reportam. Da mesma forma, Gross (2008) encontrou não apenas que as respostas emocionais podem mediar o efeito do *framing* na opinião, mas também que os *framings* episódicos geram mais impacto emocional em comparação com os temáticos (GROSS, 2008).

No entanto, essa procura para entender com mais precisão a diferença dos efeitos emocionais do *framing* episódico em comparação com o *framing* temático ainda está "surpreendentemente inexplorada" (AARØE, 2011, p. 208). Partindo da conceituação do *framing* episódico, é esperado que a reação emocional seja maior porque fornece informação personalizada, colocando um rosto particular a uma problemática específica; ao contrário do *framing* temático que, com sua forma abstrata de tratar as problemáticas, não conseguiria essa proximidade com a população nem geraria uma resposta emocional na mesma intensidade (AARØE, 2011; GROSS, 2008). De fato, Aarøe (2011) encontrou que os *framings* episódicos não apenas geram mais reações emocionais em comparação com os temáticos, mas também que os primeiros são mais efetivos para direcionar o apoio das políticas e essa capacidade se incrementa quando se intensifica também a compaixão, a raiva, a pena ou a repugnância na audiência.

Até agora, esse conjunto de achados refere-se por um lado à importância das emoções para compreender o efeito do *framing* no punitivismo, mas também como o tipo de *framing* pode gerar diferentes intensidades e tipos de emoções. Isto, por sua vez, leva inevitavelmente a perguntar-se se, para além da presença ou não de uma reação emocional, é o tipo de emoção gerado pelo *framing* que poderia explicar efeitos específicos nas atitudes e nos comportamentos dos sujeitos. Em outras palavras, a questão seria se emoções específicas produzem efeitos específicos e, para responder isso, a Teoria da Inteligência Afetiva (AIT, sua sigla em inglês) é fundamental.

[7] Importante resgatar, em concordância com o que assinala Gross (2008), que esta linha de pesquisa emocional não contradiz e nem nega as contribuições das cognições no estudo dos efeitos dos *framings.* Pelo contrário, a intenção é de aprofundar a compreensão do fenômeno analisando também o papel das emoções na construção desses efeitos.

Nesse sentido, para além da dicotomia razão – emoção, a AIT de George Marcus e colegas (MARCUS ET AL., 2017; NEUMAN ET AL., 2013; MARCUS ET AL., 2006; MARCUS, 2013a) oferece uma explicação dos mecanismos pré-conscientes dos indivíduos para avaliar o contexto e reagir de forma intuitiva ou deliberativa, sendo que as emoções estão envolvidas nos dois processos de julgamento (MARCUS, 2017). Inclusive, o autor enfatiza que a "dicotomia razão – paixão, é uma ferramenta inadequada para dar sentido ao comportamento político, porque esconde do ponto de vista o complexo papel que as emoções têm às vezes facilitando e às vezes impedindo a deliberação racional" (MARCUS, 2017, p. 31). De fato, a diferença dos processos acontece mais no nível temporal do que espacial e não constitui uma relação antagônica (MACKUEN ET AL., 2007).

Partindo dessa premissa, a teoria baseia-se nos achados da neurociência para argumentar que o cérebro precisa de 500 milissegundos para virar um evento consciente e que, nessa metade de segundo, a atividade inconsciente, ou também chamada pré-consciência – definida simplesmente como aquilo que acontece temporalmente antes da consciência –, tem a capacidade de influenciar de forma importante o comportamento humano através das emoções (MARCUS, 2013a, 2017). Em suma, a AIT explica como na pré-consciência funcionam dois sistemas de avaliação que interagem um com o outro e que tem a função de definir se a reação diante uma situação deve seguir o caminho intuitivo – sistema de predisposição ou *Dispositional System* – ou se deve mudar para uma estratégia conscientemente deliberativa – sistema de vigilância ou *Surveillance System*– (MARCUS, 2013b; MARCUS ET AL., 2006).

Desta maneira, a teoria retoma o processo dual de julgamento e estabelece que as emoções estão envolvidas tanto no sistema padrão ou intuitivo quanto no racional ou deliberativo (MARCUS, 2017). Essa ativação de um sistema em detrimento do outro tem a ver com os estímulos recebidos. De fato, para entender melhor esse processo, é necessário pensar em uma cadeia que segue a lógica de *input*, sistema de avaliação, *output* emocional e consequência comportamental (NEUMAN ET AL., 2013; MARCUS ET AL., 2006).

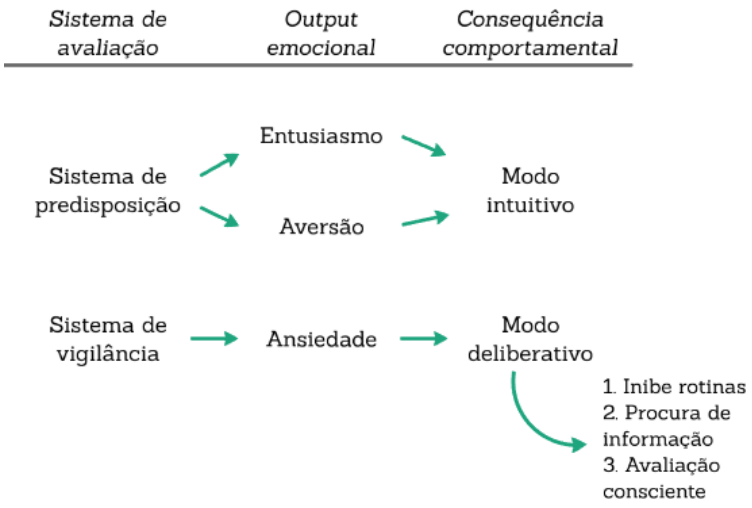
Assim, diante de um estímulo[8] se ativariam os sistemas de avaliação, seja o de predisposição ou o de vigilância, e eles por sua vez vão ativar diferentes emoções. Como pode

[8] A AIT parte da premissa de que os *inputs* podem ser familiares ou desconhecidos. Em termos simples, estabelece que quando o *input* representa uma gratificação familiar, a reação emocional seria entusiasmo; enquanto que se o *input* constitui uma ameaça familiar, a resposta afetiva seria a aversão. Já quando o *input* se encontra no âmbito do desconhecido, o sistema de vigilância o reconhece como uma ameaça e emocionalmente reage elevando os níveis de ansiedade (MARCUS, 2013a). No caso específico deste estudo, o elemento da familiaridade não é analisado, porque requereria outro desenho de pesquisa desde que esse fator é altamente subjetivo e, portanto, não

ser apreciado na Figura 1, o sistema de predisposição está relacionado com o entusiasmo e com a aversão, emoção positiva e negativa, respetivamente. Já o sistema de vigilância ativaria a ansiedade, a qual seria considerada uma emoção negativa. No entanto, um dos aportes que mais se destaca nesta teoria é a diferença que ela estabelece entre as consequências comportamentais das duas emoções negativas.

Nesse sentido, a aversão está vinculada com um modo intuitivo de atuação, o que quer dizer que o indivíduo se manteria utilizando o inventário comportamental previamente aprendido, por exemplo, rotinas e hábitos (MARCUS, 2013a). Já a ansiedade leva a uma reação no modo deliberativo e isso implica três consequências chaves na conduta: 1) Inibe o comportamento automático ou intuitivo; 2) Gera mais atenção no evento e incentiva a busca de informação ao respeito; e 3) Ativa o "modo deliberativo", fazendo com que os indivíduos avaliem de forma consciente e crítica as situações (MARCUS, 2013a). A Figura 1 resume os principais postulados da teoria em questão.

Figura 1 – Teoria da Inteligência Afetiva



Fonte: Elaboração própria baseada em Marcus (2013a)

Portanto, a AIT explica como as pessoas mudam de uma estratégia na qual confiam em rotinas e hábitos já conhecidos, para outra na qual fazem uma consideração racional explícita, segundo as circunstâncias (MACKUEN ET AL., 2010; MARCUS, 2017). Além disso,

poderia se generalizar quando um *framing* constitui um *input* familiar ou desconhecido. Desta maneira, neste caso se analisa como os *framings* também gerariam emoções diferentes e a teoria aporta na compreensão dos comportamentos que geram tais emoções.

contrário as análises das emoções como simples valências positivas ou negativas, gosto ou desgosto, a AIT distingue entre mais de uma emoção negativa e estuda as diferenças entre as consequências comportamentais de cada uma (MACKUEN ET AL., 2007). No entanto, é necessário resgatar que a evidência empírica mostra que tais emoções não são mutuamente excludentes, pelo contrário, tendem a encontrar-se amplamente correlacionadas entre si (MARCUS ET AL., 2015). Mesmo assim, essa distinção entre a aversão e a ansiedade fornece elementos para entender o comportamento político, por isso vale a pena aprofundar em cada uma delas.

Por um lado, a aversão, aquela emoção que inclui sentimentos associados com a necessidade de confrontar o adversário (MACKUEN ET AL., 2010), é útil para administrar e ajustar as ações destinadas a proteger-se, mas sempre confiando em convicções preexistentes (MARCUS, 2017). Isso quer dizer que, quando as pessoas sentem aversão, vão se manter no modo intuitivo, o que faz com que estejam menos abertas às mudanças, procurem menos informação ou busquem aquela informação que reforçaria a sua postura em vez de desafiá-la (MARCUS, 2017; MACKUEN ET AL., 2010; MARCUS, 2013b).

Além disso, segundo a perspectiva da psicologia evolucionista, a aversão é uma emoção que constitui uma forma de avaliação moral, desencadeada diante rupturas das regras sociais (BANG, 2010; MARCUS, 2017; HAIDT, 2003). Tal emoção regula os comportamentos e as opiniões com relação aos violadores das normas, levando as pessoas a culparem e apoiarem a punição deles (BANG, 2010). Na sua essência, é uma emoção carregada de desejo de vingança diante a percepção de injustiças (HAIDT, 2003).

Em contrapartida, a ansiedade ajuda as pessoas a se adaptarem diante de condições novas e incertas. Quanto mais ansiedade, menos confiança em convicções preexistentes, mais interesse e atenção a informação nova e maior disposição para resolver aquilo que produz a ansiedade (MARCUS, 2017). É uma emoção associada com curiosidade, procura de novos dados e deliberação (NEUMAN ET AL, 2013), e, inclusive, vão gerar mais interesse em conhecer novos argumentos ou novas fontes de informação, ainda quando sejam contrários à postura atual (MACKUEN ET AL., 2010).

Diante disto e no contexto desta pesquisa, é inevitável perguntar-se sobre o papel dessas emoções nas posturas punitivistas. Especificamente, como atua a aversão ou a ansiedade diante de uma notícia sobre um crime e quais atitudes e comportamentos poderia influir ou, inclusive, gerar. A AIT já assinalou a influência diferençada das emoções nas condutas das pessoas,

mesmo quando tais emoções estejam altamente correlacionadas. Também já é sabido que o crime apresenta diretamente um desafio das normas consideradas fundacionais da ordem social e que salienta os criminosos como uma população responsável das rupturas das normas (BANG, 2010). No entanto, os achados são inconsistentes em relação à especificidade da reação emocional diante da problemática do crime, por exemplo, Neuman et al. (2013) encontraram que notícias sobre crime geram elevados níveis de ansiedade, mas Gross (2008) encontrou que descrições detalhadas dos criminosos podem gerar raiva ou compaixão, mas não ansiedade.

Portanto, lembrando que as emoções teriam implicações políticas diferentes na abordagem da criminalidade, é imprescindível entender o papel delas no punitivismo. No cenário geral, torna-se necessário entender não apenas a influência das emoções nas posturas mais repressivas, mas também quais outros elementos estariam, se não gerando, moderando o efeito dos *framings*.

2.4 Notícias, emoções e punitivismo: o ponto de encontro

Entender o efeito dos *framings* das notícias sobre crimes nos níveis de punitivismo e seu correspondente mecanismo causal é chave para ter uma melhor compreensão da opinião pública e sua eventual influência na política criminal. Até agora, a literatura tem evidenciado que os *framings* guiam as audiências de formas particulares a conclusões particulares, o que por sua vez afetam a opinião em relação às políticas (GROSS, 2008), assim como as atitudes e os comportamentos (CHONG & DRUCKMAN, 2007b).

Na mesma linha, algumas das consequências observadas produto da influência das notícias em geral são a construção de julgamentos preconceituosos de determinados grupos sociais (HURLEY ET AL., 2015); atitudes mais ou menos repressivas (SOTIROVIC, 2001; O'TOOLE & FONDACARO, 2017; BERRY ET AL., 2012); apoio a candidatos presidenciais muito repressivos (KRAUSE, 2014); predisposição para participação política (ANDERSEN ET AL., 2017). No entanto, esses estudos não necessariamente levaram em conta as especificidades dos *framings* para mensurar se, efetivamente, a manipulação do conteúdo da informação pode levar a diferentes consequências.

Tal precisão é necessária porque os meios de comunicação, inevitavelmente, retratam a realidade de formas particulares. Já no caso dos eventos criminais, os jornalistas geralmente utilizam *framings* episódicos porque são mais atrativos para as audiências. Porém, esse tipo de *framing* em particular tende a limitar a compreensão dos problemas políticos principalmente

por duas razões: primeira, as situações políticas são mostradas como eventos isolados e individuais; segunda, porque implicitamente atribui uma responsabilidade individual à problemática social em discussão (IYENGAR, 1990). Essas responsabilidades, ou atribuições causais, como chama Iyengar (1990), são chaves porque explicam (1) as causas da situação e (2) os meios para prevenir que o problema aconteça novamente, além de influenciar nas atitudes e nos comportamentos das pessoas (IYENGAR, 1990).

Nesse sentido, a evidência assinala que os *framings* episódicos estão associados com atribuições individualistas das problemáticas, enquanto que os *framings* temáticos estão relacionados com atribuições sociais. Desta maneira, não é de se surpreender que os primeiros estejam relacionados com uma diminuição do apoio a programas governamentais destinados a resolver as problemáticas sociais (IYENGAR, 1990).

Em síntese, meu argumento estabelece que os *framings* episódicos, ao transmitir a informação sobre o crime de forma isolada, como um caso individual e sem contexto, levam a uma compreensão limitada da problemática da violência e implicitamente atribuem a responsabilidade a indivíduos específicos. Partindo desta perspectiva, o problema se resolveria com medidas punitivas focadas nos "indivíduos problemáticos" – neste caso, os criminosos – e não como uma situação social que precisa da intervenção estatal mediante programas sociais com perspectiva preventiva. Ao contrário, os *framings* temáticos fariam com que as pessoas compreendessem a problemática para além dos indivíduos particulares, levando em consideração as circunstâncias sociais que causam o fenômeno da criminalidade e, portanto, tenderiam a apoiar medidas menos punitivas para resolver a problemática. Assim, é plausível argumentar que:

H_1 (efeito geral): Exposição a notícias sobre crimes com framing episódico (temático) leva a posturas mais (menos) punitivas em relação ao controle da criminalidade.

No entanto, para além do efeito geral do *framing*, resulta interessante analisar o mecanismo causal tácito, dado que isso permite avançar na compreensão da opinião pública e, sobretudo, do papel das emoções na política criminal. Portanto, este estudo parte da premissa de que os *framings* podem operar, pelo menos em parte, pela via das respostas emocionais, o que por sua vez pode influenciar a opinião (GROSS & D'AMBROSIO, 2004; GROSS, 2008; AARØE, 2011, LECHELER, BOS & VLIEGENTHART, 2015; GAULT & SABINI, 2000).

Embora os achados sobre os efeitos emocionais das notícias não são conclusivos (BANG, 2010), já há evidências de que o *framing* episódico gera mais impacto emocional em comparação com o temático (GROSS, 2008), e também que é mais efetivo para direcionar o apoio das políticas (AARØE, 2011). No entanto, não há certeza sobre qual o tipo de emoção produzida por tais *framings,* o que é essencial esclarecer porque, mesmo que a aversão e a ansiedade sejam emoções negativas e estejam altamente correlacionadas, suas consequências comportamentais são diferentes (MARCUS, 2017).

Por conseguinte, é necessário direcionar a atenção a dois elementos e sua respectiva interação: as características do *framing* episódico e as especificidades da aversão. Por um lado, como já foi mencionado, o *framing* episódico apresenta os problemas sociais como individuais, e transmite, de maneira implícita, uma ideia de causalidade individual dos fenômenos coletivos. Por outro lado, a aversão constitui uma emoção moral ativada diante as violações de regras sociais (BANG, 2010; MARCUS, 2017) e a percepção de injustiças (HAIDT, 2003), situações tipicamente associadas à criminalidade. Para além disso, a emoção inclui sentimentos relacionados com a necessidade de confrontar o adversário (MACKUEN ET AL., 2010), humilhar, atacar ou vingar (HAIDT, 2003).

Em vista dessas evidências, argumento que um *framing* episódico de uma notícia sobre crime gera aversão e essa emoção, pelo menos em parte, leva a posturas punitivistas. Isso acontece assim porque o *framing* episódico apresenta uma situação de ruptura das normas sociais que é interpretada geralmente como uma injustiça e com um grupo responsável saliente: os criminosos. Esse conjunto de informações desencadeia aversão na audiência, pois constitui uma ameaça e uma violação da ordem social. Logo, a soma dessa emoção carregada com desejo de vingança, mais a lógica individualista das causas da criminalidade que transmite o *framing* episódico, e junto com o modo intuitivo de funcionamento promovido pela mesma aversão, faria com que as pessoas assumissem posturas mais repressivas. Sob tal lógica, punir os indivíduos significaria acabar com a criminalidade e, assim, as posturas punitivistas teriam uma razão de ser. Desta maneira, é razoável estabelecer que:

H_2 (mecanismo causal): Os framings episódicos geram níveis maiores de aversão, o que produz posturas mais punitivas.

Em contrapartida, os achados prévios sobre os *framings* temáticos relacionados à ansiedade e ao punitivismo ainda não permitem estabelecer uma relação teórica plausível. Tanto a aversão quanto a ansiedade têm sido associadas com punitivismo, em maior intensidade a

primeira do que a segunda (BANG, 2010). Além disso, é esperável que os dois tipos de *framings* aqui considerados gerem as duas emoções negativas. No entanto, a informação disponível ainda não é suficiente para entender as relações causais desses elementos e, por este motivo, nesta pesquisa a aproximação desses efeitos específicos será abordada de forma exploratória sem estabelecer uma hipótese *a priori*.

2.4.1 Potenciais moderadores dos efeitos dos framings

Antes de continuar com o desenho de pesquisa, é importante levar em consideração que os efeitos assinalados nas hipóteses deste estudo podem ser moderados por uma série de aspectos já identificados na literatura. Nesse sentido, as características sociodemográficas são geralmente levadas em conta, mesmo que os achados não necessariamente sejam consistentes (ADRIAENSSEN & AERTSEN, 2015).

O gênero é uma das características mais comuns associadas ao punitivismo, mas também não há consenso a respeito. Por um lado, várias pesquisas têm evidenciado uma tendência masculina a maiores níveis de punitivismo (GAULT & SABINI, 2000; COCHRAN & SANDERS, 2009). Por outro, diferentes estudos afirmam que são as mulheres as mais repressivas, pelo menos em relação a certo tipo de delitos (DODD, 2018; DODGE, BOSICK & ANTWERP, 2013; PAYNE ET AL., 2004). Diante a inconsistência dos achados, autores têm afirmado que as diferenças entre homens e mulheres podem ser influenciadas pelas emoções (DODD, 2018; GAULT & SABINI, 2000) ou pela percepção de dano nas vítimas (PAYNE ET AL., 2004). No entanto, é relevante o que menciona Carll (2017) ao lembrar que essas incongruências podem estar relacionadas com a conceituação e mensuração do punitivismo propriamente.

Outro possível moderador é a raça. Neste caso, há uma postura mais definida sobre a tendência: geralmente as pessoas que se auto definem brancas mostram atitudes mais punitivas em comparação com a população negra (CARLL, 2017; ADRIAENSSEN & AERTSEN, 2015; JOHNSON, 2008; JOHNSON, 2009; MAGGARD, PAYNE & CHAPPELL, 2012; COCHRAN & CHAMLIN, 2006). Uma das explicações plausíveis a respeito é o fato da percepção da população negra do viés racial das políticas criminais, assim como o preconceito por parte da população branca em relação à população afrodescendente (CARLL, 2017).

No caso da idade, Adriaenssen e Aertsen (2015) assinalam que os resultados novamente não mostram um padrão preciso, sendo que algumas pesquisas encontram uma relação positiva, ou seja, quanto mais idade, mais punitivismo; mas outras encontram a relação inversa. Já no relativo ao nível educacional, a evidência se orienta a uma relação negativa mais definida, sendo que quanto mais anos de escolaridade, menos orientação punitiva (ADRIAENSSEN & AERTSEN, 2015). A religião pode influenciar também nas posturas punitivas, pois diferentes pesquisas associam aos cristãos tradicionais como mais punitivos, e, na mesma linha, as pessoas com histórico de vitimização têm mostrado tendências mais punitivas em comparação com aquelas que não têm sido vítimas (ADRIAENSSEN & AERTSEN, 2015).

Em sínteses, esses achados fazem sentido com o perfil sociodemográfico proposto por Boots, Cochran & Heide (2003), no qual estabelecem que "pessoas brancas, homens, ricos, republicanos, vítimas de crime e com medo ao crime tendem a ser mais punitivos" (p. 554). Além dessas características, outros fatores como confiança na fonte do *framing* (CHONG & DRUCKMAN, 2007b), interesse por política (BORAH, 2011) e percepção do sistema de segurança pública (SURETTE, 2011) são importantes para se levar em conta no estudo do punitivismo e sua relação com os *framings* das notícias.

Portanto, levando em consideração esses antecedentes empíricos, é plausível esperar que tanto a H_1 quanto a H_2 sejam moderadas pelas características antes mencionadas. Assim, a expectativa a respeito da H_1 seria que o perfil sociodemográfico das pessoas que apresentam posturas mais punitivistas seja: homens, brancos, católicos, com vitimização prévia e percepção de insegurança. Já no caso da $H_{2,}$ a expectativa seria que as mulheres tenham uma reação emocional com mais força explicativa do modelo teórico do que os homens. Em outras palavras, se espera que a aversão tenha um peso mais importante na explicação das posturas punitivas das mulheres. Os outros fatores são incluídos de forma exploratória com a intenção de entender seu papel no fenômeno punitivo.

3 DESENHO DE PESQUISA

Mediante uma abordagem experimental, o presente estudo testa uma possível explicação para as posturas punitivistas, tanto no nível atitudinal quanto comportamental, em relação com o controle da criminalidade. A hipótese geral diz que uma notícia com *framing* episódico sobre um crime vai gerar um posicionamento mais repressivo, e isso vai ser possível em parte porque a notícia geraria aversão na audiência, ou seja, a emoção seria o mecanismo latente do efeito *framing*. No entanto, estabelecer tal relação de causalidade e o mecanismo subjacente salienta o problema de endogeneidade da variável independente. Em outras palavras, a exposição a notícias de crime, e mais especificamente aos *framings* episódicos e temáticos, depende da escolha das pessoas, o qual por sua vez está correlacionado com uma série de fatores – observáveis e não observáveis – que dificultam a precisão da mensuração dos efeitos.

Por conseguinte, o uso de dados observacionais carregaria problemas importantes não apenas pela endogeneidade da variável independente, se não também pela impossibilidade de identificar e mensurar os *confounders* que estariam interagindo na relação causal de interesse. Por essa, razão resultou imprescindível utilizar uma abordagem experimental que permitisse manipular intencionalmente a variável independente e randomizar os grupos, de forma tal que se conseguisse controlar os problemas antes assinalados.

Nesse sentido, é importante lembrar que os experimentos nas ciências sociais são utilizados para estabelecer inferências causais e implicam uma manipulação de elementos específicos no processo de geração de dados (MORTON & WILLIAMS, 2012). De fato, uma das vantagens mais importantes deste tipo de desenho, em comparação com os estudos observacionais, é que permite um controle mais rigoroso das variáveis não observáveis mediante a randomização. Em outras palavras, através da assinação aleatória da manipulação para os grupos de tratamento e de controle, tanto os fatores observáveis quanto os não observáveis que interferem nos resultados têm a mesma chance de estar presentes nos grupos (GERBER & GREEN, 2012). Portanto, a randomização e o uso do grupo controle são ferramentas experimentais utilizadas para lidar com fatores que afetam as manipulações e permitem estabelecer relações causais mais frutíferas (MORTON & WILLIAMS, 2012).

Em suma, levando em consideração que o experimento permite reduzir erros de inferência causal com o controle sistemático dos fatores não mensurados (MORTON &

WILLIAMS, 2012), o presente desenho consiste em um questionário experimental online[9], randomizado e com uma estrutura *between-subjects*. Isso quer dizer que cada sujeito foi exposto diante um único tratamento, o que permite comparar o comportamento dos indivíduos em uma condição experimental em relação com os atribuídos à outra condição ou ao grupo controle (CHARNESSA, GNEEZYB & KUHNC, 2012). Nas palavras de Morton e Williams (2012), é um desenho no qual é possível observar os sujeitos em um estado só. Assim, garantindo a randomização, as estimações de causalidade são obtidas mediante a comparação dos comportamentos dos grupos (CHARNESSA, GNEEZYB & KUHNC, 2012).

Desta maneira, os participantes deste estudo foram distribuídos de forma aleatória a uma de duas versões de uma notícia (uma com *framing* episódico e outra com *framing* temático), enquanto que um terceiro grupo controle não recebeu a manipulação. O artigo simula uma notícia de um jornal que apresenta um homicídio de um jovem, sendo que cada versão se diferencia da outra unicamente nos últimos dois parágrafos, já que no *framing* episódico se enfatizam fatos pessoais, enquanto que no temático se apresenta a problemática desde uma perspectiva geral e baseada em estatísticas.

Antes de apresentar a notícia, os participantes responderam perguntas sociodemográficas gerais e sobre outras variáveis que têm sido identificadas na literatura como fatores moderadores dos efeitos *framings*, a saber: confiança na mídia, no sistema judiciário e na polícia; interesse por política; ideologia; percepção de insegurança; vitimização. Posteriormente, os participantes leram a notícia (exceto o grupo controle) e imediatamente responderam uma escala de emoções, uma de atitudes punitivas, assim como perguntas alusivas à predisposição de participação política. Nas próximas seções será apresentado o instrumento com mais detalhe.

O estudo consiste em dois experimentos conduzidos no período de agosto a novembro do ano 2018 com estudantes universitários e população geral do Brasil e da Costa Rica. Essa seleção dos casos oferece uma oportunidade interessante para a análise da temática em questão. Os dois apresentam níveis diferentes de violência, o que se reflete em uma taxa de homicídios de 29,7 por cada 100mil habitantes para Brasil no ano 2016, enquanto que Costa Rica para o

[9] O questionário foi inserido na plataforma virtual *Volunteer Science*, que é um site especializado em experimentos sociais (https://volunteerscience.com/). Alguns das vantagens de fazer experimentos em internet são: permitem uma quantidade maior de participantes do que num laboratório, permitem a comparação de grupos entre países e culturas diferentes e garante o anonimato na participação. Entre as desvantagens estão: não é possível conferir a identidade dos participantes, os participantes podem estar distraídos e tomar decisões muito rápido (Morton e Williams, 2012).

mesmo ano apresentou uma taxa de 12,1.[10] Portanto, mesmo que os anteriores não sejam dados considerados no argumento, dizem de uma dinâmica de violência muito distinta nos países da região mais violenta do mundo. Realizar o experimento nos dois países constitui uma replicação científica, quer dizer, o mesmo argumento teórico foi testado com o mesmo protocolo experimental em amostras diferentes, o que por sua vez favorece a validade do experimento (MORTON & WILLIAMS, 2012). Portanto, deve se entender cada país como um estudo independente, cujas análises também foram feitas de forma separada, como será observado no capítulo de resultados.

3.1 Amostra e estratégia de coleta de dados

Os dados nos dois países foram coletados de agosto a novembro de 2018. Em números totais, o Brasil contou com 340 participantes, e na Costa Rica responderam 268. A quantidade de participantes para cada manipulação se apresenta na Tabela 1, e as características sociodemográficas na Tabela 2. A comparação de cada um dos grupos para conferir a distribuição aleatória são apresentados de forma separada nos Apêndices B e C.

A participação nos experimentos foi voluntária, anônima e não se ofereceu benefício direto aos participantes. Os únicos requisitos para participar foram: morar no país no qual estava sendo conduzido o experimento, ser maior de 18 anos e aceitar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) estabelecido pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pernambuco, conforme a Resolução 466/12 do CNS (Ver Apêndice A).

O convite para a participação foi feito em termos gerais com o fim de reduzir o viés nos resultados, assinalando unicamente que se tratava de uma pesquisa sobre meios de comunicação e participação cidadã. Como estratégia para recrutar os participantes, o *link* de cada experimento[11] foi divulgado de forma massiva por meio do correio electrônico e redes sociais, assim como mediante visitas a distintos cursos universitários. Os contatos para a divulgação foram obtidos utilizando a técnica por conveniência "bola de neve", iniciando com professores

[10] Dados tomados do site de análise criminal Insight Crime (https://www.insightcrime.org/news/analysis/2017-homicide-round-up/).

[11] Lembrando que cada país representa um experimento individual, razão pela qual, ao ser línguas e contextos diferentes, os questionários foram adaptados para cada país. Cada um tinha um *link* próprio e as análises foram feitas separadamente.

e estudantes com os quais a pesquisadora teve contato e pedindo-lhes a posterior divulgação do *link* com o público em geral.

Importante lembrar que não houve interesse numa amostra representativa de uma população específica porque a randomização dos participantes reduziria o potencial viés de seleção e controlaria os potenciais *confounders*, características próprias do desenho experimental. Logo, a amostra está conformada de forma majoritária, mas não restrita, a estudantes universitários; no entanto, as análises foram controladas por essa variável e foi possível corroborar que os resultados não foram afetados por tal característica.

Tabela 1 – Tamanho da amostra por país e por condição de manipulação

Condição	**País**	
	Brasil	Costa Rica
Grupo 1: *Framing* episódico	94	76
Grupo 2: *Framing* temático	117	90
Grupo controle	129	102
Total	**340**	**268**

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2 – Perfil sociodemográfico da amostra por país

Perfil sociodemográfico	**País**	
	Costa Rica (N= 268)	**Brasil (N= 340)**
Mulheres (%)	57,1	54,7
Idade (média em anos)	35,46 (12.49)	27,96 (9,0)
Raça (%)		
Mestiça – Parda	50,6	38,2
Branca	37,1	44,1
Negra	-	11,8
Outra	12,4	5,9
Escolaridade universitária (%)	85,4	92,1
Religião (%)		
Católica	53,9	26,8
Sem religião, agnóstico ou ateu	-	44,4
Outras	46,1	28,8
Renda é suficiente (%)	80,9	69,8

Fonte: elaboração própria. Desvio padrão reportado entre parêntesis

Antes de continuar, é relevante lembrar que os questionários foram inseridos no site de *Volunteer Science.* Essa inovadora plataforma permite desenvolver experimentos sociais *online*, oferecendo como vantagen o fato de compartir os códigos de programação de diferentes tipos de pesquisas, o qual por sua vez diminui os custos de produção dos estudos. Além disso, está baseada numa política coletiva de recrutamento de participantes, isso quer disser que quando uma pessoa ingressa no site para responder um estudo, se potenciam as possibilidades de que participe em outros estudos disponíveis no momento (RADFORD ET AL, 2016). Isto, por sua vez, propicia a diversidade e quantidade dos participantes. Finalmente, o uso de *Volunteer Science* constitui uma forma de garantir a transparência e facilitar a replicabilidade das investigações, uma vez que o desenho e os dados ficam disponíveis para outros pesquisadores cadastrados na plataforma (RADFORD ET AL., 2016).

3.2 Operacionalização de variáveis e instrumentos

A estrutura geral do questionário consiste em três partes: perguntas antes da manipulação, experimento (que apresenta aos participantes de forma aleatória versões diferentes da notícia) e perguntas posteriores à manipulação. Na primeira parte, foram incluídas questões sobre variáveis que já foram identificadas na literatura como potenciais moderadoras do efeito *framing*, tais como características sociodemográficas[12]; ideologia; interesse na política; confiança na mídia, no judiciário e na polícia; vitimização e percepção de insegurança. Todas essas perguntas foram adotadas ou, pelo menos, inspiradas nos questionários de *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) nas versões para os países de interesse neste estudo, o qual por sua vez facilitou a tradução nas duas línguas (português e espanhol).

A segunda e a terceira parte do questionário correspondem, respetivamente, às variáveis independentes e dependentes do estudo, portanto são apresentadas com mais detalhes nas seguintes subseções. Antes de continuar, é necessário indicar que foram feitas 16 entrevistas cognitivas (8 na Costa Rica e 8 no Brasil) com o fim de melhorar os instrumentos (protocolo da entrevista no Apêndice A).

3.2.1 Manipulação dos framings das notícias

As duas versões das notícias utilizadas nos experimentos simulam um artigo de jornal que relata um homicídio de um jovem. A diferença entre elas consiste na manipulação do

[12] Especificamente se perguntou por: sexo, idade, nível de escolaridade, nome da universidade (no caso que fosse estudante), raça, religião, país, ocupação, renda.

framing, sendo que uma corresponde a um *framing* episódico e a outra a um *framing* temático, de acordo com a definição de Iyengar (1990; 2005) discutida previamente no capítulo teórico. Portanto, as notícias são idênticas, exceto no título e nos dois últimos parágrafos, já que uma enfatiza as questões mais pessoais do assassinato e a outra apresenta a violência homicida como uma problemática geral (ver notícias no Apêndice A). Todas têm uma extensão entre 177 e 210 palavras, lembrando que, além dos dois *framings*, foi preciso fazer a tradução nas duas línguas, o que explica a variação na quantidade de palavras.

A operacionalização dos *framings* baseou-se numa revisão da literatura, tanto conceitual quanto operacional, de estudos que já tivessem utilizado *framings* episódicos e temáticos, o que permitiu estabelecer os critérios para cada versão (Apêndice A). Deste modo, neste estudo o *framing* episódico foi operacionalizado como aquele que fornece detalhes específicos de um caso concreto (assassinato de um jovem, hora, lugar); apresenta um rosto específico ao caso (jovem); não oferece um contexto da problemática geral da violência; contém detalhes que apelam às emoções do público alvo (família afetada, ausência de causa aparente, idade da vítima); e faz atribuições pessoais tácitas (sem mencionar a palavra causa, a notícia informa que a vítima não tem antecedentes criminais e que não está envolvida em gangues nem com tráfico de drogas).

Já o *framing* temático consiste em uma notícia que: apresenta os fatos de forma impessoal (não salienta detalhes da vítima nem da família ou problemas particulares); mostra uma tendência geral da situação (estatísticas oficiais de taxa de homicídios); descreve a violência como uma problemática geral (sem limites territoriais, de classe social nem educacionais); e faz atribuições sociais tácitas (sem mencionar a palavra causa, a notícia informa que a violência é um problema relacionado com outras circunstâncias sociais, como desemprego e dificuldades de aceso à educação).

As versões das notícias foram revisadas por um especialista em comunicação[13] e as traduções foram examinadas por diferentes pessoas com a respectiva língua nativa. Além disso, com o fim de adaptar as notícias aos contextos dos experimentos, a localização do homicídio é específica para cada país e, no caso do *framing* temático, a estatística utilizada também foi

[13] Agradeço profundamente a ajuda fornecida por meu colega Daniel Sampaio, que, com a melhor disposição, tornou possível que o presente estudo contasse com as presentes notícias.

adaptada ao contexto. Finalmente, cabe lembrar que a distribuição das versões das notícias foi aleatória e, no caso do grupo controle, não foi apresentado nenhum artigo.

3.2.2 Escala de emoções

Com a finalidade de testar o mecanismo emocional do efeito *framing*, foi utilizada a escala de emoções da teoria da inteligência afetiva de Marcus et al. (2015), a qual mensura entusiasmo, aversão e ansiedade com seus dez respectivos marcadores semânticos, a saber: entusiasmo, esperança e orgulho; ódio, raiva, amargura e ressentimento; assustado, preocupação e medo (ver escala no Apêndice A). A escala foi apresentada imediatamente depois da notícia no caso dos grupos de tratamento, com a seguinte pergunta feita aos respondentes: "Como o que você acabou de ler faz você se sentir? ". No caso do grupo controle, a escala foi mantida com o fim de funcionar como linha base emocional, mas a pergunta foi sobre o estado emocional em geral ao momento de responder o questionário.

Importante enfatizar que, mesmo que a notícia tenha um conteúdo evidentemente negativo, foram mantidas as emoções positivas porque o modelo de mensuração da inteligência afetiva propõe que as dimensões não são ortogonais (MARCUS ET AL., 2015). Por isso, a exclusão de uma dimensão levaria não apenas a um modelo teoricamente sub-especificado, mas também ao risco de fazer conclusões empíricas enviesadas pela falta de controle das outras variáveis correlacionadas (emoções positivas). Porém Pimentel (2010; 2015) ao utilizar a AIT para analisar processos políticos no Brasil encontrou unicamente dois fatores na mensuração das emoções (positivo e negativo), este estudo mantém a mensuração das três emoções para reduzir as probabilidades de erros sistemáticos pela operacionalização do modelo teórico.

Para finalizar este tópico, apresento algumas informações adicionais. Nesta pesquisa foi utilizado o formato de escala tipo Likert de 10 pontos[14]; além disso, a ordem de cada um dos itens foi randomizada automaticamente para reduzir erros sistemáticos e efeitos de aprendizado nos respondentes. A tradução foi feita baseada, mas ajustada, em estudos prévios (PIMENTEL, 2010, para português; BRUSSINO ET AL., 2013, para espanhol). Uma diferença importante da escala em inglês em relação às que estão em espanhol e português é que, em vez de adjetivos,

[14] Marcus et al. (2015) testam a mensuração com uma técnica chamada *slider*, no qual os participantes utilizam um controle deslizante para assinalar o estado emocional, o qual facilita uma mensuração contínua das emoções. Neste estudo, por questões de viabilidade, utilizou-se o formato likert de 10 pontos, que também tem mostrado evidência de precisão na mensuração das emoções (MARCUS ET AL., 2015).

foram utilizados os substantivos das mesmas emoções, pois esta foi considerada a melhor opção para manter a fidelidade na tradução e para facilitar a compreensão dos respondentes.

3.2.3 Mensuração de punitivismo

A mensuração do punitivismo foi operacionalizada em duas grandes dimensões: atitudes e predisposição comportamental. A mensuração de atitudes punitivas foi feita a partir de uma escala que operacionalizou o conceito multidimensional de Adriaenssen & Aertsen (2015). Portanto, ela contém quatro dimensões representadas em oito itens que mensuram as atitudes em relação ao objetivo da sanção (retributivo *versus* restaurativo), o apoio a formas específicas de sanção penal, a intensidade da sanção penal e o apoio a políticas penais específicas. Em outras palavras, a escala mensura atitudes relativas ao trabalho das instituições responsáveis pelo controle da criminalidade. A afirmativa da escala foi: "Ainda pensando na notícia que você acabou de ler, queremos saber sua opinião sobre as seguintes declarações", apresentando seguidamente um formato tipo Likert com 5 opções de resposta, nas quais a resposta 1 significava "Discordo totalmente" e a 5, "Concordo totalmente". No caso do grupo controle, a primeira parte da afirmativa que lembrava a notícia foi retirada. Além disso, todos os itens foram randomizados e dois deles têm um sentido lógico contrário para controlar também efeitos de aprendizados e respostas automáticas.

Por último, foram adicionadas quatro perguntas sobre atitudes referentes à aprovação da justiça com as próprias mãos (formato de resposta com controle deslizante[15] aprova/desaprova); a culpa da delinquência (três categorias de resposta: o governo, o município, os cidadãos); sobre os atores responsáveis para reduzir a criminalidade (quatro categorias de resposta: o governo, o município, os cidadãos, os empresários); e se seria justificável que os militares tomassem o poder quando há muito crime e o Estado não consegue controlá-lo, com uma opção de resposta dicotômica sim/não.

Em outra parte, a predisposição comportamental foi mensurada com base na proposta conceitual de Seligson & Booth (1976), de maneira tal que inclui formas convencionais e não convencionais de participação política. Vale salientar que o estudo mensura predisposição porque, ao analisar o efeito dos *framings,* a lógica indica que o efeito tem que ser temporalmente

[15] O formato de controle deslizante ou *slider* se refere a uma barra que pode ser deslizada de um extremo a outro, com a finalidade de indicar quão perto se encontra o participante de uma categoria de resposta. Por exemplo, quanto mais aprova o uso da justiça com as próprias mãos o controle deslizante ficaria mais próximo à direita e quanto mais o desaprova, ficaria mais à esquerda.

posterior ao estímulo ou variável dependente, de maneira que não interessa a participação prévia, razão pela qual a única forma de aproximar-se à potencial participação é perguntando sobre a disposição a futuro. Em termos concretos, a operacionalização foi feita de diversas formas.

Primeiro, dois itens com formato Likert de 5 pontos (“Nada disposto” = 1; “Totalmente disposto” = 5) indagaram sobre participação convencional e não convencional para o controle da criminalidade. Adicionalmente, a disposição para fazer justiça com as próprias mãos foi mensurada também com o mesmo formato de escala. Por último, foi agregada uma pergunta dicotômica que examinou a importância das políticas repressivas na hora de votar em um candidato, enquanto que a última perguntou com um controle deslizante quão importante é o tema do crime para escolher o candidato presidencial.

3.3 Aspectos éticos

Conforme a Resolução 466/12 do CNS, foram estabelecidos os seguintes critérios éticos:

- Benefícios pela participação no experimento: os participantes do estudo não tiveram um benefício econômico pela participação nem benefício pessoal direto, além de colaborar com a produção do conhecimento. Também não foram reconhecidos créditos ou pontos na nota final das disciplinas pela participação no estudo.
- Riscos pela participação no experimento: a participação neste estudo só implicou o risco de cansaço para responder os instrumentos. Para minimizar isso, o instrumento foi curto, precisando em média 10 minutos para ser respondido. Além disso, os participantes podiam finalizar a participação em qualquer momento sem nenhuma consequência.
- Local e forma de coleta de dados: a coleta de dados foi realizada no site https://volunteerscience.com/, portanto, todo o contato com os participantes foi virtual e automatizado.
- Tempo mínimo de armazenamento de dados coletados: os dados coletados serão armazenados por um tempo de cinco anos a partir da finalização da etapa da coleta. O armazenamento garantirá o anonimato dos participantes.

Finalmente, para participar no estudo, era pré-requisito aceitar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) estabelecido pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pernambuco, conforme a Resolução 466/12 do CNS, no qual se informaram os aspectos éticos antes assinalados.

4 ANÁLISES EMPÍRICO E RESULTADOS

No presente estudo analiso empiricamente dois argumentos para explicar por que as pessoas assumem posturas muito punitivas. Como foi detalhado no capítulo teórico, o primeiro deles estabelece que a exposição aos *framings* episódicos de notícias sobre violência levariam as pessoas a terem níveis mais altos de punitivismo, em comparação com os *framings* temáticos, pelo fato de apresentar o evento como uma situação isolada e com atribuições causais individualistas. O segundo argumento propõe que as emoções, mais especificamente a aversão, seria a causa desse efeito principal. Em outras palavras, a hipóteses do mecanismo afirma que o *framing* episódico produz mais aversão e isso, por sua vez, gera mais punitivismo.

Nas seguintes subseções são apresentados os principais achados para cada um dos casos estudados, lembrando que cada país foi analisado separadamente. Assim sendo, para cada uma das subseções há uma primeira parte descritiva, seguida por o teste da hipótese do efeito geral do *framing* sob atitudes e comportamentos, posteriormente as análises de efeitos heterogêneos e finaliza com a verificação das emoções como mecanismo causal. Além disso, nos Apêndices B e C se apresentam uma série de testes complementares que foram utilizados com o objetivo de aprofundar as análises e verificar a consistência dos achados.

4.1 Costa Rica

4.1.1 Análise descritiva

Além das características sociodemográficas (ver Tabela 2), nesta pesquisa foram consideradas distintas variáveis que têm sido identificadas pela literatura como moderadoras do efeito dos *framings* nas pessoas (ver estatísticas descritivas no Apêndice B). Do gráfico 1.1 até o 1.6 são apresentadas as distribuições de cada uma delas no caso da Costa Rica, nas quais é possível observar que há uma tendência a confiar pouco nas instituições associadas ao controle da criminalidade, especificamente na polícia e no sistema judiciário, padrão que também se observa na falta de confiança nos meios de comunicação. Já no caso do interesse por política, os números são mais positivos, observando-se uma agrupação dos participantes a mostrar pouco ou bastante interesse. Nesta amostra, a maioria das pessoas não tem sido vítimas de crimes (78,7%) e mais do 60% se sente seguro ou muito seguro no bairro onde mora. Estas variáveis, junto com as características sociodemográficas da Tabela 2, foram utilizadas também para

verificar o balanceamento dos três grupos experimentais, logo os dados permitem conferir a efetividade da randomização, exceto para tendência ideológica e renda, motivo pelo qual as análises foram controladas pelas duas variáveis para evitar viés associado ao desbalanceamento das amostras (Ver estatísticas descritivas das variáveis e tabela de balanceamento no Apêndice B).

Gráfico 1 – Distribuição das variáveis moderadoras para Costa Rica

Gráfico 1.1 – Confiança na mídia

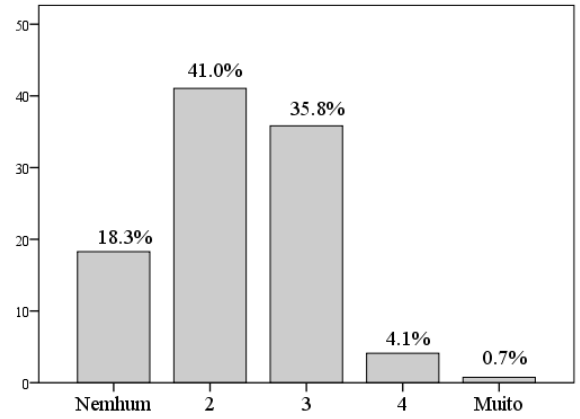


Gráfico 1.2 – Confiança no Sistema Judiciário

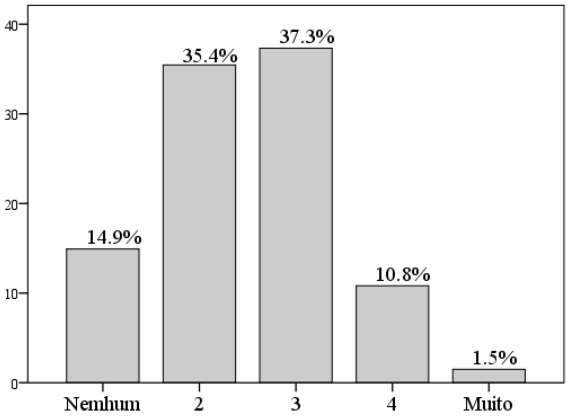


Gráfico 1.3 – Confiança na polícia

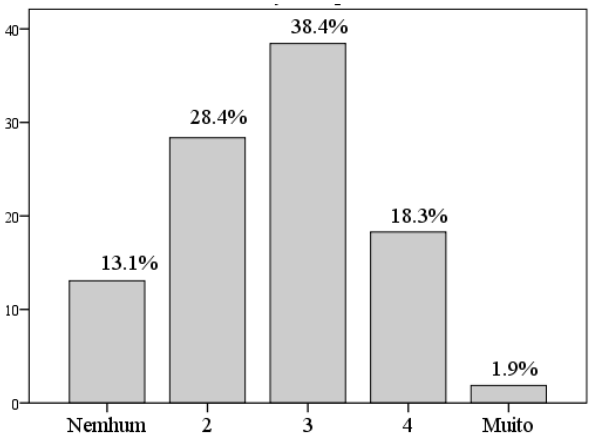


Gráfico 1.4 – Interesse por política

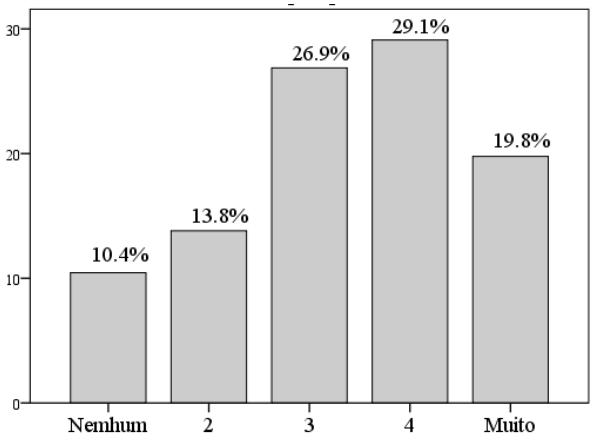


Gráfico 1.5 – Vitimização

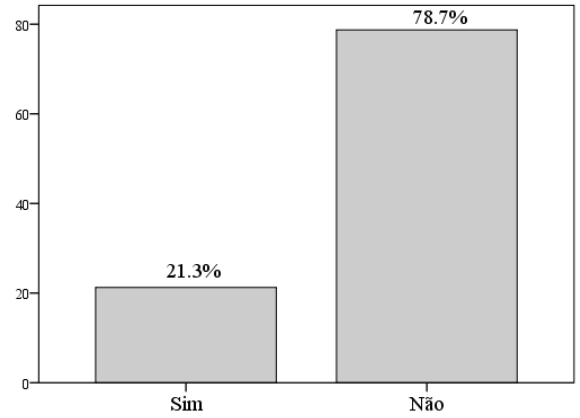
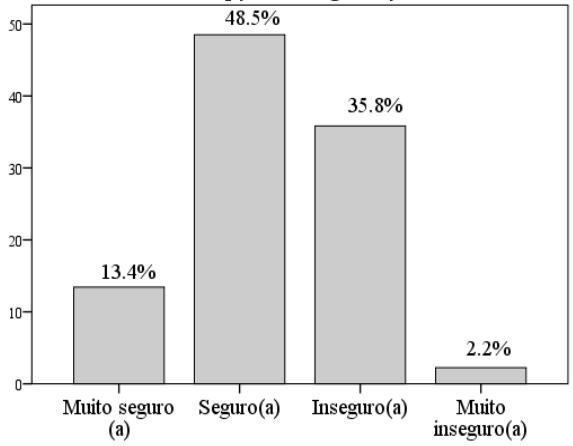


Gráfico 1.6 – Percepção de segurança



Fonte: Elaboração própria

O punitivismo foi operacionalizado em duas dimensões: as atitudes e as tendências comportamentais, as quais, por sua vez, foram mensuradas de várias formas (ver estatística descritiva no Apêndice B). No caso das atitudes, a escala de punitivismo mencionada no capítulo prévio foi transformada num indicador único (M = 48,71, DP = 22,05) que explica 41% da variância e que evidencia uma consistência interna satisfatória (α = .705)[16]. Além disso, foi considerado de forma independente o item "Apoia o uso da justiça com as próprias mãos (Apoia JCPM)" (M = 46,31, DP = 36,56).

Em relação às variáveis comportamentais, foi utilizado um indicador de predisposição de fazer justiça com as próprias mãos (Faria JCPM) (M = 33,27, DP = 32,05). Este foi construído a partir de dois itens que mensuraram o conceito e que mostraram alta correlação e uma consistência interna adequada (α = .876). Ademais, foram utilizados dois itens sobre participação política, mais especificamente, um sobre disposição de participar em manifestações contra a violência (M = 64,59, DP = 32,64) e outro sobre disposição de participar em reuniões com vizinhos para melhorar a segurança do bairro (M = 79,28, DP = 22,98).

Em sínteses, os indicadores de punitivismo evidenciam que as posturas repressivas são refletidas mais no nível atitudinal do que na predisposição comportamental. Neste sentido, há uma tendência mais marcada ao punitivismo no que se refere às expectativas do fazer das instituições responsáveis do controle da criminalidade (Gráfico 2.1) e em menor medida no que as pessoas fariam, quer dizer, na predisposição para se envolver de fato em práticas punitivas extralegais (Gráfico 2.2).

Gráfico 2 – Distribuição dos indicadores de punitivismo

Gráfico 2.1 – Indicador de atitudes punitivas

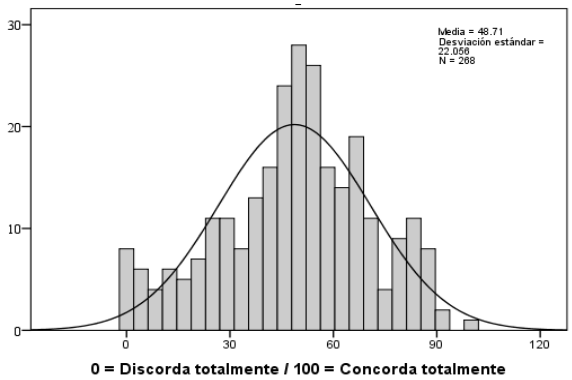
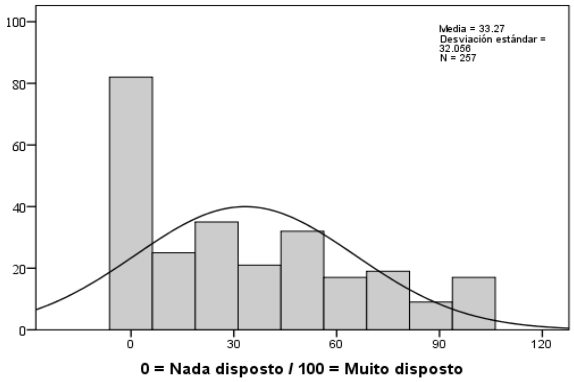


Gráfico 2.2 – Indicador de justiça com as próprias mãos



Fonte: Elaboração própria

[16] α = Alfa de Cronbach. Foram considerados unicamente 6 dos 8 itens da escala, levando em consideração um melhor ajuste dos indicadores ao excluir os itens 4 e 7 da escala original apresentada no Apêndice A1. Também foram aplicados os testes de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO=.787) e o de esfericidade de Barlett (245.041, p = .000), nos quais foi possível conferir que o uso de análises fatorial era adequado para esta escala.

Para finalizar a descrição das variáveis, é importante assinalar que as emoções foram consistentes tanto na amostra costarriquenha quanto em relação com a evidência empírica existente. As análises fatoriais exploratórias iniciais mostraram uma agrupação em dois fatores como era esperado, sendo que as emoções positivas conformaram um fator (entusiasmo)[17] enquanto que as negativas (aversão e ansiedade) constituíram outro. No entanto, como a literatura já tem evidenciado a alta correlação entre as emoções de valência negativa, foi imprescindível realizar análises fatoriais confirmatórias para entender mais rigorosamente o comportamento da escala, levando em consideração a importância da diferenciação entre ansiedade e aversão para o presente estudo.

Logo, as análises confirmatórias evidenciaram uma agrupação de três fatores que explicam o 78,94% da variância, com uma consistência interna da escala aceitável (α = .712), demonstrando por sua vez um ajuste estatístico e teórico satisfatório.[18] Mais especificamente, o fator entusiasmo (α = .919) mostrou uma média menor em comparação com as emoções negativas (M = 30,49; DP = 30,63), o que corresponde com as expetativas teóricas pela natureza violenta da informação apresentada no experimento. Por sua parte, a escala de aversão (α = .845) e a de ansiedade (α = .871) mostraram médias consistentemente mais altas, tal como esperado (M = 39,8, DP = 28,62; M = 55,54, DP = 29,47 respetivamente).[19] Nos Gráficos 3.1 e 3.2 se apresentam as distribuições das emoções negativas.

Gráfico 3 – Distribuição das emoções

Gráfico 3.1 – Aversão

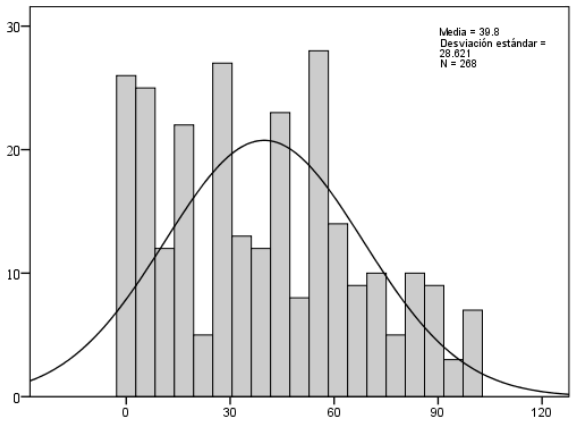
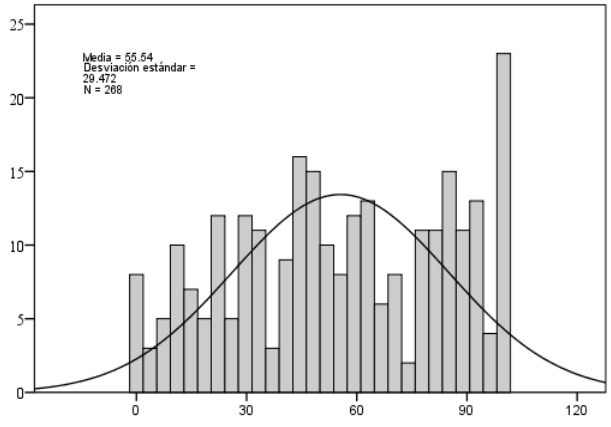


Gráfico 3.2 – Ansiedade



Fonte: Elaboração própria

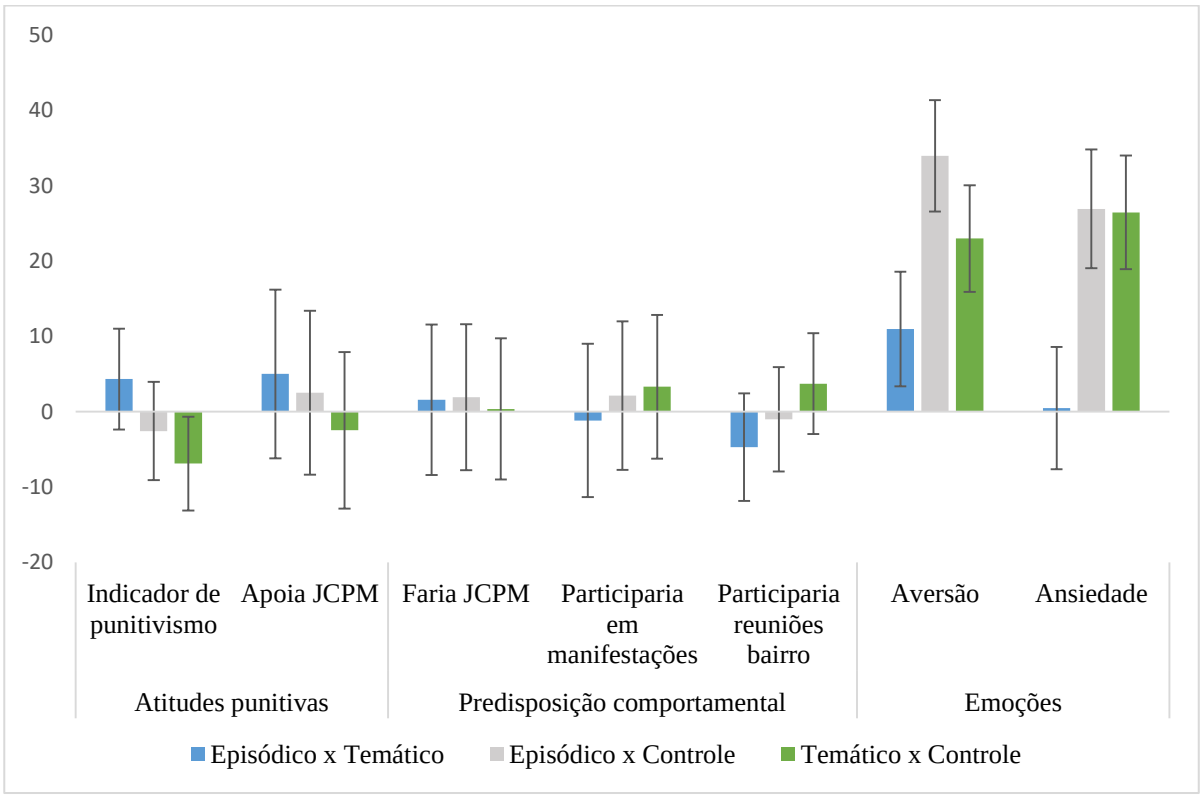
[17] Lembrando que entusiasmo foi incluída nas análises para evitar erros de mensuração das emoções pela correlação entre as distintas dimensões; no entanto, não há expectativas teóricas específicas parta esta emoção.
[18] Também foram aplicados os testes de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO=.728) e o de esfericidade de Barlett (3924.608, p = .000), nos quais foi possível conferir que o uso de análises fatorial era adequado para esta escala.
[19] Marcus et al (2015) tinham encontrado indicadores de confiabilidade similares. No estudo deles, o fator entusiasmo tinha um Alfa de Cronbach de .82, para aversão foi α = .89 e para ansiedade α = .92.

4.1.2 Teste da hipótese do efeito geral

No Gráfico 4 se apresenta a comparação das médias das variáveis dependentes do estudo em relação aos grupos de tratamento. Como pode se observar, não é possível corroborar um efeito significativo do tipo do *framing* sobre as atitudes nem sobre os comportamentos com tendência punitiva. Porém, as emoções sim estão estatisticamente influenciadas pelos *framings* das notícias. Nesse sentido, o *framing* episódico gera significativamente mais aversão do que o temático e o grupo controle, o que confirma parcialmente a H_2 deste estudo, que estabelece que as notícias sobre crimes com *framing* episódico levariam a níveis maiores de aversão.

Já no caso da ansiedade, as conclusões mudam porque praticamente não se observa diferença entre os níveis de ansiedade produzidos pelo *framing* episódico em relação ao temático. Isto confirma que para o caso costarriquenho, e em congruência com o argumento teórico deste estudo, as emoções afetadas pelos *framings* das notícias são aquelas associadas à raiva, à amargura, ao ressentimento e ao ódio (aversão) e não ao medo, ao susto ou à preocupação, que compõem a ansiedade. Na mesma linha, os dois tratamentos geram significativamente mais aversão e ansiedade do que a ausência de notícia.

Gráfico 4 – Teste da hipótese do efeito geral, Costa Rica



Fonte: Elaboração própria

Para além deste teste, foi realizada uma análise de variância (ANOVA) para amostras independentes e a prova não paramétrica de Kruskal-Wallis[20] considerando que a distribuição das variáveis não é normal, como é esperado no caso de variáveis qualitativas. Também se adicionaram os testes *post – hoc*[21] HSD Tukey e Bonferroni para conferir os resultados. Como pode ser observado no Apêndice B, os achados são consistentes ao longo dos diferentes tipos de testes.

Também de forma complementar, foram realizadas regressões ordinais[22] com o objetivo de aprofundar as análises e verificar a consistência dos achados. Assim, nestes modelos se incorporaram as variáveis independentes de forma tal que fosse possível comparar um tratamento em relação o outro (por exemplo, episódico X temático), enquanto que o terceiro ficasse excluído do modelo. Uma especificidade a se observar é o fato de que os modelos foram construídos unicamente com uma variável independente (tratamentos) e não se introduziram controles; o que foi possível pelo desenho experimental da pesquisa e, principalmente, pelo fato de ter confirmado a efetividade da randomização dos grupos de tratamento.

Como se observa na Tabela 3, não há efeitos gerais estatisticamente significativos, portanto, com este método também não é possível rejeitar a hipóteses nula que estabelece que não há efeitos diferenciados do *framing* episódico e o temático sob as atitudes e os comportamentos. No entanto, apesar de não ter encontrado efeitos principais significativos, é possível observar nos coeficientes a tendência esperada de acordo com a teoria, sendo que os indivíduos que leram a notícia sobre o homicídio com o *framing* episódico têm menos chance

[20] A Kruskal-Wallis é uma prova não paramétrica utilizada para comparar variâncias entre mais de dois grupos independentes. Seu poder geralmente é comparável com o da ANOVA, com a particularidade de ser específico para dados que não atingem os requerimentos paramétricos da ANOVA (COHEN, 2008).

[21] As provas *post hoc* usualmente são desenvolvidas depois de encontrar diferenças significativas na prova de Kruskal-Wallis com o objetivo de identificar com precisão os grupos que se diferençam estatisticamente (COHEN, 2008).

[22] É importante esclarecer que as regressões ordinais foram utilizadas por serem específicas para variáveis dependentes com valores ordinais (O'CONNELL, 2006). Além disso, essas regressões foram realizadas no *software* estatístico "IBM SPSS Statistics 22" com o comando SPSS PLUM. No entanto, segundo O'Connell (2006) há pelo menos três particularidades que devem ser levadas em conta na hora da interpretação, porque as estimações de probabilidades com o SPSS PLUM não necessariamente vão corresponder com os cálculos feitos pela regressão logística do SPSS ou de outros programas estatísticos. Primeiro, é importante considerar que a probabilidade estimada no SPSS PLUM é a probabilidade de estar *em* ou *embaixo* de um valor particular da escala de resposta, mais especificamente, das categorias de menor valor da VD (contrário à regressão logística que calcula a probabilidade de estar no valor mais alto de resposta da VD). Segundo, o SPSS PLUM utiliza uma fórmula diferente em comparação com outros *softwares* porque na estimação ela subtrai o efeito da VI do intercepto (a fórmula fica: $(\ln(Y_j') = \theta_j - \beta_1 X_1$, onde j= categoria de resposta e X1 = VI). Terceiro, o SPSS PLUM estabelece internamente a codificação das categorias da VI, as quais são claramente identificáveis no *output* da regressão.

de ter níveis baixos nos indicadores de atitudes punitivas e de justiça com as próprias mãos.[23] Em outras palavras, o grupo experimental com o *framing* episódico mostrou um padrão não significativo de ter níveis mais altos nos indicadores atitudinais e comportamentais repressivos em comparação com o *framing* temático.

Tabela 3 – Modelos de regressão ordinal para explicar atitudes e predisposição comportamental com orientação punitiva, *framing* episódico X temático

Variáveis dependentes	Grupo de referência	Estimativos	
		Exp (β)	P - valor
Indicador "Punitivismo"	*Framing* episódico	-.235	.385
Indicador "Justiça com as próprias mãos"	*Framing* episódico	-.118	.672
Participação em manifestação	*Framing* episódico	.088	.757
Participação em reuniões de bairro	*Framing* episódico	-.365	.222

Fonte: Elaboração própria
País: Costa Rica. VI dicotómica: Temático = 0; Episódico = 1. Categoria de referência: framing episódico

4.1.3 Teste de efeitos heterogêneos

Tal como se especificou no capítulo teórico, há uma série de variáveis que têm sido consideradas neste estudo porque a literatura já tem demostrado sua relevância na moderação dos efeitos dos *framings*. Portanto, com o objetivo de identificar possíveis efeitos heterogêneos, foram realizados diferentes testes separando a amostra para cada uma das categorias das variáveis moderadoras de interesse[24]. Nesta seção apresento os gráficos de comparação das médias dividindo a amostra segundo o sexo e a raça, dada sua significância estatística e o aporte ao debate das hipóteses do estudo pela diferença dos efeitos do *framing* episódico em relação ao temático. Alguns achados se apresentam relevantes na comparação dos tratamentos com o grupo controle. No Apêndice B apresento as tabelas das regressões que reafirmam os achados apresentados nesta seção.

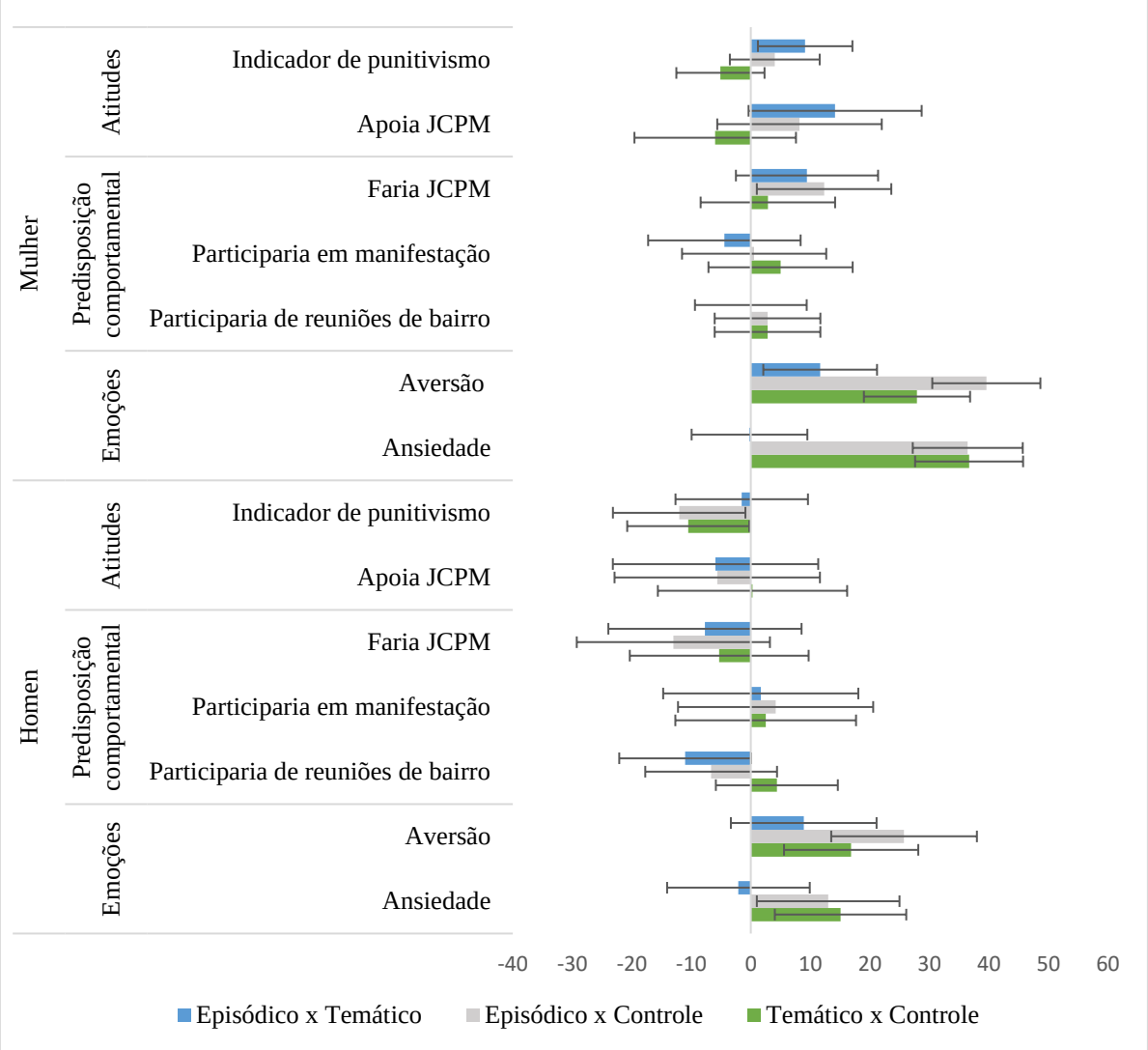
Como pode ser observado nos Gráficos 5 e 6, o *framing* episódico pode aumentar a chance de ter níveis maiores no indicador de atitudes punitivas no caso das mulheres e das pessoas que se auto definem brancas (achado que também se confirma nos modelos de regressão

[23] Lembrando que a interpretação da regressão ordinal é feita em relação ao menor valor das opções de resposta da VD. Nesse sentido, a leitura do coeficiente negativo seria: o passo do *framing* temático ao *framing* episódico diminui as probabilidades de ter valores mais baixos na escala de resposta da VD.

[24] Importante assinalar que se realizaram testes dividindo a amostra pelas categorias de resposta de todas as variáveis moderadoras levadas em conta nesta pesquisa. Não obstante, por um assunto de viabilidade na apresentação da informação, neste documento se detalham exclusivamente as que, por sua significância estatística, aportam ao debate das hipóteses.

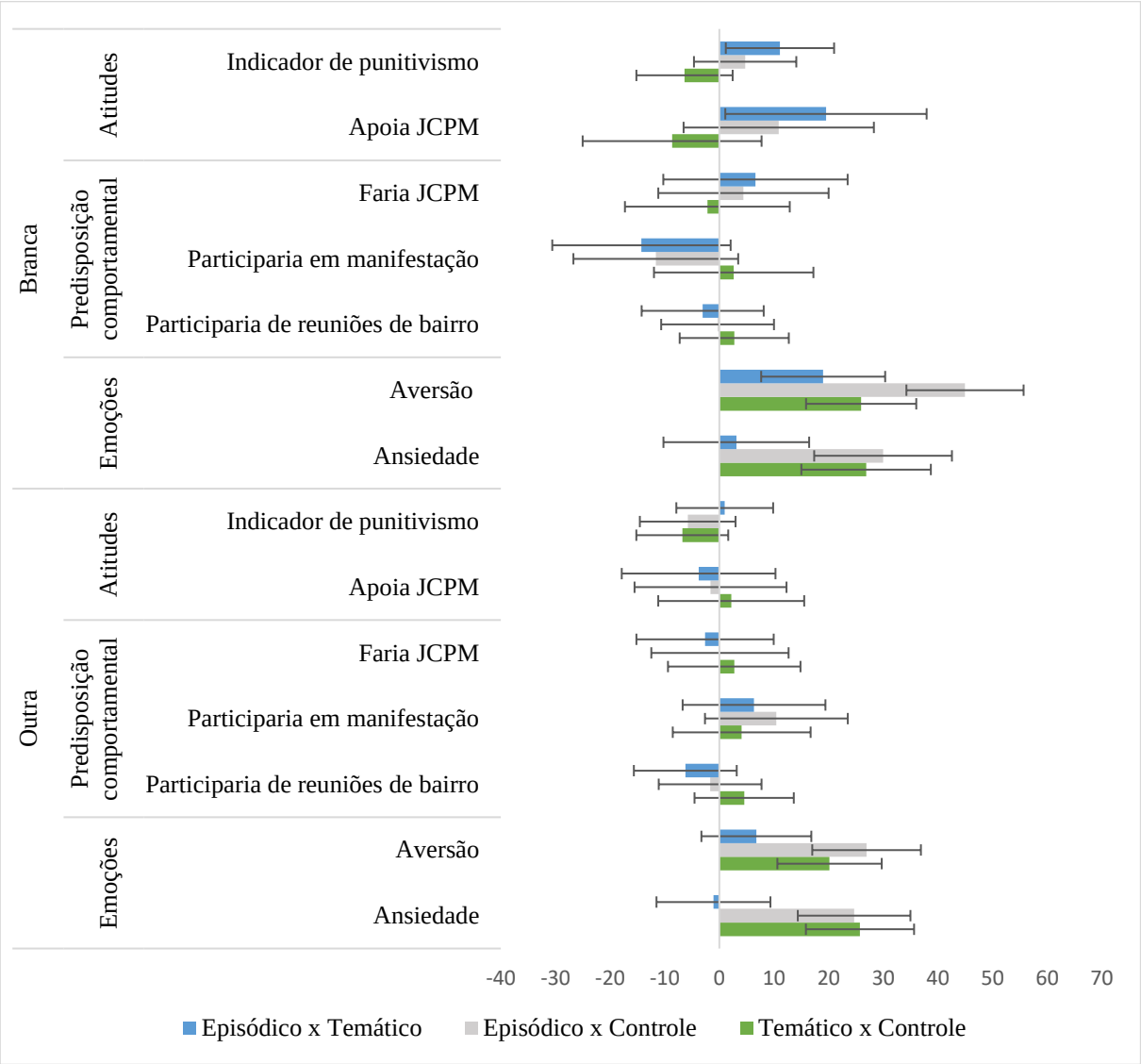
ordinal apresentados no Apêndice B). Da mesma forma, os resultados mostram um efeito do *framing* episódico sob o apoio à justiça com as próprias mãos para os mesmos grupos populacionais (mulheres e pessoas brancas), o qual foi confirmado com um Teste *T de Student*. Neste último se evidenciou que as mulheres expostas ao *framing* episódico (M = 50.33, SD = 35.722) justificam mais do que o grupo temático (M = 36.17, DP = 36.621) o fato de que pessoas façam justiça com as próprias mãos quando o Estado não é eficiente na aplicação das sanções penais (*t*(91)= -1., p = .062). Na mesma linha, as pessoas que se auto definiram brancas no grupo do f*raming* episódico aprovam mais a justiça com as próprias mãos (M = 62.62, DP = 35.161) do que as brancas do grupo temático (M = 43.09, DP = 34.416), *t*(56) = -2.128, p = .038.

Gráfico 5 – Teste de efeitos heterogêneos na Costa Rica por sexo



Fonte: elaboração própria

Gráfico 6 – Teste de efeitos heterogêneos na Costa Rica por raça



Fonte: elaboração própria

Em relação à dimensão de predisposição comportamental com orientação repressiva, também foi possível observar efeitos nas mulheres do grupo episódico, em comparação com o temático (ver Gráfico 5). Elas mostraram mais predisposição para fazer justiça com as próprias mãos, tendência que é confirmada com um modelo de regressão ordinal (β = -.651, p = .085) e é consistente com as atitudes punitivas evidenciadas previamente. As mulheres do tratamento episódico também mostraram mais predisposição comportamental punitiva em comparação ao grupo controle (β = -.811, p = .024).

Continuando com os efeitos heterogêneos, é surpreendente os resultados associados ao grupo controle. Inicialmente, a hipótese principal acorda os efeitos das notícias sobre violência

segundo o tipo de *framing* utilizado, os quais por sua vez constituem os dois grupos de tratamento (episódico e temático). O grupo controle foi incorporado no experimento para ter uma linha base com a expectativa de que qualquer dos dois *framings* ia gerar mais punitivismo do que a ausência da notícia. Porém, a evidência empírica contradisse tal afirmação.

Como se observa novamente no Gráfico 5, os homens que receberam o *framing* episódico têm níveis menores de punitivismo do que o grupo controle.[25] No mesmo sentido, homens, pessoas com nível universitário, não católicos, com renda suficiente, com pouca confiança na mídia e não vítimas expostos ao *framing* temático tendem a ter níveis menores no indicador de punitivismo em comparação com o grupo controle (ver material complementar no Apêndice B). Em síntese, para os grupos mencionados, as atitudes punitivas não estão associadas aos *framings* das notícias sobre criminalidade, mas sim com outros fatores que não foram considerados neste estudo.

Por último, os achados relativos à variável de predisposição de participar em reuniões de bairro para diminuir a criminalidade evidenciam um perfil de participantes interessante. As pessoas que consideram que sua renda familiar não é suficiente participariam mais em reuniões de bairro para reduzir a criminalidade, isso se confirma tanto no grupo do *framing* episódico (β = -1.279, p = .062) quanto no grupo temático (β = -1.250, p = .097), em comparação ao grupo controle. Isso poderia estar relacionado com os recursos econômicos para garantir a segurança, considerando uma lógica em que as pessoas com menos renda precisam da comunidade para confrontar a insegurança, enquanto que possivelmente as pessoas com renda suficiente podem fazer uso de meios privados para se proteger. Além disso, as pessoas que se sentem inseguras e que receberam o *framing* temático se reuniriam mais do que as pessoas do grupo controle (β = -.951, p = .044).

4.1.4 Teste da hipótese do mecanismo causal

A segunda hipótese deste estudo estabelece que o efeito do *framing* episódico nas posturas punitivas acontece por causa da aversão gerada por esse tipo de notícia. No entanto, para corroborar o mecanismo causal, primeiro é preciso satisfazer o requisito de existência do efeito principal (*framing* sob punitivismo). Como se observou na seção anterior, poderia se inferir que o *framing* episódico está associado a posturas mais punitivas unicamente no caso

[25] No material complementar do Apêndice B se apresentam as regressões que dão suporte a este argumento e que mostram o mesmo resultado para as pessoas com bastante interesse pela política.

das mulheres e das pessoas que se auto identificam como brancas.[26] Levando em consideração tais achados, nesta subseção se testa o mecanismo causal exclusivamente para os casos de mulheres e pessoas brancas.

Primeiramente, no caso das mulheres que receberam o *framing* episódico se confirma que há mais probabilidades de ter níveis maiores de atitudes e comportamentos punitivos, assim como níveis mais elevados de aversão (Ver Gráfico 5 e Tabela 4). Além disso, os dados também permitem verificar que a aversão está estatisticamente associada a níveis mais altos de punitivismo, tanto nas atitudes quanto nos comportamentos (Ver Tabela 5).

No entanto, apesar de ter encontrado coeficientes significativos entre o *framing* episódico e aversão, assim como entre aversão e atitudes e comportamentos punitivos, na hora de introduzir o *framing* e a aversão em um modelo de regressão linear para explicar o punitivismo, os resultados não atingem a significância estatística ($p > 0,10$). Porém, é possível identificar que o mecanismo emocional conserva a significância para explicar as posturas repressivas, enquanto que o *framing* perde a sua força explicativa (Ver Tabela 6). Esse padrão se repete também no caso das pessoas que se auto definem como brancas (Ver Tabelas 7, 8 e 9). Futuras pesquisas serão necessárias para verificar o mecanismo causal, com análises mais complexas e com desenhos de pesquisa mais sofisticados.

Tabela 4 – Modelos de regressão dos efeitos do *framing* episódico sob posturas punitivas e emoções no caso das mulheres

Variáveis dependentes	Grupo de referência	Regresão ordinal		Regressão linear	
		Exp (β)	P - valor	β	P - valor
Indicador de Punitivismo	*Framing* episódico	-.610	.095^{+}	.219	.035*
Apoia a "Justiça com as próprias mãos"	*Framing* episódico	-	-	.194	.062^{+}
Faria Justiça com as próprias mãos	*Framing* episódico	-.651	.085^{+}	.159	.135
Aversão	*Framing* episódico	-.803	.029*	.233	.025*

Fonte: Elaboração própria
País: Costa Rica. Sexo = Mulher
VI dicotômica: Temático = 0; Episódico = 1. Categoria de referência: framing episódico
*$^{+}p < 0.1$ *$p < 0.05$, **$p < 0.01$, ***$p < 0.001$*

[26] Esses efeitos contrastam o *framing* episódico contra o temático, o qual responde diretamente à primeira hipótese desta pesquisa.

Tabela 5 – Modelos de regressão da aversão sob posturas punitivas no caso das mulheres

Variáveis dependentes	Regressão linear	
	β	P-valor
Indicador "Punitivismo"	.268	.001**
Apoia "Justiça com as próprias mãos"	.207	.010*
Faria "Justiça com as próprias mãos"	.292	.000***

Fonte: Elaboração própria
País: Costa Rica. Sexo = Mulher, VI = Aversão
*$^{+}p < 0.1$ * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$*

Tabela 6 – Modelos de regressão linear sob posturas punitivas no caso das mulheres

Variáveis dependentes	Variáveis independentes	Regressão linear	
		β	P-valor
Indicador "Punitivismo"	Aversão	.336	.001*
	Framing episódico	.141	.160
Apoia a "Justiça com as próprias mãos"	Aversão	.257	.014*
	Framing episódico	.134	.195
Faria "Justiça com as próprias mãos"	Aversão	.241	.024*
	Framing episódico	.111	.291

Fonte: Elaboração própria
País: Costa Rica. Sexo = Mulher
*$^{+}p < 0.1$ * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$*

Tabela 7 – Modelos de regressão dos efeitos do *framing* episódico sob atitudes punitivas e emoções no caso das pessoas brancas

Variáveis dependentes	Grupo de referência	Regresão ordinal		Regressão linear	
		Exp (β)	P-valor	β	P-valor
Indicador "Punitivismo"	*Framing* episódico	-.917	.052^{+}	.269	.041*
Apoia a "Justiça com as próprias mãos" (atitudes)	*Framing* episódico	-.985	.037*	.273	.038*
Aversão	*Framing* episódico	-1.485	.003**	.383	.003**

Fonte: Elaboração própria
País: Costa Rica. Raça = Branca
VI dicotomica: Temático = 0; Episódico = 1. Categoria de referência: framing episódico
*$^{+}p < 0.1$ *$p < 0.05$, **$p < 0.01$, ***$p < 0.001$*

Tabela 8 – Modelos de regressão da aversão sob atitudes punitivas no caso das pessoas brancas

Variáveis dependentes	Regressão linear	
	β	P – valor
Indicador "Punitivismo"	.260	.009**
Justifica a "Justiça com as próprias mãos" (atitudes)	.287	.004**

Fonte: Elaboração própria
País: Costa Rica. Raça = Branca, VI = Aversão
*$^{+}p < 0.1$ * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$*

Tabela 9 – Modelos de regressão linear sob atitudes punitivas no caso das pessoas brancas

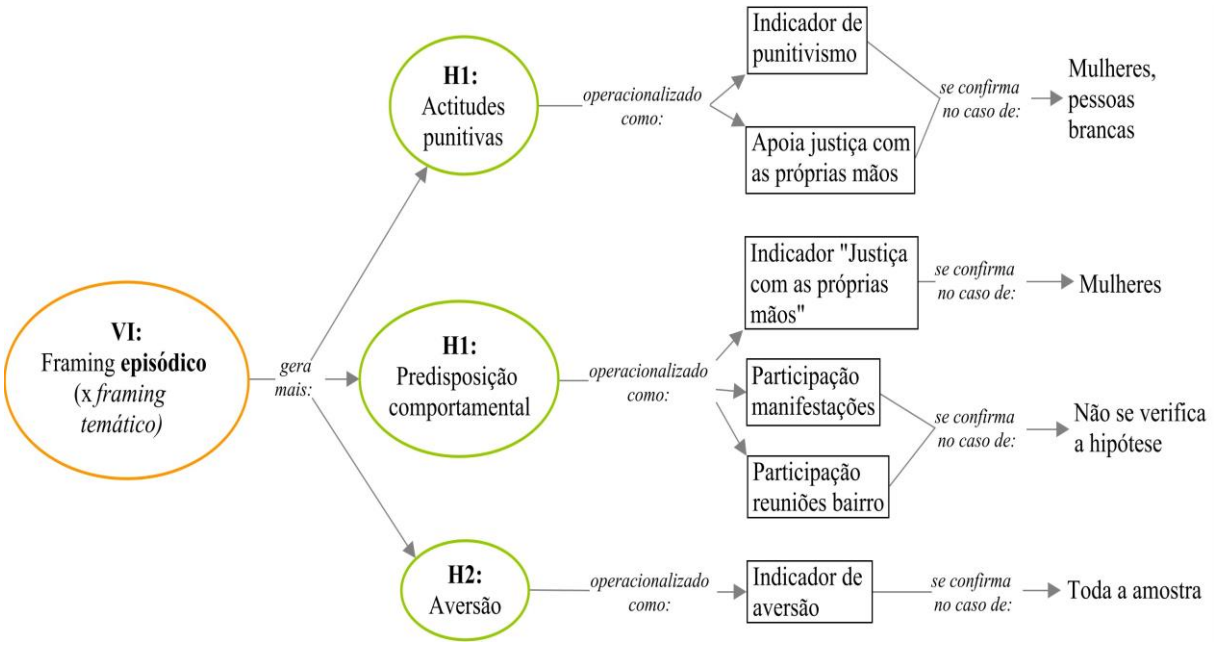
Variáveis dependentes	Variáveis independentes	Regressão linear	
		β	P – valor
Indicador "Punitivismo"	Aversão	.425	.002**
	Framing episódico	.106	.412
Justifica a "Justiça com as próprias mãos" (atitudes)	Aversão	.367	.007**
	Framing episódico	.133	.316

Fonte: Elaboração própria
País: Costa Rica. Raça = Branca
*$^{+}p < 0.1$ * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$*

4.1.5 Resumo dos principais achados da Costa Rica

A evidência empírica do caso costarriquenho permite afirmar que o *framing* episódico gera mais atitudes punitivas nas mulheres e nas pessoas brancas, enquanto que aumenta a predisposição de fazer justiça com as próprias mãos no caso das mulheres. Além disso, o *framing* episódico também está associado a uma maior predisposição de participar em reuniões de vizinhos para melhorar a segurança do bairro no caso de indivíduos que consideram que sua renda familiar não suficiente. Em outras palavras, a hipóteses principal do estudo se confirma especificamente para esses grupos populacionais. Na Figura 2 se resumem os achados da hipótese principal, e no Apêndice B se resumem os contrastes dos *framings* com o grupo controle.

Figura 2 – Representação gráfica do teste das hipóteses para o caso da Costa Rica, contraste *framing* episódico X temático



Fonte: elaboração própria

Embora para amostra geral não possa ser conferida a hipóteses principal, nos dados é possível observar a tendência esperada dos efeitos do tratamento episódico nas posturas punitivas. Para além disso, chama a atenção que o grupo controle mostre, em vários grupos populacionais, atitudes mais punitivas, quando o esperado era que os tratamentos tivessem mais força nesse efeito. A esse respeito, é importante analisar o possível viés de desejabilidade social introduzido pelo tratamento, a construção da manipulação e o papel de outras variáveis não consideradas neste estudo que estivessem explicando as atitudes e os comportamentos com orientação repressiva.

Finalmente, as emoções foram consistentes tanto em relação à evidência empírica internacional quanto ao resultado da amostra. É importante resgatar o fato de ter corroborado estatisticamente a diferença entre as emoções negativas e, principalmente, observar que seu papel nas posturas punitivas é diferente. Por um lado, a ansiedade não está explicando o punitivismo, tal como assinalado no argumento teórico desta pesquisa. Em contrapartida, confirma-se a importante relação entre aversão e atitudes e comportamentos punitivos, assim como entre o *framing* episódico e a emoção negativa, confirmando parcialmente a hipótese do mecanismo causal. Cada um destes pontos será aprofundado no capítulo das considerações finais.

4.2 Brasil

4.2.1 Análise descritiva

Do Gráfico 7.1 ao 7.6 se apresentam as distribuições das variáveis moderadoras para Brasil (ver estatísticas descritivas no Apêndice C). Assim como no caso costarriquenho, a confiança na mídia, no Sistema Judiciário e na polícia tende a ser baixa, enquanto que o interesse na política – para a maioria dos respondentes – tem o padrão contrário. Além disso, 74% das pessoas não têm sido vítimas de crimes e mais do 68% dos participantes se sentem inseguros ou muito inseguros nos seus bairros. Estas variáveis, juntamente com as características sociodemográficas, foram utilizadas para conferir o balanceamento dos grupos de tratamento experimental, balanceamento este que foi confirmado, com exceção da variável "Confiança no judiciário" (ver Apêndice C).

Em relação às variáveis dependentes, foram utilizados a escala de atitudes punitivas (α = .767), que mostrou uma média de 34,57 (DP = 23,43)[27], e o item "Aprova o uso da justiça com as próprias mãos", com uma média de 21,46 (DP = 26,42). Já no caso das variáveis sobre disposição comportamental, foram utilizados o indicador de "Fazer justiça com as próprias mãos" (α =.706, M = 13,58, DP = 20,31), a disposição de protestar contra a violência (M = 65,85, DP = 31,52) e a predisposição de participar em reuniões do bairro (M = 71,31, DP = 26,96).[28] Como se observa no Gráfico 8, a tendência dos dados sugere que há pouca disposição de atuar diretamente de forma punitiva, ou seja, de fazer justiça com as próprias mãos. Ao mesmo tempo, há mais expectativa de que as instituições encargadas do controle da criminalidade implementem medidas severas contra as pessoas envolvidas em atividades criminais, o que se reflete nos valores do indicador de atitudes punitivas. Nesta tendência, os padrões brasileiros e costarriquenhos coincidem.

Finalmente, a escala de emoções foi consistente na amostra brasileira e em comparação com a evidência internacional. Assim, como acontece geralmente, uma análise fatorial exploratória evidenciou dois fatores: emoções positivas e negativas. Mas, como já foi assinalado, para esta pesquisa é de particular interesse diferenciar a aversão da ansiedade, as

[27] Foram aplicados os testes de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO=.822) e o de esfericidade de Barlett (448.165, p = .000), nos quais foi possível conferir que o uso de análises fatorial era adequado para esta escala. Um único fator explica 47% da variância.

[28] Lembrando que o instrumento utilizado para Costa Rica e Brasil é igual, o que permitiu utilizar as mesmas variáveis para mensurar os mesmos construtos teóricos. Da mesma forma, a construção de indicadores e o tipo de análises seguiu a mesma trajetória nos dois países.

quais tendem a se agrupar nesse tipo de procedimento estatístico. Por isso, foi necessário realizar uma análise fatorial confirmatória, para tentar corroborar empiricamente essa diferença.

Gráfico 7 – Distribuição das variáveis moderadoras para Brasil

Gráfico 7.1 – Confiança na mídia

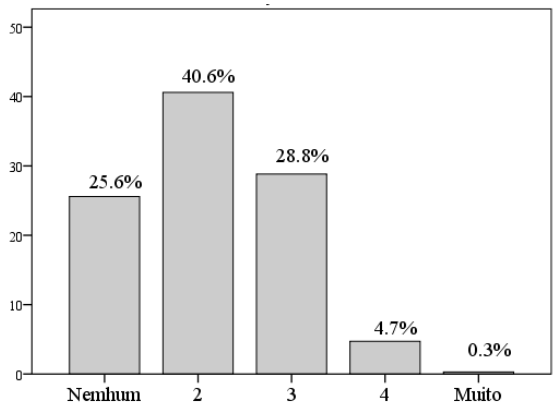


Gráfico 7.2 – Confiança no Sistema Judiciário

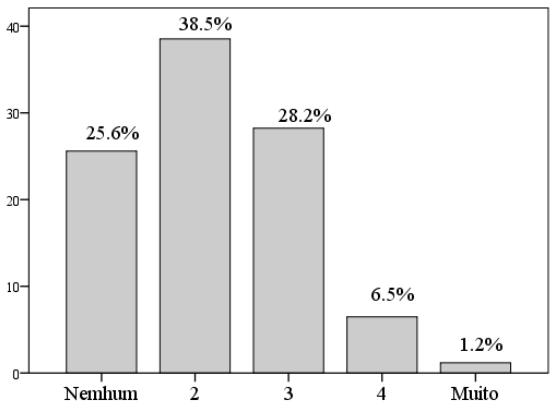


Gráfico 7.3 – Confiança na polícia

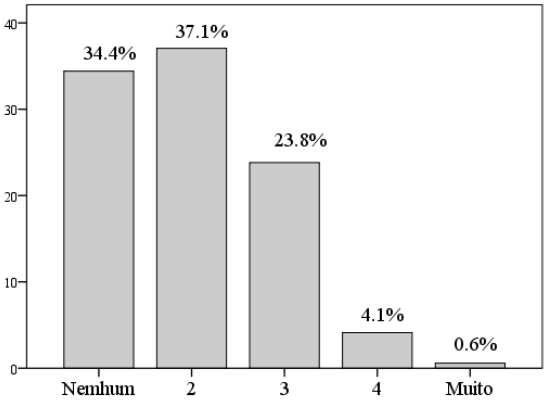


Gráfico 7.4 – Interesse por política

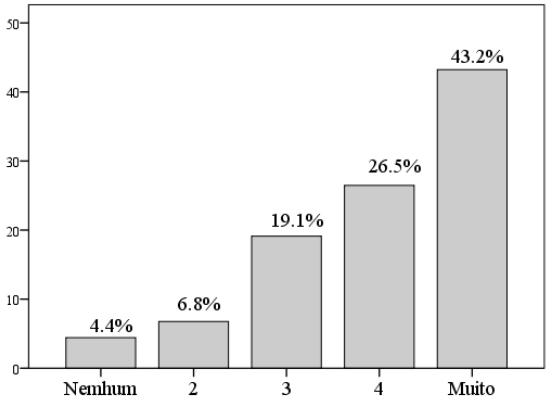


Gráfico 7.5 – Vitimização

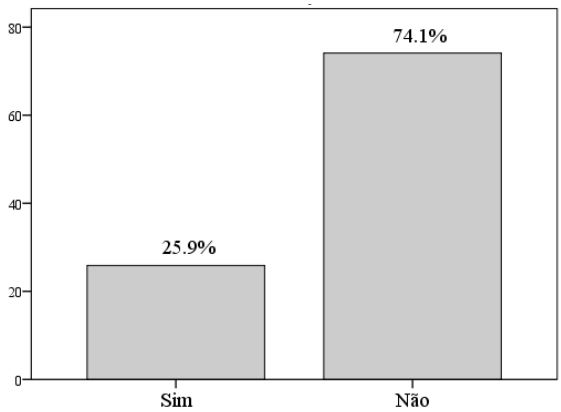
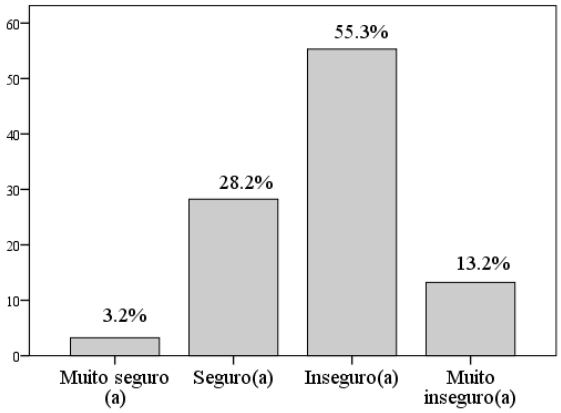


Gráfico 7.6 – Percepção de segurança



Fonte: elaboração própria

Gráfico 8 – Distribuição dos indicadores de punitivismo

Gráfico 8.1 – Indicador de atitudes punitivas

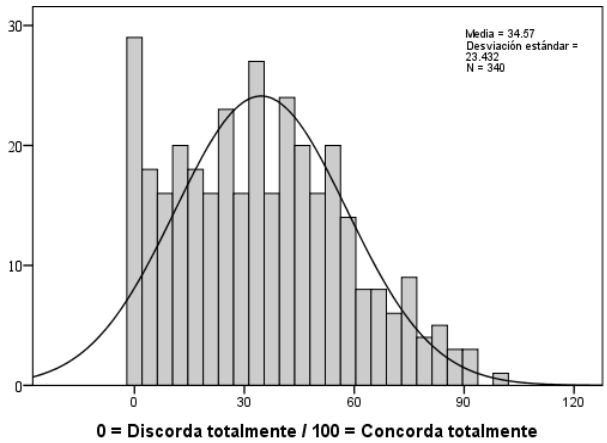
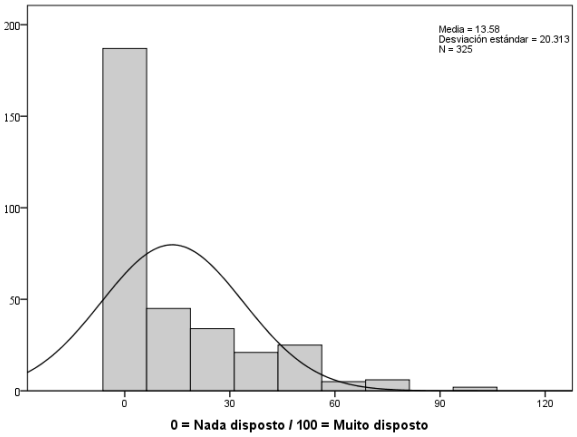


Gráfico 8.2 – Indicador de justiça com as próprias mãos



Fonte: elaboração própria

Feito isso, as análises confirmatórias revelaram a existência de três fatores que explicam 76% da variância, porém com uma consistência interna não satisfatória (α = .666)[29]. Não obstante, na hora de verificar a consistência de cada fator, os resultados são aceitáveis e comparáveis com pesquisas reconhecidas pelo seu rigor[30]. Assim sendo, a agrupação dos fatores foi tal como a teoria o estabelece: entusiasmo (α =.877), aversão (α =.863) e ansiedade (α =.845). Nos Gráficos 9.1 e 9.2 se observam as distribuições destas emoções e no Apêndice C se encontram as estatísticas descritivas destas variáveis.

Gráfico 9 – Distribuição das emoções

Gráfico 9.1 – Aversão

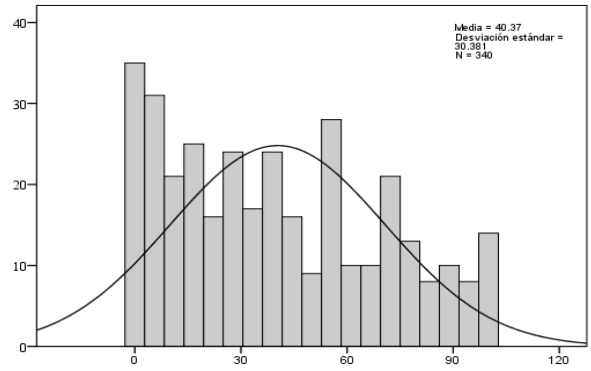
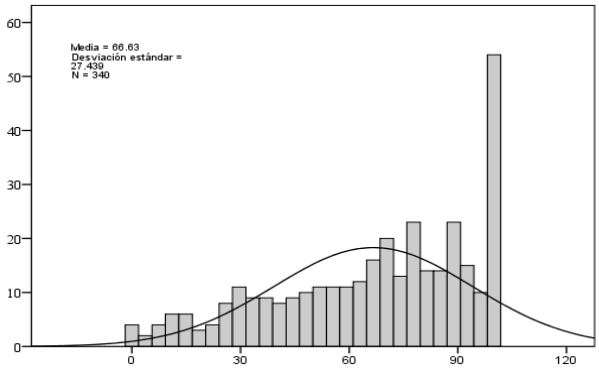


Gráfico 9.2 – Ansiedade



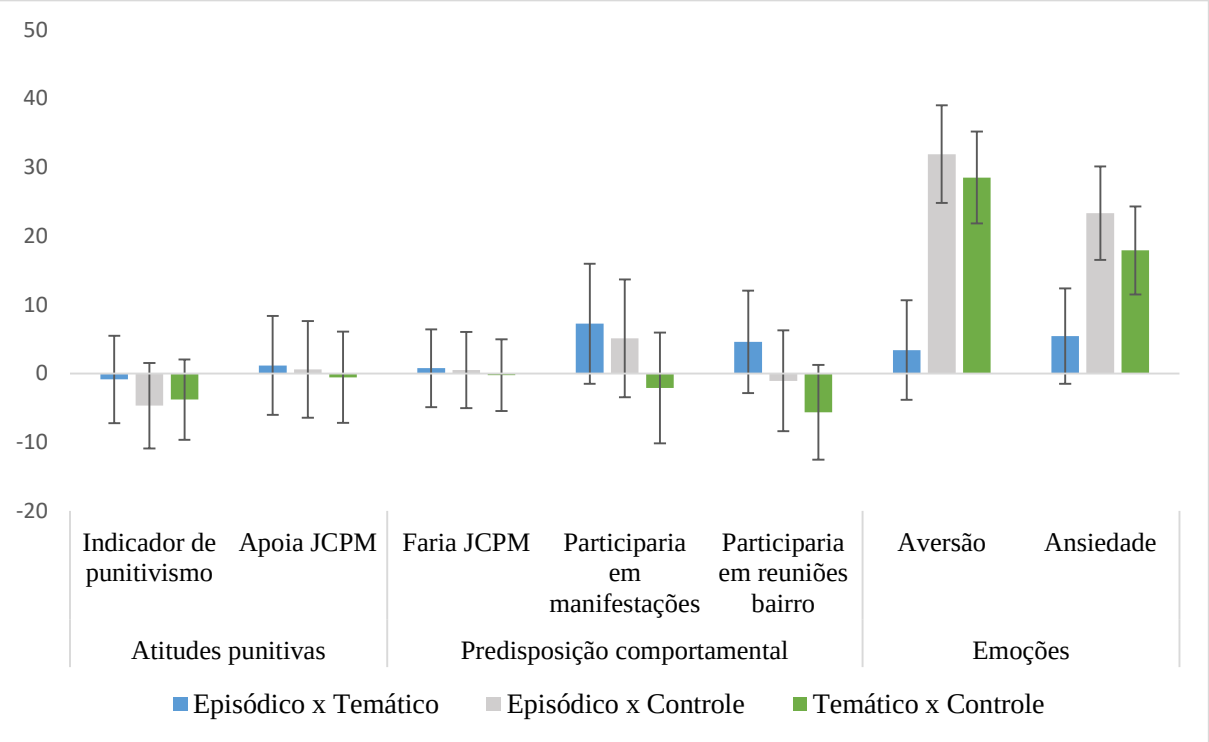
Fonte: elaboração própria

[29] Foram aplicados os testes de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO=.843) e o de esfericidade de Barlett (1957.392, p = .000), nos quais foi possível conferir que o uso de análises fatorial era adequado para esta escala.
[30] Como informado anteriormente, Marcus et al (2015) tinham encontrado um Alfa de Cronbach de .82 para o fator entusiasmo, para aversão foi α = .89 e para ansiedade α = .92.

4.2.2 Teste da hipótese do efeito geral

Tal como se observa no Gráfico 10, não há uma distribuição estatisticamente diferente das médias das atitudes e da predisposição comportamental ao serem comparadas entre grupos de tratamento. Porém, as emoções evidenciam uma distribuição diferente ao longo dos grupos experimentais. No Apêndice B se apresentam os testes complementares que mostram dados consistentes com os apresentados nesta seção.

Gráfico 10 – Teste da hipótese do efeito geral, Brasil



Fonte: elaboração própria

Ao analisar os efeitos dos tratamentos sobre as emoções, mediante as provas *post hoc* (Ver Apêndice C), foi possível conferir que existem diferenças significativas entre as médias das emoções produzidas pelas notícias em comparação às médias geradas pelo grupo controle. Em outras palavras, tanto o *framing* episódico quanto o temático geram mais aversão e mais ansiedade do que a ausência de tratamento. Porém, não se observa uma diferença significativa entre a aversão ou a ansiedade produzida pelo tratamento episódico em comparação com o temático. Assim, mesmo que no Gráfico 10 se observe levemente a tendência esperada de que o grupo episódico tenha pontuações acima do temático nas emoções negativas, não é possível confirmar estatisticamente tal argumento.

Isto, por sua vez, implica que a aversão não estaria funcionando como mecanismo causal do punitivismo, já que não se pode conferir que o *framing* episódico gere mais aversão e, portanto, a cadeia causal perde a lógica. Em termos concretos, a H_2 que estabelece que a aversão é uma variável que media o efeito punitivo dos *framings* não seria confirmada para o caso brasileiro.

Para além destes testes, foram realizadas regressões ordinais com o objetivo de aprofundar as análises e verificar a consistência dos achados. Como se pode observar na Tabela 10, não há efeitos estatisticamente significativos. Porém, a tendência dos dados é a esperada, com exceção do indicador de atitudes punitivas, que sem ser significativa, está indicando que o *framing* episódico teria valores menores na escala de atitudes em comparação com o grupo que recebeu o tratamento temático.

Tabela 10 – Modelos de regressão ordinal para explicar atitudes e predisposição comportamental com orientação punitiva, *framing* episódico X temático

Variáveis dependentes	Variável independente	Estimativas	
		Exp (β)	P-valor
Indicador "Punitivismo"	*Framing* episódico	.028	.909
Faria "Justiça com as próprias mãos"	*Framing* episódico	-.034	.902
Participação em protestos ou manifestações	*Framing* episódico	-.374	.143
Participação em reuniões de bairro	*Framing* episódico	-.279	.277

Fonte: Elaboração própria
País: Brasil
VI dicotômica: Temático = 0; Episódico = 1. Categoria de referência: framing episódico

4.2.3 Teste de efeitos heterogêneos

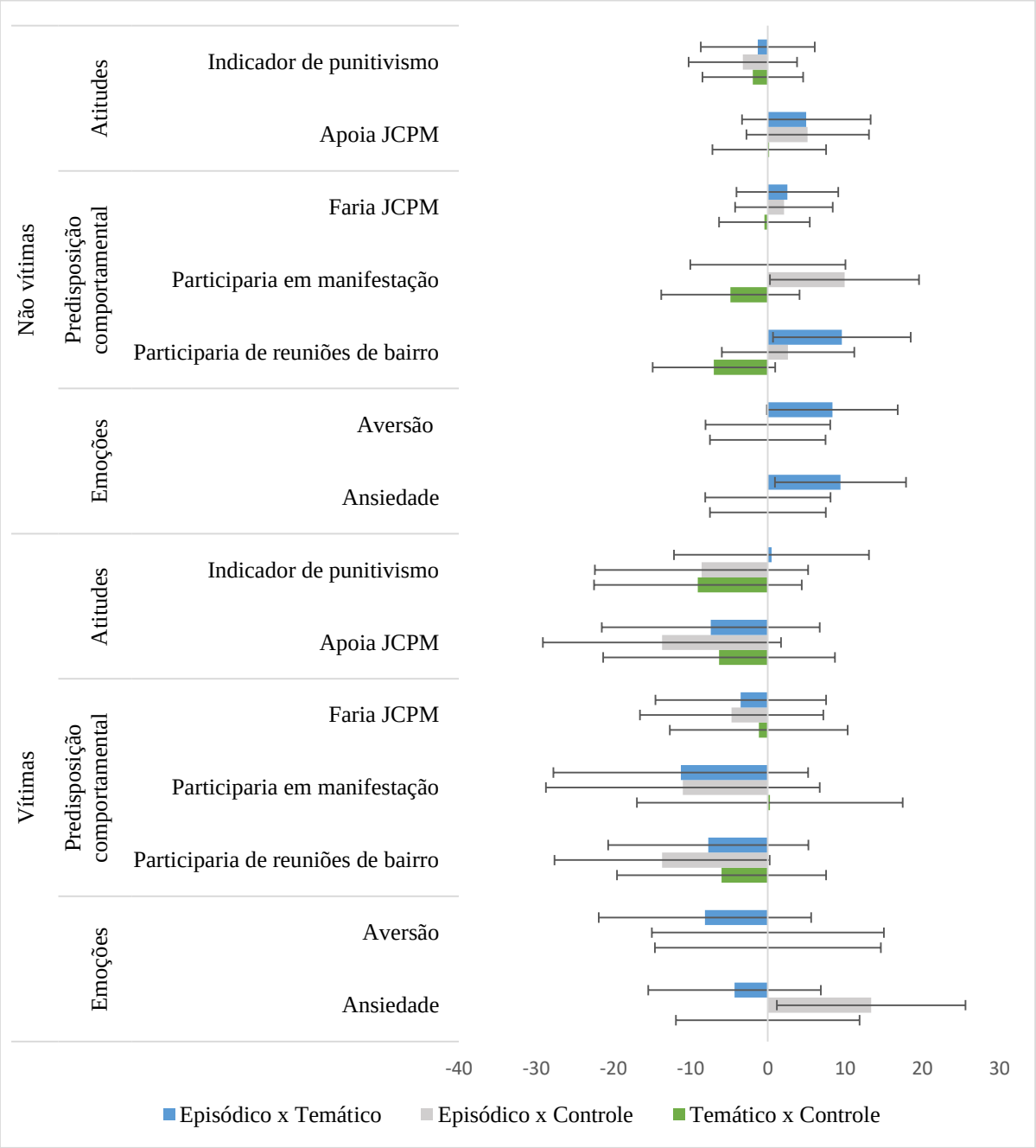
Tal como no caso costarriquenho, realizei análises de efeitos heterogêneos levando em consideração as potenciais variáveis moderadoras dos efeitos dos *framings* que têm sido identificadas na literatura.[31] Não obstante, contrário às expectativas, não se corroborou a hipótese do efeito principal para as variáveis de atitudes punitivas e o indicador de disposição de fazer justiça com as próprias mãos.

No entanto, chama atenção que as variáveis de predisposição de participação política se tornem relevantes no caso brasileiro. Como se pode observar nos Gráficos 11 e 12, ao receber

[31] Lembrando que por questões de viabilidade na apresentação da informação, neste documento se mostram unicamente as análises das variáveis que, por sua significância estatística, têm relevância para a discussão das hipóteses.

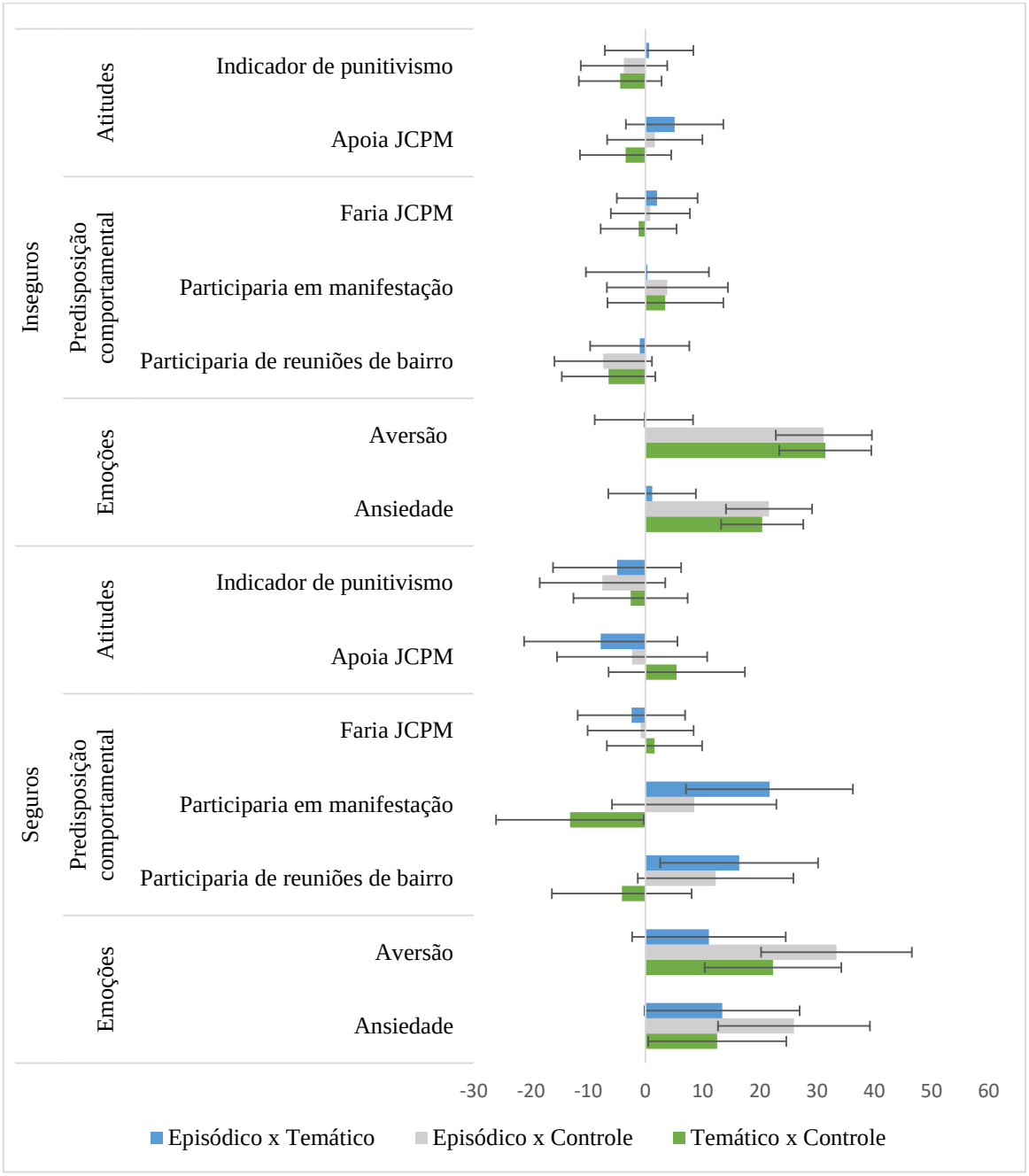
o *framing* episódico, aquelas pessoas que se sentem seguras e as que não têm sido vítimas de crimes têm mais disposição de participar em reuniões de bairro para melhorar a segurança, além de que os indivíduos que sentem seguros também teriam mais chances de participar em manifestações contra a violência (Ver material complementário no Apêndice C).

Gráfico 11 – Teste de efeitos heterogêneos segundo a vitimização no Brasil



Fonte: elaboração própria

Gráfico 12 – Teste de efeitos heterogêneos segundo a percepção de segurança no Brasil



Fonte: Elaboração própria

Em relação aos efeitos dos tratamentos em comparação ao grupo controle, é surpreendente que também não se confirma a hipótese principal do estudo. O único dado que é importante de resgatar é que, ao contrastar o tratamento episódico contra o controle, pode se observar que aquelas pessoas que estiveram expostas ao tratamento e que reportaram ter muito interesse pela política também têm atitudes menos punitivas. Esse achado resulta de especial

interesse porque, apesar de contradizer o argumento de que qualquer das duas notícias ia gerar mais punitivismo do que o grupo controle, estaria reafirmando o papel moderador do interesse pela política nos níveis de punitivismo.

Continuando com a comparação do episódico com o controle, os dados revelaram que, para os homens, receber a notícia implica também ter mais probabilidades de participar em manifestações contra a violência (β = -.621, p = .084). No mesmo sentido, as pessoas do grupo episódico com muito interesse na política (β = -.628, p = .037) e as que não têm sido vítimas de crimes (β = -.582, p = .048) participariam mais em protestos do que o grupo controle. Por último, o grupo de tratamento episódico que se sente seguro no bairro onde mora teria mais chances de participar em reuniões de vizinhos para melhorar a segurança (β= -.829, p = .078).

Finalmente, ao analisar os efeitos do *framing* temático em relação com o grupo controle, pode-se observar que receber o tratamento temático e ter pouco interesse na política (β = .777, p= .066) levaria a menos predisposição de participação em manifestações contra a violência. Na mesma linha, pessoas no grupo temático que se sentem seguras teriam mais disposição para protestar contra a violência (β = .765, p= .061).

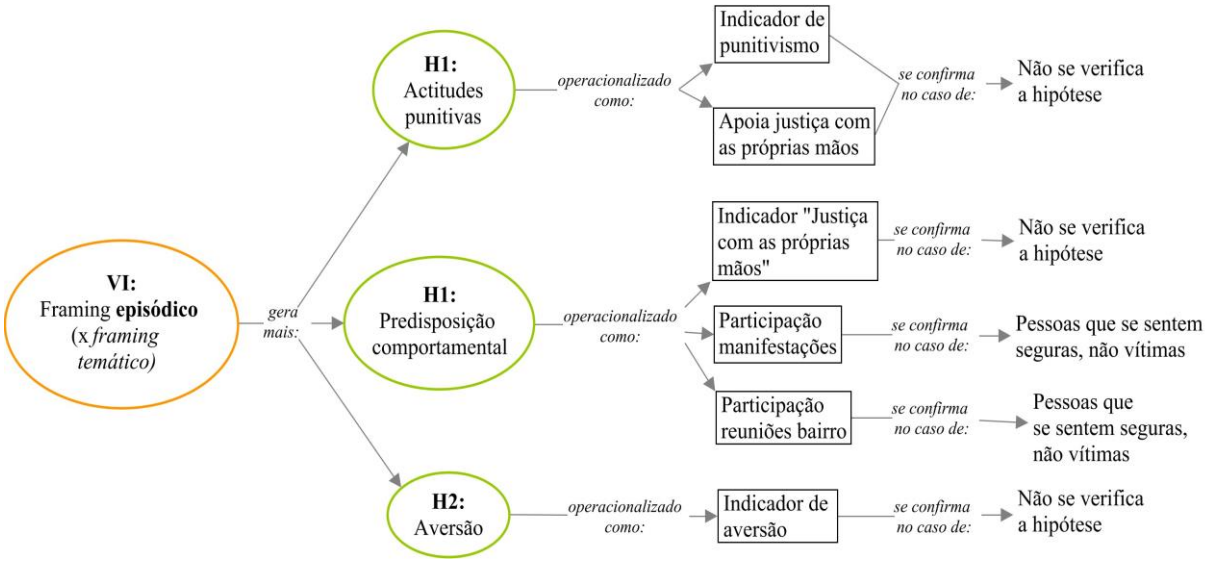
4.2.4 Resumo dos principais achados do Brasil

Em termos gerais, no caso brasileiro não se encontraram efeitos estatisticamente significativos dos *framings* sob as emoções nem as posturas punitivas. Mesmo sem limitar-se à significância estatística, os dados também não mostraram tendências claras nem coerentes com o argumento teórico que fundamenta este estudo. A Figura 3 resume os achados da hipótese principal e no Apêndice C se resume os contrastes dos *framings* com o grupo controle.

A mensuração das emoções é congruente com a evidência internacional, contudo, também não se corroborou o fato de que o *framing* episódico produz mais aversão em comparação com o temático. Isso quer dizer que, no experimento aplicado no Brasil, uma notícia sobre um homicídio apresentada de forma episódica gera praticamente o mesmo nível de aversão e ansiedade que uma notícia com *framing* temático. Esta falta de diferenciação entre emoções, assim como a quase total ausência de efeitos significativamente estatísticos dos *framings* sob o punitivismo, fizeram com que não fosse possível testar o mecanismo causal e ressaltaram a necessidade de pensar em outras explicações para entender o fenômeno repressivo no país.

Por último, a evidência mostrou uma relação interessante entre o *framing* episódico e a predisposição de participação política. Em outras palavras, para grupos populacionais específicos, a forma como se apresentam as notícias poderia incidir na sua disposição para se envolver diretamente em atividades políticas que tenham como propósito reduzir a criminalidade. No seguinte capítulo discuto sobre os achados mais relevantes, levando em consideração elementos teóricos e contextuais que dão sentido ou problematizam a evidência empírica aqui exposta.

Figura 3 - Representação gráfica do teste das hipóteses para o caso do Brasil, contraste *framing* episódico X temático



Fonte: Elaboração própria

5 CONCLUSÕES

As notícias sobre crimes com *framings* episódicos geram, pelo menos em parte, aversão e posturas mais punitivas para algumas populações e em alguns contextos. Esse achado, confirmado em mulheres e pessoas brancas do caso costarriquenho, contribui para uma maior compreensão do punitivismo e como os *framings* das notícias influenciam na postura que algumas populações assumem diante problemáticas sociais, além do papel das emoções como parte da cadeia causal. Já no caso brasileiro, ao apresentar uma dinâmica diferente que não foi possível explicar com os argumentos teóricos levantados aqui, surgem novas perguntas e potenciais linhas de pesquisa. Nesta seção discutirei sobre alguns dos achados mais importantes de cada país, para depois continuar com as limitações do desenho experimental utilizado e finalizar com ideias preliminares para futuras agendas de investigação.

Por um lado, a amostra da Costa Rica se aproximou mais do modelo teórico estabelecido *a priori* e permitiu confirmar a hipótese do efeito geral que afirmava que o *framing* episódico está associado a níveis mais altos de atitudes e comportamentos com orientação repressiva. Nesse sentido, mesmo que a hipótese não foi confirmada para toda a amostra, os resultados evidenciaram que há dois grupos populacionais nos quais é possível observar esse efeito: mulheres e pessoas brancas. Isto, por sua vez, confirma que sexo e raça são variáveis moderadoras associadas aos efeitos dos *framings* e ao punitivismo, corroborando o resultado de outras pesquisas (CARLL, 2017; ADRIAENSSEN & AERTSEN, 2015; DODGED ET AL., 2013; MARGGARD, PAYNE & CHAPPELL, 2012). Logo, este estudo aporta nova evidência ao acervo de pesquisas que estudam como essas variáveis moderam as posturas punitivas.

Em relação ao sexo, a evidência prévia da literatura não é consistente. Como foi assinalado no capítulo teórico, encontra-se um padrão predominante que atribui aos homens características mais punitivas (CARLL, 2017; GAULT & SABINI, 2000; COCHRAN & SANDERS, 2009). Contudo, há estudos que afirmam que as mulheres mostram tendências mais punitivistas dependendo do tipo de crime (CARLL, 2017; DODGED ET AL., 2013; PAYNE, ET AL., 2004) ou da emoção (DODD, 2018). No entanto, mesmo que seja importante levar em conta essas referências, a discussão aqui não é precisamente sobre a comparação entre os níveis de punitivismo de homens e mulheres, mas sim de como os *framings* podem afetar de forma diferenciada esses níveis quando se trata de mulheres ou de homens. Em outras palavras, a pergunta seria: “Por que o *framing* episódico afeta as posturas punitivas das mulheres e não as de os homens?”. Uma resposta plausível seria pautada nas emoções geradas pelo *framing*.

Nesse sentido, o presente estudo encontrou que as mulheres do caso costarriquenho que receberam o *framing* episódico mostraram posturas mais punitivas em comparação com as mulheres que receberam o temático. Isso pode estar relacionado com o efeito emocional do *framing* porque, mesmo que na amostra geral se confirme que o *framing* episódico gera mais aversão do que o temático, ao realizar as análises de forma separada para mulheres e para homens os resultados mudam. Assim, é possível observar que a relação entre episódico e aversão se mantém estatisticamente significativa no caso das mulheres, enquanto que no grupo masculino não há significância. Isto corresponde com a hipóteses do mecanismo causal dos efeitos dos *framings*, e parece mostrar que a aversão gerada pelo *framing* episódico nas mulheres costarriquenhas as levaria, pelo menos em parte, a mostrar atitudes mais punitivas. Porém, são necessárias análises mais complexas para confirmar tal relação.

A outra variável moderadora significativa foi a raça. Neste caso, a literatura é mais consistente ao assinalar que as pessoas brancas geralmente são mais punitivas em contraste com as afrodescendentes (ADRIAENSSEN & AERTSEN, 2015; CARLL, 2017; MARGGARD, PAYNE & CHAPPELL, 2012; BOOTS, COCHRAN & HEIDE, 2003; JOHNSON, 2008; COCHRAN & CHAMLI, 2006). Logo, este estudo é consistente com esses achados no caso costarriquenho. Uma das explicações plausíveis dessa diferença é a relativa à "Teoria do conflito", que estabelece que as pessoas brancas tendem a serem mais punitivas pelo preconceito racial e a intensão de manter a posição social privilegiada; enquanto que as pessoas negras seriam menos punitivas pela injustiça percebida por parte do sistema penal (CARLL, 2017).

Para além disso, também interessa refletir sobre o tipo de variáveis que foram afetadas pelo *framing* episódico, ou seja, as duas dimensões do punitivismo consideradas aqui: atitudes e predisposição comportamental. Voltando o foco para a mensuração das atitudes neste estudo, é possível distinguir dois âmbitos: um relacionado com o papel das instituições responsáveis pelo controle formal da criminalidade (Indicador de punitivismo) e outro associado à aprovação da justiça com as próprias mãos quando o Estado não é eficiente ao punir o crime (Apoia JCPM). Em outras palavras, as mulheres e as pessoas brancas que receberam o tratamento episódico não apenas esperam que no nível institucional as políticas criminais sejam mais fortes, mas também apoiam medidas extralegais para controlar o fenômeno criminal. Já no caso das mulheres, além de apoiar, há mais disposição para fazer justiça com suas próprias mãos em comparação com o grupo temático.

Em termos substantivos, o que quer dizer isso? Partindo das premissas teóricas que guiam esta pesquisa, os meios de comunicação, por meio de notícias com *framings* episódicos, poderiam estar guiando determinados grupos populacionais a posturas repressivas e propiciando terras férteis para práticas que não levam em conta os direitos humanos. Como já foi assinalado por Zizumbo (2017), o apoio a esse tipo de medidas poderia acrescentar o poder de grupos organizados que assumem a lei por sua própria conta. Esse cenário sob nenhum ponto de vista é alentador, já que implica um risco para as pessoas envolvidas e para o uso legítimo da força por parte do Estado com a finalidade de manter segurança (ZIZUMBO, 2017).

Ademais, as políticas criminais muito repressivas também não têm evidenciado resultados importantes em termos de redução da criminalidade (PNUD, 2013). Portanto, o apoio a esse tipo de medida por parte da opinião pública e a potencial pressão para uma agenda política "linha dura" não é o mais eficiente quando o interesse é realmente incidir na problemática. No entanto, ao analisar os resultados, o achado empírico é consistente com a teoria ao revelar que o grupo de tratamento episódico apresente essa perspectiva, pois o fenômeno criminal com um recorte midiático dessa natureza transmite precisamente isso: uma atribuição individual às causas dos problemas sociais (IYENGAR, 1990) que se resolveria com políticas centradas na punição dos indivíduos e não nas causas sociais da criminalidade.

Já o caso brasileiro chama a atenção porque, mesmo que os achados sejam quase nulos em relação ao punitivismo, evidencia efeitos do *framing* episódico sob a disposição de se envolver ativamente em práticas políticas com o objetivo de reduzir a criminalidade. Mais especificamente, as pessoas que se sentem seguras e que não têm sido vítimas de crimes mostraram níveis mais altos na predisposição de participar em manifestações e reuniões de bairro para melhorar a segurança. Esses tipos de comportamentos representam alternativas, em princípio legais, para incidir na problemática desde o nível comunitário e da cidadania.

Para além disso, chama a atenção que os grupos populacionais nos quais se encontraram os efeitos na predisposição comportamental são contrários ao perfil sociodemográfico das pessoas com posturas punitivas que aportam Boots et al. (2003). Em outras palavras, ao contrastar as características, pode se observar que o perfil dos potenciais participantes brasileiros é de não vítimas e pessoas que se sentem seguras. Ao contrário, o perfil punitivo assinalado na literatura é de pessoas inseguras com experiências prévias de vitimização (BOOTS ET AL., 2003). Então, mesmo que não tenha sido possível corroborar esse perfil punitivo no caso do Brasil, futuramente seria interessante contrastar o perfil de ativistas

políticos em oposição à violência com o perfil de pessoas dispostas a impor a justiça com suas próprias mãos com o objetivo de reduzir a problemática.

Por outra parte, um dos eixos centrais deste estudo foram as emoções. Esta pesquisa permite corroborar, em consonância com a teoria, que elas têm, sem dúvida, um papel importante na compreensão dos efeitos das notícias e das posturas punitivas. A evidência empírica da Costa Rica demostrou que as notícias sobre violência com *framings* episódicos geram mais aversão do que ansiedade. Em termos substantivos, no caso costarriquenho as pessoas tendem a reagir diante desse tipo de notícias com mais raiva e ódio do que a preocupação ou o medo. Isso não quer disser que a ansiedade não esteja presente, mas sim que a raiva tem mais força diante esse tipo de estímulos.

Este achado faz sentido ao repensar as características do *framing* episódico. Uma notícia sobre um crime que destaca a vítima com um rosto particular e diferentes elementos individualistas reduz um fenômeno complexo a um caso específico. Em outras palavras, esse tipo de notícia não leva em consideração as dinâmicas sociais envolvidas naquele ato de violência, apenas transmite a ruptura das normas sociais com uma vítima claramente identificável e um grupo-alvo específico ao qual dirigir a punição (BANG, 2010). Por isso, não é de se surpreender que o desejo de vingança que caracteriza a aversão (HAIDT, 2003) apareça diante de tal cenário. Assim como também era esperado que a aversão estivesse relacionada com uma tendência mais punitivista.

Já no caso brasileiro, a dinâmica emocional diante de notícias sobre violência é diferente porque não há uma clara distinção entre a reação de aversão e ansiedade em relação a qualquer um dos dois *framings* utilizados. Isso quer dizer que as notícias geram mais ansiedade e mais aversão do que a ausência de notícias, mas não é possível diferenciar de forma sistemática a intensidade dessas emoções diante um tipo de *framing* em relação com outro. Novamente o Brasil inaugura uma agenda pesquisa sobre o papel das emoções na sua audiência e, principalmente, sobre possíveis melhoras dos desenhos experimentais para captar, com mais precisão, os efeitos emocionais dos *framings* e o papel das emoções no punitivismo.

Os resultados até aqui discutidos aportam teórica e metodologicamente a compreensão dos efeitos dos *framings* sobre as emoções e o punitivismo, no entanto é necessário considerar uma série de limitações do estudo e, em particular, do desenho experimental. O primeiro e talvez mais importante é o estímulo utilizado no experimento. Como é sabido, os *framings* são entendidos dentro de um quadro teórico específico e, portanto, sua conceituação e

operacionalização podem variar de uma pesquisa a outra, mesmo utilizando os mesmos referenciais teóricos. No caso específico desta pesquisa, as notícias foram elaboradas com base na operacionalização utilizada em investigações prévias, logo, não relatam eventos reais, não eram parte de um jornal específico, nem eram totalmente contextualizadas.

Nesse sentido, futuras pesquisas deveriam aperfeiçoar a intervenção experimental para que seja mais crível e adaptada ao contexto natural dos participantes. Isso favoreceria a validade externa dos resultados. Neste caso, a validade interna do estudo é alta em decorrência do desenho experimental, mas a validade externa sofre essa limitação. De fato, tal fraqueza se evidencia no fato de que a replicação científica não reproduziu os achados de forma consistente entre os países. Pensar em experimentos de laboratório, nos quais se exponham os participantes diante vários tipos de notícias, incluídos vídeos, poderiam fornecer achados mais precisos em relação aos efeitos dos *framings.*

Outra das limitações é o possível viés de desejabilidade social introduzido pelas notícias. Nos resultados chamou muito a atenção que o grupo controle apresentou níveis mais altos de punitivismo para algumas variáveis. Isso poderia estar refletindo que, na linha base, as posturas punitivas atingem níveis mais altos; enquanto que as notícias poderiam já advertir de alguma forma aos participantes sobre o tema de pesquisa. Da mesma forma, poderia fazer com que as respostas dos grupos de tratamento sejam mais contidas e de acordo com o discurso social aceitável. Outro obstáculo é ter um tamanho da amostra pequeno, já que detectar mudanças nas atitudes e nos comportamentos diante de um único estímulo é difícil, ainda mais quando a amostra é pequena. Considerar um tamanho do efeito baixo no cálculo da amostra poderia ser uma consideração importante para futuras pesquisas.

Para além das limitações, é importante destacar que esta pesquisa fornece evidência empírica do contexto latino-americano sobre um problema que tradicionalmente tem sido estudado a partir de perspectivas teóricas estadunidenses ou europeias e em contextos com níveis baixos de violência. Assim, contar com informação inédita de países em desenvolvimento abre a perspectiva em relação à precisão dessas teorias para compreender os fenômenos aqui estudados, ao mesmo tempo que salienta os ajustes que precisam ser feitos.

Finalmente, é preciso lembrar que o fenômeno do punitivismo está imerso num dilema em que a punição é necessária, mas o excesso é perigoso e, às vezes, o limite entre um e outro é difuso. Por isso, é importante aprofundar as análises e pensar em novos desenhos experimentais que permitam identificar melhor as suas variáveis causais. Resulta indispensável

aprofundar a diferença entre aversão e ansiedade em relação ao punitivismo, já que é evidente que as emoções são parte essencial da compreensão tanto dos efeitos dos *framings,* quanto das posturas punitivas. Além disso, futuras pesquisas deveriam considerar, por exemplo, como mudam as posturas punitivas em função do tipo de delito; como as pessoas fazem a escolha das notícias; como acontecem as interações nas redes sociais em relação às notícias sobre crimes; e se, de alguma maneira, é provável que as pessoas com predisposição de participação política para reduzir a violência transitem a práticas extralegais com o mesmo objetivo.

REFERÊNCIAS

AARØE, L. Investigating Frame Strength: The Case of Episodic and Thematic Frames. *Political communication,* v. 28, n. 2, p.p. 207-226, 2011.

ADRIAENSSEN, A.; AERTSEN, I. Punitive attitudes: towards an operationalization to measure individual punitivity in a multidimensional way. *European Journal of Criminology,* v. 12, n. 1, p.p. 92-112. 2015.

ANDERSEN, K. et al. The Engaging Effect of Exemplars: How an Emotional Reaction to (Dis)Similar People in the News Media Affects Political Participation. *The International Journal of Press/Politics*, v. 22, n. 4, p.p. 490-509, 2017.

ARMBORST, A. How fear of crime affects punitive attitudes. *European Journal on Criminal Policy and Research,* v. 23, p.p. 461-481, 2017.

BANG, M. Distinct Emotions, Distinct Domains: Anger, Anxiety and Perceptions of Intentionality. *The Journal of Politics*, v. 72, n. 2, p.p. 357-365, 2010.

BERRY, M. et al. Media coverage and public understanding of sentencing policy in relation to crimes against children. *Criminology & Criminal Justice*, v. 12, n. 5, p.p. 567-591, 2012.

BIRKETT, G. Penal reform discourse for women offenders: Campaigners, policy strategies and 'issue reframing'. *Crime, Media, Culture*, v. 10, n. 2, p.p.115-132, 2014.

BOOTS, D.; COCHRAN, J.; HEIDE, K. Capital punishment preferences for special offender populations. *Journal of Criminal Justice*, v. 31, p.p. 553– 565, 2003.

BORAH, P. Conceptual Issues in Framing Theory: A Systematic Examination of a Decade's Literature. *Journal of communication,* v. 61, p.p. 246 – 263, 2011.

BRUSSINO, S.; ALONSO, D.; DREIZIK, M. Psicología política del comportamiento de voto: la elección presidencial 2011 en Argentina. *Psicología política*, v. 13, n. 28, p.p. 453-470, 2013.

CACCIATORE, M. A.; SCHEUFELE, D. A.; IYENGAR, S. The end of framing as we know it . . . and the future of media effects. *Mass Communication and Society*, v. 19, p.p. 7–23, 2016.

CARLL, E. Disparate vantage points: Race, gender, county context, and attitudes about harsh punishments in the US. *Social Science Research,* v. 64, p.p. 137 – 153, 2017.

CAVENDER, G. Media and Crime Policy: A Reconsideration of David Garland's The Culture of Control. *Punishment & Society,* v. 6, n. 3, p.p. 335-348, 2004.

CHARNESSA, G.; GNEEZYB, U.; KUHNC, M.A. Experimental methods: Between-subject and within-subject design. *Journal of Economic Behavior & Organization,* v. 81, p.p. 1– 8, 2012.

CHONG, D.; DRUCKMAN, J. N. A theory of framing and opinion formation in competitive elite environments. *Journal of Comunication,* v. 57, p. 99-118, 2007a.

CHONG, D.; DRUCKMAN, J. N. Framing theory. *Annual Reviews of Political Science,* v. 10, p.p. 103-126, 2007b.

COCHRAN, J. K.; CHAMLIN, M. B. The enduring racial divide in death penalty support. *Journal of Criminal Justice,* v. 34, p.p. 85–99, 2006.

COCHRAN, J.; SANDERS, B. The gender gap in death penalty support: An exploratory study. *Journal of Criminal Justice,* v. 37, p.p. 525–533, 2009.

COHEN, B. H. Explaining psychological statistics (3ª Ed.). New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2008.

DODD, S. The Punitive Woman? Gender Differences in Public Attitudes Toward Parole Among an Australian Sample. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology,* v. 62, n. 10, p.p. 3006–3022, 2018.

DODGE, M.; BOSICK, S.; ANTWERP, V. Do Men and Women Perceive White-Collar and Street Crime Differently? Exploring Gender Differences in the Perception of Seriousness, Motives, and Punishment. *Journal of Contemporary Criminal Justice,* v. 29, n. 3, p.p. 399–415, 2013.

GARLAND, D. The culture of high crime societies: some preconditions of recent 'law and order' policies. *The British Journal of Criminology*, v. 40, p.p. 347–375, 2000.

GAULT, B.; SABINI, J. The roles of empathy, anger, and gender in predicting attitudes toward punitive, reparative, and preventative public policies. *Cognition and emotion*, v. 14, n. 4, p.p. 495 – 520, 2000.

GERBER, A. S.; GREEN, D. P. Field experiments: design, analysis, and interpretation. New York: W.W. Norton & Company, 2012.

GRAZIANO, P.; PERCOCO, M. Agenda setting and the political economy of fear: How crime news influences voters' beliefs. *International Political Science Review*, v. 38, n. 5, p.p. 520-533, 2016.

GREENWALD, A.G.; BROCK, T.C.; OSTROM, T.M. Psychological Foundations of Attitudes. New York: Academic Press, 1968.

GROSS, K. Framing Persuasive Appeals: Episodic and Thematic Framing, Emotional Response, and Policy Opinion. *Political Psychology*, v. 29, n. 2, p.p. 169-192, 2008.

GROSS, K.; D'Ambrosio, L. Framing Emotional Response. *Political Psychology*, v. 25, n. 1, p.p. 1-29, 2004.

HART, P.S. One or Many? The Influence of Episodic and Thematic Climate Change Frames on Policy Preferences and Individual Behavior Change. *Science Communication*, v. 33, n. 1, p.p. 28–51, 2011.

HURLEY, R.J. et al. Viewer Ethnicity Matters: Black Crime in TV News and Its Impact on Decisions Regarding Public Policy. *Journal of Social Issues*, v. 71, n. 1, p.p. 155-170, 2015.

IYENGAR, S. Framing responsibility for Political issues: the case of poverty. *Political behavior*, v. 12, n. 1, p.p. 19-40, 1990.

IYENGAR, S. Speaking of values: the framing of American politics. *The Forum*, v.3, n. 3, 2005.

IYENGAR, S.; SIMON, A. News coverage of the Gulf Crisis and Public Opinion: a study of agenda setting, priming and framing. *Communication Research*, v. 20, n. 3, p.p. 365-383, 1993.

JAITMAN, L. Los costos del crimen y de la violencia: nueva evidencia y hallazgos en América Latina y el Caribe. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, 2017.

JASHINSKY, J.M. et al. Media agenda setting regarding gun violence before and after a mass shooting. *Frontiers in Public Health*, v. 4, p.p. 1-6, 2017.

JOHNSON, D. Racial prejudice, perceived injustice, and the Black-White gap in punitive atitudes. *Journal of Criminal Justice*, v. 36, p.p. 198–206, 2008.

JOHNSON, D. Anger about crime and support for punitive criminal justice policies. *Punishment & Society*, v. 11, n. 1, p.p. 51-66, 2009.

KARSTEDT, S. Emotions and criminal justice. *Theoretical Criminilogy*, v. 6, n. 3, p.p. 299-317, 2002.

KLECK, G.; JACKSON, D. Does Crime Cause Punitiveness? *Crime & Delinquency*, v. 63, n. 12, p.p. 1572–1599, 2017.

KRAUSE, K. Supporting the iron fist: crime news, public opinion, and authoritarian crime control in Guatemala. *Latin American Politics and Society*, v. 56, n. 1, p.p. 98-119, 2014.

LAPOP. The Political Culture of Democracy in the Americas, 2014: Democratic Governance across 10 Years of the Americas Barometer. USA: Vanderbilt University, 2014.

LECHELER, S.; BOS, L.; VLIEGENTHART, R. (The mediating role of emotions: news framing effects on opinions about immigration. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, v. 92, n. 4, p.p. 812-838, 2015.

LUPU, N. Corruption in the Americas. In: COHEN, M.; LUPU, N. & ZECHMEISTER, E. The political culture of democracy in the Americas, 2016/17: A comparative study of democracy and governance. Nashville: Latin American Public Opinion Project (LAPOP), 2017.

MACKUEN, M. et al. The Third Way: The Theory of Affective Intelligence and American Democracy. In: (Ed.), MARCUS, G.; NEUMAN, W. E MACKUEN, M. (Eds.). The Affect Effect: Dynamics of Emotion in Political Thinking and Behavior. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

MACKUEN, M. et al. Civic Engagements: Resolute Partisanship or Reflective Deliberation. *American Journal of Political Science*, v. 54, n. 2, p.p. 440-458, 2010.

MANDRACCHIA, J.; SHAW, L.; MORGAN, R. What's with the attitude? Changing Attitudes About Criminal Justice Issues. *Criminal justice and behavior*, v. 40, n. 1, p.p. 95-113, 2013.

MARGGARD, S.; PAYNE, B.; CHAPPELL, A. Attitudes toward capital punishment: Educational, demographic, and neighborhood crime influences. The Social Science Journal, v. 49, p.p. 155–166, 2012.

MARCUS, G. E. (2017). How Affective Intelligence Theory Can Help Us Understand Politics. Disponível em: http://emotionresearcher.com/how-affective-intelligence-theory-can-help-us-understand-politics/

MARCUS, G. E., NEUMAN, R.; MACKUEN, M. Inteligencia afectiva y juicio político. Primera parte. *Sociológica*, v. 22, n. 63, p.p. 253 – 266, 2007a.

MARCUS, G. E.; NEUMAN, R.; MACKUEN, M. Inteligencia afectiva y juicio político. Segunda parte. *Sociológica*, v. 22, n. 64, p.p. 241 – 267, 2007b.

MARCUS, G. E.; NEUMAN, R.; MACKUEN, M. Measuring Emotional Response: Comparing Alternative Approaches to Measurement. Political Science Research and Methods, v. 5, n. 4, p. 733-754, 2015.

MARCUS, G. E. Reason, passion, and democratic politics: old conceptions – new understandings – new possibilities. In: FLEMING, J. (ed.). Passions and emotions. New York: New York University Press, 2013a.

MARCUS, G. E. The Theory of Affective Intelligence and Liberal Politics. In: DEMERTZIS N. (eds) Emotions in Politics. Palgrave Studies in Political Psychology series. London: Palgrave Macmillan, 2013b.

MARCUS, G. E.; MACKUEN M., WOLAK J.; KEELE L. The Measure and Mismeasure of Emotion. In: REDLAWSK D.P. (eds) Feeling Politics. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

MARCUS, G. E.; NEUMAN, W. R.; MACKUEN, M. B. Measuring Emotional Response: Comparing Alternative Approaches to Measurement. *Political Science Research and Methods*, v. 5, n. 4, p.p. 733-754, 2015.

MARQUEZ, A. La justicia restaurativa versus la justicia retributiva en el contexto del sistema procesal de tendencia acusatoria. *Prolegómenos*, v. 10, n. 20, p.p. 201-212, 2007.

MCGINTY, E. et al. Common Sense or Gun Control? Political Communication and News Media Framing of Firearm Sale Background Checks after Newtown. *Journal of Health Politics, Policy and Law,* v. 41, n. 1, p.p. 3-40, 2016.

MORIN, A. Framing terror: the strategies newspapers use to frame an act as terror or crime. *Journalism & Mass Communication Quarterly,* v. 93, n. 4, p.p. 986 -1005, 2016.

MORTON, R. B.; WILLIAMS, K. C. Experimental political science and the study of causality. From nature to the Lab. New York: Cambridge University Press, 2012.

NEUMAN, W. R., MARCUS, G. E.; MACKUEN, M. B. Hardwired for news: affective intelligence and political attention. Annual Meeting Paper; American Political Science Association (APSA), 2013. Disponível em: https://ssrn.com/abstract=2301144

O'CONNELL, A. Logistic regression models for ordinal response variables. California: Sage Publications, Inc., 2006.

O'TOOLE, M.; FONDACARO, M. When school-shooting media fuels a retributive public: an examination of psychological mediators. *Youth Violence and Juvenile Justice,* v. 15, n. 2, p.p. 154-171, 2017.

PAYNE, B. et al. What drives punitive beliefs?: Demographic characteristics and justifications for sentencing. *Journal of Criminal Justice,* v. 32, p.p. 195– 206, 2004.

PEW RESEARCH CENTER. Crime and Corruption Top Problems in Emerging and Developing Countries. Relatório técnico, 2014. Disponível em: http://www.pewglobal.org/2014/11/06/crime-and-corruption-top-problems-in-emerging-and-developing-countries/

PICKETT, J.T. et al. Public (Mis)Understanding of Crime Policy: The Effects of Criminal Justice Experience and Media Reliance. *Criminal Justice Policy Review,* v. 26, n. 5, p.p. 500-522, 2015.

PIMENTEL, J. Ração e emoção: o voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública,* v. 16, n. 2, p.p.516-541, 2010.

PIMENTEL, J. Quem bate perde? Um estudo experimental sobre o impacto dos spots eleitorais. *Em Debate,* v. 7, n. 5, p.p.7-16, 2015.

PROCTOR, J.L.; BADZINSKI, D.M.; JOHNSON, M. The Impact of Media on Knowledge and Perceptions of Megan's Law. *Criminal Justice Policy Review*, v. 13, n. 4, p.p. 356-379, 2002.

Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). Seguridad ciudadana con rostro humano: diagnóstico y propuestas para América Latina. Informe Regional de Desarrollo Humano 2013-2014. Disponível em: <http://www.undp.org/content/dam/rblac/img/IDH/IDH-AL%20Informe%20completo.pdf> Acesso em: 18 de janeiro de 2019.

RADFORD, J. et al. Volunteer Science: An Online Laboratory for Experiments in Social Psychology. *Social Psychology Quarterly*, v. 79, n. 4, p.p. 376–396, 2016.

ROSENBERGER, J.S.; CALLANAN, V.J. The influence of media on penal attitudes. *Criminal Justice Review*, v. 36, n. 4, p.p. 435-455, 2011.

SCHEUFELE, D. A.; TEWKSBURY, D. Framing, Agenda Setting, and Priming: The Evolution of Three Media Effects Models. *Journal of Communication*, v. 57, p.p. 9-20, 2007.

SELIGSON, M. A.; BOOTH, J. A. Political Participation in Latin America: An agenda for research. *Latin America Research Review*, v.11, n. 3, p.p. 95-119, 1976.

SINGER, M. Crime, Violence, and the Police in the Americas. In: COHEN, M.; LUPU, N. & ZECHMEISTER, E. (eds.). The Political Culture of Democracy in the Americas, 2016/17: A Comparative Study of Democracy and Governance. Relatório técnico, 2017. Disponível em: https://www.vanderbilt.edu/lapop/ab2016/AB2016-17_Comparative_Report_English_V2_FINAL_090117_W.pdf

SMITH, V. & MOLINA, M. La entrevista cognitiva: guía para su aplicación en la evaluación y mejoramiento de instrumentos de papel y lápiz. *Serie Cuadernos Metodológicos*. San José: Instituto de Investigaciones Psicológicas, Universidad de Costa Rica, 2011.

SOLÍS, J. Adaptaciones de la política criminal en la seguridad ciudadana y la prevención de la violencia en América Latina. San José: FLACSO, 2018.

SOTIROVIC, M. Affective and cognitive processes as mediators of media influences on crime-policy preferences. *Mass Communication & Society*, v. 4, n. 3, p.p. 311-329, 2001.

SURETTE, R. ET AL. Preventive and punitive criminal justice policy support in Trinidad: The media's role. *Crime, Media, Culture*, v. 7, n. 1, p.p. 31-48, 2011.

ZIZUMBO, D. Community, Authorities, and Support for Vigilantism: Experimental Evidence. *Political Behavior*, v. 39, p.p. 989–1015, 2017.

APÊNDICE A - Material complementar do desenho de pesquisa

Apêndice A 1. Questionário para coleta de dados

Consentimento informado
Seja bem-vindo(a) como voluntário(a) à pesquisa sobre "Meios de comunicação e participação", que está sendo desenvolvida no Brasil, na Costa Rica e nos Estados Unidos, sob a responsabilidade da pesquisadora Karla Salazar Sánchez (e-mail: kassps@gmail.com).
Sua participação neste estudo é on-line, uma única vez e o tempo estimado é entre 5 e 10 minutos. Além disso, sua participação é totalmente anônima e voluntária. Caso não aceite participar, não haverá nenhuma consequência.

O risco da sua participação é mínimo (possível cansaço ao responder) e não há benefícios diretos. Porém, suas respostas beneficiarão a produção de conhecimento para a sociedade. Lembrando que toda a informação será utilizada para fins científicos.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).

Concorda em participar do estudo?

- Sim
- Não

Por favor responda cada uma das perguntas lembrando que o estudo é anônimo e que os dados fornecidos serão utilizados exclusivamente para fins científicos. Além disso, não há respostas erradas nem certas, é apenas a sua opinião que é importante para nós. Muito obrigada por sua participação

2. Qual o pais onde você * mora atualmente?

- Brasil
- Costa Rica
- Estados Unidos
- Outro (especifique)

3. Sexo

- Mulher
- Homem

4. Quantos anos você tem?

5. Você se considera uma pessoa branca, negra, parda, indígena ou amarela?

- Branca
- Indígena
- Negro (Preta)
- Pardo

- Amarela
- Outra
- Não sabe – Não responde

6. A o que você se dedica atualmente? * Você está:

- Empregado(a)
- Não está empregado neste momento, mas tem trabalho
- Está procurando emprego ativamente
- É estudante
- Se dedica aos afazeres de sua casa
- É aposentado(a) ou incapacitado(a) permanentemente para trabalhar
- Não trabalha e não está procurando emprego
- Não sabe / Não responde

7. Qual é seu nível de escolaridade atual?

1. Ensino fundamental incompleto
2. Ensino fundamental completo
3. Ensino médio incompleto
4. Ensino médio completo
5. Técnico/tecnológico incompleto
6. Técnico/tecnológico completo
7. Graduação incompleta
8. Graduação completa
9. Pós-graduação

8. Atualmente, você é estudante universitário?

- Sim
- Não

9. Qual o nome da sua universidade? (Caso que esteja estudando atualmente)

10. Hoje em dia, quando se conversa sobre tendências políticas, fala-se de pessoas que simpatizam mais com a esquerda e de pessoas que simpatizam mais com a direita. De acordo com o sentido político que os termos “esquerda” e “direita” têm para você, onde você se situa na seguinte escala de 1 a 10, na qual o número 1 significa “esquerda” e o 10 significa “direita”?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

11. Qual a sua religião, se tiver?

- Católico
- Protestante Tradicional ou Evangélica não pentecostal
- Outra religião oriental não cristã
- Evangélica pentecostal
- Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias ou SUD (Mórmon)
- Religiões Tradicionais ou nativas
- Espírita kardecista
- Judeu (Ortodoxo, reforma, conservador)

- Testemunha de Jeová
- Nenhuma (Acredita em uma entidade suprema mas não pertence à religião nenhuma)
- Agnóstico ou ateu/não acredita em Deus
- Outra
- Não sabe / Não responde

12. O salário ou renda que você recebe e/ou o total da renda da família:

- Sobra, dá para economizar/poupar
- É suficiente, não gera grandes dificuldades
- Não é suficiente, gera dificuldades
- Não é suficiente, gera grandes dificuldades
- Não sabe / Não responde

13. Em uma escala de 1 até 5, onde 1 significa "Nenhum (a)" e 5 significa "Muito(a)", responda:

	1	2	3	4	5
Em que medida você tem confiança na mídia?					
Em que medida você tem confiança no sistema judiciário do país?					
Em que medida você tem confiança na polícia do país?					
Em que medida você se interessa por política?					

14. Agora, mudando de assunto, você foi vítima de um ato de violência nos últimos 12 meses (por exemplo, roubo, assalto, chantagem, extorsão, ameaças violentas, sequestro relâmpago, etc.)?

- Sim
- Não

15. Falando do bairro onde você vive, e pensando na possibilidade de ser vítima de um assalto ou roubo, você se sente:

- Muito seguro(a)
- Seguro(a)
- Inseguro(a)
- Muito inseguro(a)

NOTÍCIA

16. Como o que você acabou de ler faz você se sentir? Por favor, marque em cada linha da seguinte escala a caixa que melhor descreve seus sentimentos. O quanto você sente de:

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Entusiasmo										
Esperança										
Orgulho										
Assustado										
Preocupação										
Medo										
Ódio										
Raiva										
Amargura										
Ressentimento										

17. Algumas pessoas dizem que quando o Estado não castiga os criminosos é justificável fazer justiça com suas próprias mãos. Até que ponto você aprova ou desaprova essa ideia? Por favor, mova o controle deslizante para indicar a posição que mostra o que você pensa.

18. Ainda pensando na notícia que você acabou de ler, queremos saber sua opinião sobre as seguintes declarações. Para responder use a escala de 1 a 5 apresentada, onde 1 significa "Discorda totalmente" e 5 "Concorda totalmente". Indique até que ponto você concorda ou discorda das seguintes ideias:

	1	2	3	4	5
O assassino do jovem da notícia deveria perder todos os seus direitos					
Para crimes como o da notícia apresentada, a prisão perpétua é necessária					
As políticas muito repressivas, também chamadas de "linha dura", são a pior opção para combater o crime					
Em geral, o objetivo da prisão é reabilitar os criminosos					
Os criminosos deveriam ter péssimas condições de vida na prisão					
A pena de morte não deveria existir					
A função da punição penal é reparar o dano sofrido pelas vítimas					
Ficar mais tempo na prisão é mais efetivo do que ficar pouco tempo na prisão					

19. Na sua opinião, a culpa da delinquência e da criminalidade do país é de quem? Do governo federal, do município ou dos cidadãos?

- Do governo federal
- Do município
- Dos cidadãos

20. Queremos conhecer sobre seu interesse nas seguintes atividades. Para responder use a escala de 1 até 5, onde 1 significa "Nada disposto (a) a participar" e 5 "Totalmente disposto (a) a participar". Quão disposto (a) você estaria para participar nas seguintes atividades?

	1	2	3	4	5
Participaria de alguma manifestação ou protesto público contra a violência?					
Assistiria às reuniões de uma associação de bairro ou comissão para melhorar a segurança no seu bairro?					
Junto com outras pessoas, você faria justiça com as próprias mãos contra um criminoso?					
Junto com outras pessoas, tentaria parar, bater ou linchar um criminoso?					

21. Na hora de escolher um candidato presidencial, o quão importante é para você o tema do combate ao crime? Por favor, mova o controle deslizante para indicar a posição que mostra o que você pensa.

22. Se as próximas eleições presidenciais fossem nesta semana, você votaria num candidato que apoia políticas muito repressivas para combater o crime?

- Sim
- Não

23. Na sua opinião, quando há muito crime e o Estado não soluciona esse problema, se justificaria que os militares tomassem o poder?

- Sim
- Não

24. Na sua opinião, quem deveria liderar o esforço para reduzir os homicídios neste país? O governo federal, o município, os empresários ou os cidadãos?

- O governo federal
- O município
- Os empresários
- Os cidadãos

Apêndice A 2. Protocolo de entrevista cognitiva

A Entrevista Cognitiva (EC) é uma contribuição das ciências cognitivas para avaliar, mediante mecanismos cognitivos de resposta, os instrumentos para a coleta de dados, como por exemplo entrevistas, escalas e outros (SMITH & MOLINA, 2011). O propósito da EC é identificar o significado das respostas dos participantes, avaliar o construto de interesse para a pesquisa e detectar possíveis fontes de erro ou invalidade do instrumento. Ou seja, neste estudo a utilização da EC foi uma estratégia para examinar *a priori* a validade de construto (SMITH & MOLINA, 2011). Em termos práticos, a entrevista permitiu avaliar a compreensão das instruções, a lógica subjacente das perguntas, identificar palavras não compreensíveis, detectar se uma pergunta poderia ferir a sensibilidade dos participantes e analisar se as categorias de resposta eram as adequadas.

Metodologia

Foram realizadas 16 entrevistas cognitivas semiestruturadas e individuais. A distribuição foi de 4 participantes para cada grupo de tratamento (ou seja, 4 EC para o grupo com o *framing* temático e 4 EC para o grupo com o *framing* episódico, balanceado por gênero)[32] na Costa Rica e no Brasil. A seleção dos participantes foi a conveniência com estudantes universitários. Durante as entrevistas, foram utilizadas provas cognitivas de reporte verbal, especificamente o parafraseio (repetir nas próprias palavras o que a pessoa compreendeu do item) e as provas de especificação (perguntar o significado de uma palavra em particular). Além disso, baseado no comportamento da pessoa e a linguagem não verbal, a pesquisadora indagou sobre a desejabilidade social na hora de responder e se os temas podem ferir alguma sensibilidade dos participantes.

A seguir apresento a guia utilizada para levar a cabo as EC, lembrando que, ao ser semiestruturada, cada entrevista pode ter mudanças, a depender do critério da pesquisadora na hora de aplicar os protocolos.

[32] Smith e Molina (2011) assinalam que não há um critério específico para calcular a quantidade de EC, mas o recomendável é entre 5 e 20 entrevistas.

Protocolo de entrevista cognitiva

Data:	**Hora início:**	**Hora finalização:**	**Lugar:**
Nome da entrevistadora:			
Nome do participante:			
Sexo:	**Idade:**	**Curso universitário:**	

Enquadre:

Meu nome é Karla Salazar, sou estudante do Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco em Brasil e atualmente estou trabalhando na minha dissertação. Sua participação nesta entrevista tem o objetivo de me ajudar a revisar o questionário que vou utilizar, ou seja, você vai me ajudar a melhorar o instrumento que as pessoas vão responder para meu estudo. Sua participação é totalmente voluntária e confidencial, se em algum momento se sente desconfortável podemos fazer uma pausa ou parar definitivamente. O exercício é muito simples, não há respostas boas nem ruins, a ideia é só revisar e corrigir tudo o que seja necessário. De acordo? Muito obrigada!

Orientação geral:[33]

Vou lhe mostrar o questionário[34] e vou pedir-lhe que responda como se estivesse participando do estudo. Nesta etapa, interessa conhecer o funcionamento do questionário. Por isso, vou-lhe pedir que pense e leia em voz alta. Ou seja, fale em voz alta tudo o que você pensa no momento de ler e responder. Para algumas perguntas eu poderia fazer outras perguntas específicas. É muito importante que leve em conta que eu só quero saber como funciona o questionário. Não duvide em dizer se alguma coisa fica confusa ou se poderia melhorar algo. A entrevista vai durar aproximadamente 30 minutos.

Guia de perguntas[35]

Objetivo	**Exemplos de preguntas**
Identificar problemas nas instruções	Poderia repetir com suas próprias palavras a instrução?
Verificar a clareza dos itens	Poderia repetir com suas próprias palavras o item que acabou de ler? O que significa para você a palavra (termo) nessa pergunta?
Identificar problemas relacionados com a temática, em termos de conhecimento e sensibilidades	Quanto você conhece sobre o tema? Em geral, como se sente você com esse tipo de perguntas? Você mudaria alguma das palavras utilizadas neste questionário?
Identificar problemas nas categorias de resposta	Nas opções de resposta oferecidas, foi fácil ou difícil encontrar a resposta que você queria dar? O que significa para você essas opções de resposta?

[33] Orientação tomada de Smith e Molina (2011, p. 49)
[34] Importante resgatar que o experimento é online, portanto, nas EC utilizou-se um computador com conexão à internet para trabalhar com o instrumento real.
[35] Perguntas baseadas na adaptação de Willis (2005) feita por Smith e Molina (2011).

Apêndice A 3. Manipulação dos *framings* das notícias

Notícias em português com framing episódico e temático, respectivamente:

COTIDIANO

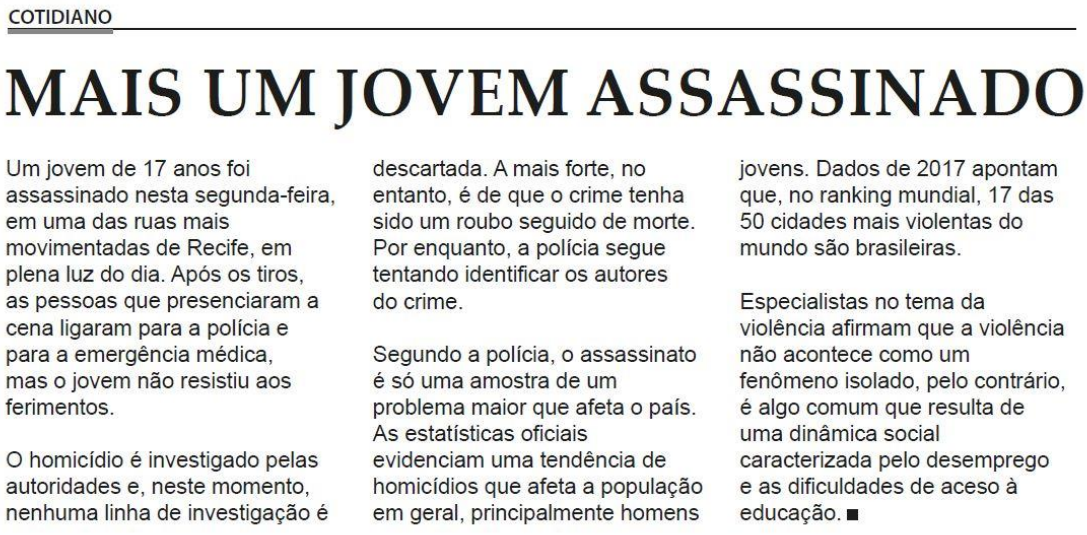
JOVEM ASSASSINADO

Um jovem de 17 anos foi assassinado nesta segunda-feira, em uma das ruas mais movimentadas de Recife, em plena luz do dia. Após os tiros, as pessoas que presenciaram a cena ligaram para a polícia e para a emergência médica, mas o jovem não resistiu aos ferimentos.

O homicídio é investigado pelas autoridades e, neste momento, nenhuma linha de investigação é descartada. A mais forte, no entanto, é de que o crime tenha sido um roubo seguido de morte. Por enquanto, a polícia segue tentando identificar os autores do crime.

Segundo a polícia, dois suspeitos em uma moto se aproximaram do jovem que estava caminhando na rua. Eles pararam a moto, abordaram a vítima e um deles atirou contra ela. Após crime, os dois homens fugiram.

A mãe da vítima chegou à cena do crime minutos depois e encontrou seu filho já sem vida. Desesperada e chorando muito, ela disse que o jovem—seu único filho—era uma pessoa boa, que não tinha ligação com gangues, não era usuário de drogas e nem tinha nenhum tipo de antecedente criminal. Segundo ela, o rapaz era estudante e comemoraria o aniversário de 18 anos na semana que vem. ■



COTIDIANO

MAIS UM JOVEM ASSASSINADO

Um jovem de 17 anos foi assassinado nesta segunda-feira, em uma das ruas mais movimentadas de Recife, em plena luz do dia. Após os tiros, as pessoas que presenciaram a cena ligaram para a polícia e para a emergência médica, mas o jovem não resistiu aos ferimentos.

O homicídio é investigado pelas autoridades e, neste momento, nenhuma linha de investigação é descartada. A mais forte, no entanto, é de que o crime tenha sido um roubo seguido de morte. Por enquanto, a polícia segue tentando identificar os autores do crime.

Segundo a polícia, o assassinato é só uma amostra de um problema maior que afeta o país. As estatísticas oficiais evidenciam uma tendência de homicídios que afeta a população em geral, principalmente homens jovens. Dados de 2017 apontam que, no ranking mundial, 17 das 50 cidades mais violentas do mundo são brasileiras.

Especialistas no tema da violência afirmam que a violência não acontece como um fenômeno isolado, pelo contrário, é algo comum que resulta de uma dinâmica social caracterizada pelo desemprego e as dificuldades de aceso à educação. ■

Notícias em espanhol com framing episódico e temático, respectivamente:

SUCESOS

JOVEN ASESINADO

Un joven de 17 años fue asesinado este lunes, en una de las calles con más movimiento en San José, a plena luz del día. Después de los disparos, las personas que observaron la escena llamaron a la policía y a la ambulancia, pero el joven no resistió los impactos.

El homicidio es investigado por las autoridades y, en este momento, ninguna línea de investigación es descartada. Sin embargo, la más fuerte que se maneja es que haya sido un robo seguido de muerte. Por el momento, la policía sigue intentando identificar a los autores del crimen.

Según la policía, dos sospechosos llegaron en una moto y se aproximaron al joven que iba caminando por la calle. Ellos pararon la moto, abordaron a la víctima y uno de ellos disparó contra él. Después del crimen, los dos hombres huyeron del lugar.

La mamá del joven llegó a la escena del crimen minutos después y encontró a su hijo ya sin vida. Desesperada y llorando, dijo que el joven –su único hijo– era una buena persona, que no estaba relacionado con bandas, no consumía drogas y no tenía ningún tipo de antecedente criminal. Según ella, el muchacho era estudiante e iba a cumplir 18 años la próxima semana. ■

SUCESOS

OTRO JOVEN ASESINADO

Un joven de 17 años fue asesinado este lunes, en una de las calles con más movimiento en San José, a plena luz del día. Después de los disparos, las personas que observaron la escena llamaron a la policía y a la ambulancia, pero el joven no resistió los impactos.
El homicidio es investigado por las autoridades y, en este momento, ninguna línea de investigación es descartada. Sin embargo, la más fuerte que se maneja es que haya sido un robo seguido de muerte. Por el momento, la policía sigue intentando identificar a los autores del crimen.
Según la policía, este asesinato es sólo una muestra de una problemática mayor que afecta al país. Las estadísticas oficiales evidencian una tendencia de homicidios que afecta a la población en general, principalmente hombres jóvenes. De hecho, la cantidad de asesinatos en 2017 alcanzó una cifra nunca antes vista en nuestro país, lo cual lo colocó en la posición número 11 del ranking de países más violentos de América Latina.
Especialistas en el tema de la violencia afirman que la violencia no es un fenómeno aislado, por el contrario, es algo común que resulta de una dinámica social caracterizada por el desempleo y las dificultades de acceso a la educación. ■

Apêndice A 4. Operacionalização dos *framings* das notícias com base na literatura

DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS *FRAMINGS* EPISÓDICO E TEMÁTICO				
REFERÊNCIA	**DEFINIÇÃO DE *FRAMING* EPISÓDICO**	**OPERACIONALIZAÇÃO DO *FRAMING* EPISÓDICO**	**DEFINIÇÃO DE *FRAMING* TEMÁTICO**	**OPERACIONALIZAÇÃO DO *FRAMING* TEMÁTICO**
Gross, K. (2008)	"Present an issue by offering a specific example, case study, or event-oriented report (e.g., covering unemployment by presenting a story on the plight of a particular unemployment person)." (p.171) Citizens exposed to a steady stream of episodic frames fail to see the connections between problems such as poverty, racial discrimination, and crime when they are presented as discrete and unconnected.	"Opinion column arguing against mandatory minimum sentencing for drugs offenses: woman with no prior record who was sentenced to nearly 25 years in prison for conspiring to help the drug dealing boyfriend who abused her. The column recognize she broke the law but suggested that the sentence was excessive given the extenuating circumstances" (p.172). Based on a real case. After featuring the story, the column included the same quotations from an interest group representative and a Supreme Court justice. The authors had two different episodic frames: one with an African-american woman and one with a white woman.	"Place issues into a broader context (e.g., covering unemployment by reporting on the latest unemployment figures and offering commentary by economists or public officials on the impact of the economy on unemployment)." (p.171).	"The thematically framed column presented the case against mandatory minimum sentences by providing details on the sentencing guidelines, the exploding prison population and the high cost of incarceration. This column also included quotations from an interest group representative and a Supreme Court justice opposing the policy." (p.175)
Iyengar, S. (1990)	"In the episodic frame, poverty is covered in terms of personal experience; the viewer is provided with a particular instance of an individual or family living under economic duress" (p.22).	"Participants either watched an unemployed male, an unmarried adult mother, an elderly" widow, a young child, or a teenage mother described their economic difficulties. These five groups account for most Americans receiving public assistance. Within each of these five victim groups, the race of the individual was varied. Thus, the unemployed male was either black or white. The purpose here, of course, was to assess whether news stories describing particular instances of	"In the thematic frame the news might consist of information bearing on general trends (e.g., the poverty rate, the number of states experiencing significant increases in hunger, changes in the government's definition of poverty, etc.), or matters of public policy (the Reagan administration's proposals to curtail various social welfare programs, allegations of fraud in welfare programs, etc.). These are	"Three separate conditions depicted a thematic frame: increased unemployment in the manufacturing sector, increases in the number of Americans meeting the government's definition of poverty, and a report on food emergencies (households requiring emergency food aid) across the nation. All three news stories were edited in advance so as to exclude any reference or glimpse of an individual victim of poverty" (p.24).

		poverty in the U.S. evoke racial stereotypes that influence individuals' understanding of poverty (p. 24). Any segment in the original story suggesting some particular reason for increases in povert nationwide or for the particular victim's present circumstances was deleted" (p.25).	essentially background or "takeout" stories in which the object of the coverage is abstract and impersonal" (p.22).	
Iyengar, S. (2005)	"Episodic framing depicts issues in terms of individual instances or specific events. Episodic coverage typically features dramatic visual footage." (p.6)	For example, "the carnage resulting from a particular terrorist bombing" (p.6).	"The thematic framing places an issue in some general context and usually takes the form of an in-depth, "backgrounder" report" (p.6).	"An example would be a story about the Iraq war that addressed the historial context of the relations between the two countries, and the factors that contributed to the current conflict" (p.6).
Iyengar, S. e Simon, A. (1993)	"The episodic frame depicts public issues in terms of concrete instances or specific events. Visually, episodic reports make for "good pictures". Episodic framing is visually appealing and consist of on-the-scene, live coverage" (p.369).	Examples: a homeless person, an unemployed worker, a victim of racial discrimination, the bombing of an airliner, an attempted murder, and so on.	The thematic news frame, in contrast, places public issues in some general or abstract context. The thematic news frame typically takes the form of a "takeout" or "backgrounder" report directed at general outcomes or conditions and frequently features "talking heads" (p.369-370).	Reports on reductions in government welfares expenditures, changes in the nature of employment opportunities, the social or political grievances of groups undertaking terrorist activity, changes in federal affirmative action policy, or the blacklog in the criminal justice process are examples of thematic coverage.
Aarøe, L. (2011)	"Episodic frames describe concrete events and particular cases that illuminate the issue" (p.209) "Episodic frames provide specific characters at which the receivers may direct their emotional reactions. Consequently, episodic frames should be expected to gain more in capacity to influence opinions than	"Thus, the episodic pro frame featured a specific desperate immigrant woman who had been promised in marriage to her cousin before she was born and whose family refused to accept her resistance to marriage. The episodic **con** frame presented the story of a happily-in-love mixed Danish-immigrant couple who had been forced to live isolated from family and friends in Sweden because of the 24-year rule" (p.211).	"Thematic frames focus on political issues and events in a broader context and present collective, abstract, and general evidence" (p.209). "Conversely, thematic frames carry abstract information presenting policy problems as impersonal figures and do not provide specific "lots" or characters at which the receivers may direct their emotional reactions" (p.210).	"Correspondingly, the thematic pro frame presented statistics supporting that the 24-year rule had generated a clear change in young immigrants' marriage patterns, which formerly had been highly oriented toward spouses from the original home country of the family" (p.211). "Correspondingly, the thematic con frame presented statistics supporting that the law, originally implemented to prevent arranged marriages, missed its mark since young immigrants already

	thematic frames when the emotional reactions of the receivers intensify" (p.208).	(All frames between 100 and 114 words, participants in the treatment groups read a short factual introduction followed by one of the four frames, the articles only have the factual introduction equal, the title and the other content are very different).		choose their own partner themselves" (p.211).
Cacciatore, Scheufele e Iyengar (2016)	"Episodic framing, which treats an issue more singularly and without the context of its thematic-based counterpart" (p.10).		"Thematic framing, which involves placing an issue in a general context" (p.10).	
Hart (2011)	"When poverty was framed as a description of an individual who was impoverished (episodic framing), individuals would generally assign responsibility for poverty to the impoverished individual" (p. 32).	"The episodic condition in this experiment presented a story that focused on one polar bear that was struggling to survive as climate change melted ice in the Arctic" (p.35). "The headline of the episodic condition read "Polar bear struggles for food in the Arctic"" (p.35).	"Iyengar found that when poverty was framed as a general outcome, with an inclusion of general statistics and causes of poverty (thematic framing), individuals would generally assign responsibility for poverty to society at large" (p.31).	"In the thematic condition, the story discussed statistics about the impact that climate change was having on all polar bears and the Arctic" (p.36). "The headline for the thematic condition read "Thousands of polar bears struggle for food in the Arctic." " (p.36).
Morin (2016)	"While episodic news frames focus exclusively on the immediate event" (p. 989)	"The episodic framing of the Navy Yard shooting presented the incident as an act of one mentally ill person. Even within a mental health context, only four articles discussed the incident in relation to other shootings." (p. 998)	"Thematic frames link several newer or older stories together under one broad theme and present them as parts of a pattern (Iyengar & Simon, 1993). The news coverage of Muslims and Islam in the United States has become thematic in the sense that this coverage almost always presents, represents, and interprets such news within a larger frame of the U.S. "war on terror." Within this frame, the acts of individual Muslims become associated with the acts of terrorist groups whether the	"The thematic framing of Ft. Hood, on the contrary, placed the incident on the larger canvas of terrorism by using Hasan's Muslim background, his opposition to the war, his attempts to avoid deployment, his unconfirmed Internet postings, and connection to Al-Awlaki as pinning points." (p.998)

			individual is associated with them or not." (p. 989)	
EXPERIMENTO ATUAL	Para efeitos da presente pesquisa, o *framing* episódico é entendido segundo o trabalho feito por Iyengar et al (1990), portanto, trata-se do *framing* que apresenta as notícias de forma individual, como um caso particular, um evento específico, sem contexto e acompanhado com imagens visuais dramáticas.	Operacionalização do *framing* episódico no experimento: Uma notícia sobre um homicídio com as seguintes características: 1. Detalhes específicos de um caso concreto (assassinato de um jovem, hora, lugar). 2. Apresenta um rosto específico ao caso (jovem). 3. Não oferece um contexto da problemática geral da violência. 4. Contém detalhes que apelam às emoções do público alvo (família afetada, sem causa aparente, idade da vítima). 5. Atribuições pessoais (sem mencionar a palavra causa, a notícia informa que a vítima não tem antecedentes criminais e que não está envolvida em gangues nem tráfico de drogas).	Para efeitos da presente pesquisa, o *framing* temático é entendido segundo o trabalho feito por Iyengar el al (1990), portanto, trata-se de aquele *framing* que apresenta as notícias como parte de um contexto maior, mostra as situações de forma impessoal, abstrata, coletiva e como parte de uma tendência geral associada a atribuições sociais.	Operacionalização do *framing* temático no experimento: Uma notícia sobre um homicídio com as seguintes características: 1. Impessoal (presenta um homicídio sem muitos detalhes da vítima nem da família ou problemas específicos) 2. Tendência geral da situação (estatísticas oficiais de taxa de homicídios). 3. Violência como uma problemática geral (sem limites territoriais, de classe social nem educacionais). 4. Atribuições sociais (sem mencionar a palavra causa, a notícia informa que é um problema relacionado a outras circunstâncias sociais como desemprego e dificuldades de aceso à educação).

APÊNDICE B - material complementar dos resultados da Costa Rica

Tabela B 1 – Estatística descritiva das variáveis moderadoras

Variáveis moderadoras	N		Média	Mediana	Moda	DP	Mín	Máx	Percentis	
	Válido	Perdido							25	75
Sexo	268	0	0,57	1	1	0,50	0	1	0	1
Idade	267	1	35,46	33	35	12,49	17	72	25	42
Nível de escolaridade	268	0	7,43	8	8	1,48	2	9	7	8
Raça	266	2	2,06	2	2	1,47	1	7	1	2
Tendência ideológica	268	0	5,25	5	5	2,04	1	10	4	7
Religião	266	2	4,50	1	1	4,22	1	12	1	9
Renda	266	2	1,84	2	1	0,99	1	5	1	2
Confiança na mídia	268	0	2,28	2	2	0,83	1	5	2	3
Confiança no sistema judiciário	268	0	2,49	2	3	0,93	1	5	2	3
Confiança na polícia	268	0	2,68	3	3	0,98	1	5	2	3
Interesse por política	268	0	3,34	3	4	1,24	1	5	3	4
Vitimização	268	0	1,79	2	2	0,41	1	2	2	2
Percepção de segurança	268	0	2,27	2	2	0,72	1	4	2	3

Fonte: elaboração própria
País: Costa Rica

Tabela B 2 – Balanceamento dos grupos de tratamento e controle: ANOVA

Variável	Grupo episódico	Grupo temático	Grupo controle	P-valor da diferença
Idade	34.52	34.63	36.89	F= 1.081, *p* = .341
Sexo	1.41	1.47	1.41	F = .388, p = .679
Escolaridade	7.30	7.50	7.47	F = .420, p = .657
Tendência ideológica	5.34	**4.80**	5.58	F = 3.643, p = .027*
Renda	**2.16**	1.72	1.72	F = 5.579, p = .004*
Confiança na mídia	2.33	2.23	2.28	F = .271, p = .763
Confiança no Sistema Judiciário	2.46	2.51	2.48	F = .063, p = .939
Confiança na polícia	2.62	2.68	2.72	F = .213, p = .808
Interesse na política	3.32	3.57	3.16	F = 2.680, p = .070
Vitimização	1.84	1.74	1.78	F = 1.175, p = .310
Percepção de segurança	2.37	2.19	2.26	F = 1.303, p = .273

Fonte: elaboração própria
País: Costa Rica

Tabela B 3 – Estatística descritiva das variáveis dependentes

Variáveis dependentes	N		Média	Mediana	Moda	DP	Mín.	Máx.	Percentis	
	Válido	Perdido							25	75
Atitudes punitivas										
Indicador de punitivismo	268	0	48,71	50,00	50	22,056	0	100	37,50	62,50
Justifica a justiça com suas próprias mãos	268	0	46,31	50,50	0	36,562	0	100	7,00	79,00
Predisposição comportamental punitiva										
Indicador de justiça com as próprias mãos	257	11	33,27	25,00	0	32,056	0	100	0,00	50,00
Participaria em manifestação	257	11	64,59	75,00	100	32,643	0	100	50,00	100,00
Participaria de reuniões de bairro	257	11	79,28	75,00	100	22,989	0	100	75,00	100,00
Emoções										
Ansiedade	268	0	55,54	55,56	100	29,472	0	100	30,56	81,48
Aversão	268	0	39,80	38,89	0	28,621	0	100	13,89	60,42

Fonte: elaboração própria
País: Costa Rica

Tabela B 4 – Teste de hipóteses ANOVA e Kruskal - Wallis

Variáveis dependentes	Média (Desvio Padrão)				Teste de hipóteses Significância	
	Controle	Episódico	Temático	Total	ANOVA	Kruskal-Wallis
Atitudes						
Indicador de punitivismo	51,75 (19,15)	49,18 (22,36)	44,86 (24,41)	48,71 (22,05)	.094	.155
Apoia JCPM	46,43 (36,34)	48,93 (36,23)	43,94 (37,34)	46,31 (36,56)	.682	.521
Predisposição comportamental						
Faria JCPM	32,60 (32,70)	34,50 (31,22)	32,94 (32,38)	33,27 (32, 06)	.923	.863
Participaria em manifestação	62,89 (33,49)	65,00 (31,83)	66,18 (32,67)	64,59 (32,64)	.789	.796
Participaria de reuniões de bairro	62,89 (33,49)	65,00 (31,84)	66,18 (32,67)	64,59 (32,64)	.780	.394
Emoções						
Aversão	22,47 (23,49)	56,40 (26,17)	45,43 (25,35)	39,80 (28,62)	.000***	.000***
Ansiedade	39,03 (23,74)	65,94 (28,10)	65,47 (28,23)	55,54 (29,47)	.000***	.000***

Fonte: Elaboração própria
Nota: JCPM = Justiça com as próprias mãos
País: Costa Rica
$^{+}p < 0.1$ * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Tabela B 5 – Provas *post hoc* para comparação de médias de emoções

VD	Grupo de referência	Grupo de comparação	Diferença de médias	Erro padrão	HSD Tukey	Bonferroni
Atitudes						
Indicador de punitivismo	Episódico	Temático	4,317	3.418	.418	.623
	Episódico	Controle	-2.579	3.325	.718	1.000
	Temático	Controle	-6.895	3.173	.078	.092
Justifica a justiça com as próprias mãos	Episódico	Temático	4.990	5.709	.657	1.000
	Episódico	Controle	2.503	5.553	.894	1.000
	Temático	Controle	-2.487	5.300	.886	1.000
Predisposição comportamental						
Indicador de Justiça com as próprias mãos	Episódico	Temático	1.559	5.097	.950	1.000
	Episódico	Controle	1.897	4.947	.922	1.000
	Temático	Controle	.338	4.780	.997	1.000
Participaria em manifestação	Episódico	Temático	-1.176	5.187	.972	1.000
	Episódico	Controle	2.113	5.034	.907	1.000
	Temático	Controle	3.290	4.864	.777	1.000
Participaria de reuniões de bairro	Episódico	Temático	-4.725	3.642	.398	.587
	Episódico	Controle	-1.017	3.535	.955	1.000
	Temático	Controle	3.708	3.416	.524	.836
Emoções						
Aversão	Episódico	Temático	10.964	3,879	,014*	,015*
	Episódico	Controle	33.929	3,773	,000***	,000***
	Temático	Controle	22.965	3,601	,000***	,000***
Ansiedade	Episódico	Temático	,462	4,139	,993	1,000
	Episódico	Controle	26.902	4,026	,000***	,000***
	Temático	Controle	26.439	3,842	,000***	,000***

Fonte: Elaboração própria
País: Costa Rica
$^{+}p < 0.1$ * p < 0.05, ** p < 0.01, *** p < 0.001

Tabela B 6 – Modelos de regressão ordinal para explicar efeitos heterogéneos nas atitudes punitivas, *framing* episódico X temático

Grupo populacional	Grupo de referência	Estimativos	
		Exp (β)	P - valor
Sexo = Mulher	*Framing* episódico	-.610	.095^{+}
Sexo = Homen	*Framing* episódico	.119	.773
Raça = Branca	*Framing* episódico	-.917	.052*
Raça = Outra	*Framing* episódico	.036	.916

Fonte: Elaboração própria
VI dicotómica: Temático = 0; Episódico = 1. Categoria de referência: *framing* episódico
$^{+}p < 0.1$ * p < 0.05, ** p < 0.01, *** p < 0.001

Tabela B 7 – Modelos de regressão ordinal para explicar efeitos heterogêneos nas atitudes punitivas, *framing* episódico X grupo controle

Grupo populacional	Grupo de referência	Estimativos	
		Exp (β)	P - valor
Sexo = Homen	*Framing* episódico	.899	.033*
Interesse por política = Bastante	*Framing* episódico	.699	.082^{+}

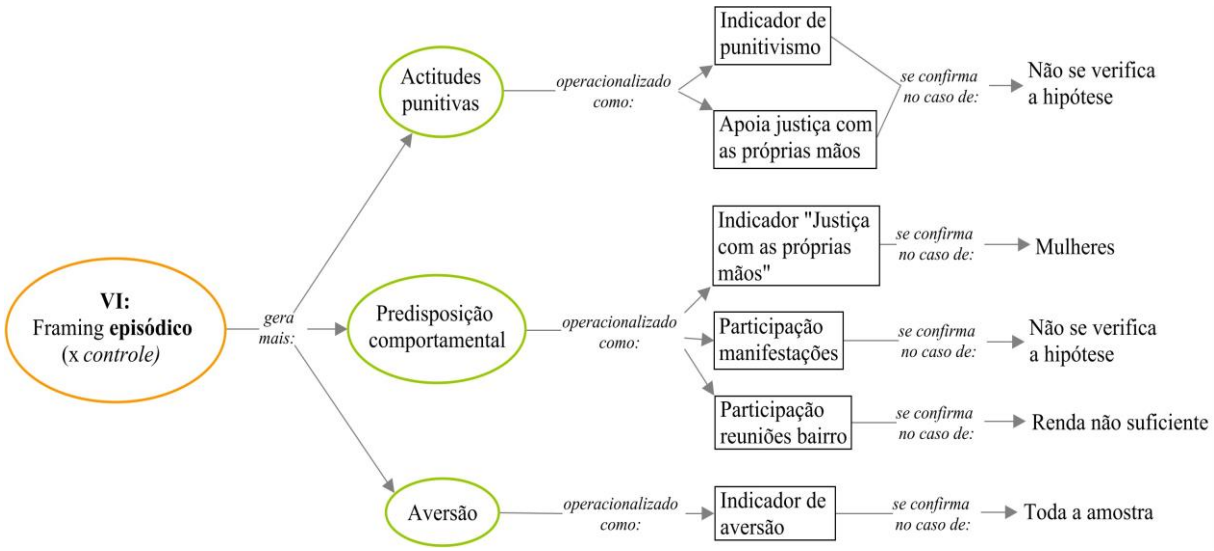
Fonte: Elaboração própria
VI dicotómica: Controle = 0; Episódico = 1. Categoria de referência: *framing* episódico
$^{+}$p < 0.1 * p < 0.05, ** p < 0.01, *** p < 0.001

Tabela B 8 – Modelos de regressão ordinal para explicar efeitos heterogêneos nas atitudes punitivas, *framing* temático X grupo controle

Grupo populacional	Grupo de referência	Estimativos	
		Exp (β)	P-valor
Efeito geral	*Framing* temático	.490	.053*
Sexo = Homen	*Framing* temático	.721	.061^{+}
Escolaridade = Universitário	*Framing* temático	.698	.011*
Escolaridade = Não universitário	*Framing* temático	-1.459	.043*
Religião = Não católica	*Framing* temático	1.050	.006*
Renda = Suficiente	*Framing* temático	.580	.036*
Confiança na mídia = Nada ou pouca	*Framing* temático	.684	.040*
Vitimização = Não	*Framing* temático	.614	.035*

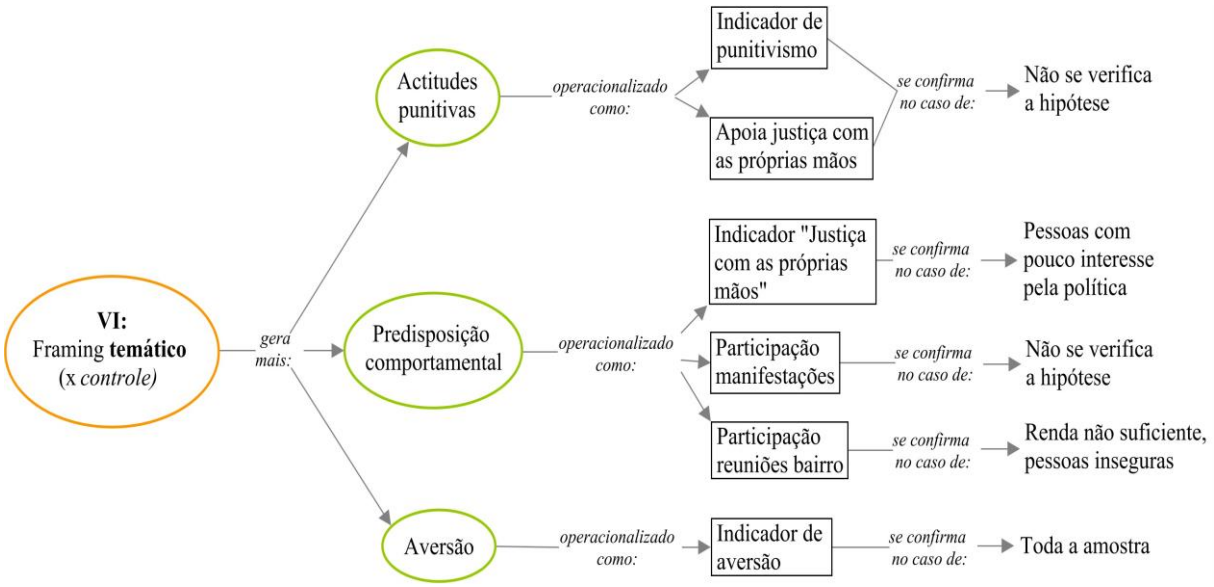
Fonte: Elaboração própria
VI dicotómica: Controle = 0; Temático = 1. Categoría de referência: *framing* temático
$^{+}$p < 0.1 * p < 0.05, ** p < 0.01, *** p < 0.001

Figura 4 – Representação gráfica do teste das hipóteses para o caso da Costa Rica, contraste *framing* episódico X controle



Fonte: elaboração própria

Figura 5 – Representação gráfica do teste das hipóteses para o caso da Costa Rica, contraste *framing* temático X controle



Fonte: elaboração própria

APÊNDICE C - material complementar dos resultados do Brasil

Tabela C 1 – Estatística descritiva das variáveis moderadoras no Brasil

Variáveis dependentes	N		Média	Mediana	Moda	Desvio padrão	Mín.	Máx.	Percentis	
	Válido	Perdido							25	75
Sexo	340	0	0,55	1	1	,499	0	1	0	1
Idade	340	0	27,96	25	19	9,907	17	68	20	32
Nível de escolaridade	340	0	7,62	7	7	1,380	2	9	7	9
Raça	340	0	2,17	2	1	1,326	1	7	1	3
Tendência ideológica	340	0	3,76	3	1	2,276	1	10	2	5
Religião	340	0	6,92	10	1	4,574	1	13	1	11
Renda	340	0	2,18	2	2	,943	1	5	2	3
Confiança na mídia	340	0	2,14	2	2	,862	1	5	1	3
Confiança no sistema judiciário	340	0	2,19	2	2	,932	1	5	1	3
Confiança na polícia	340	0	1,99	2	2	,896	1	5	1	3
Interesse por política	340	0	3,97	4	5	1,138	1	5	3	5
Vitimização	340	0	1,74	2	2	,439	1	2	1	2
Percepção de segurança	340	0	2,79	3	3	,707	1	4	2	3

Fonte: elaboração própria
País: Brasil

Tabela C 2 – Balanceamento dos grupos de tratamento e controle: ANOVA

Variável	Grupo episódico	Grupo temático	Grupo controle	P valor da diferença
Idade				
Sexo	1.51	1.39	1.47	F = 1.514, p = .222
Escolaridade	7.71	7.52	7.65	F = .541, p = .582
Tendência ideológica	3.66	3.91	3.70	F = .379, p = .685
Renda	2.03	2.31	2.16	F = 2.268, p = .105
Confiança na mídia	2.21	2.10	2.11	F = .525, p = .592
Confiança no Sistema Judiciário	2.36	**2.03**	2.22	F = 3.519, p = .031*
Confiança na policia	2.03	1.99	1.97	F = .134, p = .874
Interesse na política	4.07	3.79	4.06	F = 2.219, p = .110
Vitimização	1.68	1.71	1.81	F = 3.007, p = .051
Percepção de segurança	2.80	2.79	2.77	F = .066, p = .936

Fonte: elaboração própria
País: Brasil

Tabela C 3 – Estatística descritiva das variáveis dependentes

Variáveis dependentes	N		Média	Mediana	Moda	Desvio padrão	Mín.	Máx.	Percentis	
	Válido	Perdido							25	75
Atitudes punitivas										
Indicador de punitivismo	340	0	34,57	33	0	23,432	0	100	17	50
Justifica a justiça com suas próprias mãos	340	0	21,46	10	0	26,417	0	100	0	36
Predisposição comportamental punitiva										
Indicador de justiça com as próprias mãos	325	15	13,58	0	0	20,313	0	100	0	25
Participaria em manifestação	325	15	65,85	75	100	31,532	0	100	50	100
Participaria de reuniões de bairro	325	15	71,31	75	75	26,964	0	100	50	100
Emoções										
Ansiedade	340	0	66,63	70	100	27,439	0	100	48	89
Aversão	340	0	40,37	39	0	30,381	0	100	11	64

Fonte: elaboração própria
País: Brasil

Tabela C 4 – Prova de hipóteses ANOVA e Kruskal-Wallis

Variáveis dependentes	Média (Desvio Padrão)				Prova de hipóteses Significância	
	Controle	Episódico	Temático	Total	ANOVA	Kruskal-Wallis
Atitudes						
Indicador de punitivismo	37,18 (23,67)	32,49 (22,09)	33,37 (24,14)	34,57 (23,43)	,267	.294
Justifica a justiça com as próprias mãos	21,50 (27,07)	22,09 (25,64)	20,93 (26,52)	21,46 (26,42)	,952	.559
Predisposição comportamental						
Indicador de Justiça com as próprias mãos	13,52 (19,19)	14,03 (22,71)	13,27 (19,64)	13,58 (20,31)	,966	.959
Participaria em manifestação ou protesto	65,16 (30,91)	70,28 (29,96)	63,05 (33,26)	65,85 (31,53)	,245	.292
Participaria de reuniões de bairro	73,57 (25,57)	72,5 (26,51)	67,92 (28,64)	71,31 (26,96)	,257	.381
Emoções						
Aversão	21,75 (24,44)	53,63 (27,75)	50,24 (28,19)	40,37 (30,38)	,000***	.000***
Ansiedade	54,03 (27,25)	77,34 (23,92)	71,92 (24,99)	66,63 (27,44)	,000***	.000***

Fonte: Elaboração própria
País: Brasil
$^{+}p < 0.1$ * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Tabela C 5 – Provas *post hoc* Tukey e Bonferroni para comparação de médias de emoções

Variáveis dependentes			Diferença de médias	Erro padrão	HSD Tukey	Bonferroni
Aversão	Episódico	Controle	31.886*	3,621	,000***	,000***
		Temático	3,397	3,698	,629	1,000
	Temático	Controle	28.489*	3,409	,000***	,000***
		Episódico	-3,397	3,698	,629	1,000
Ansiedade	Episódico	Controle	23.310*	3,470	,000***	,000***
		Temático	5,423	3,545	,278	,381
	Temático	Controle	17.888*	3,267	,000***	,000***
		Episódico	-5,423	3,545	,278	,381

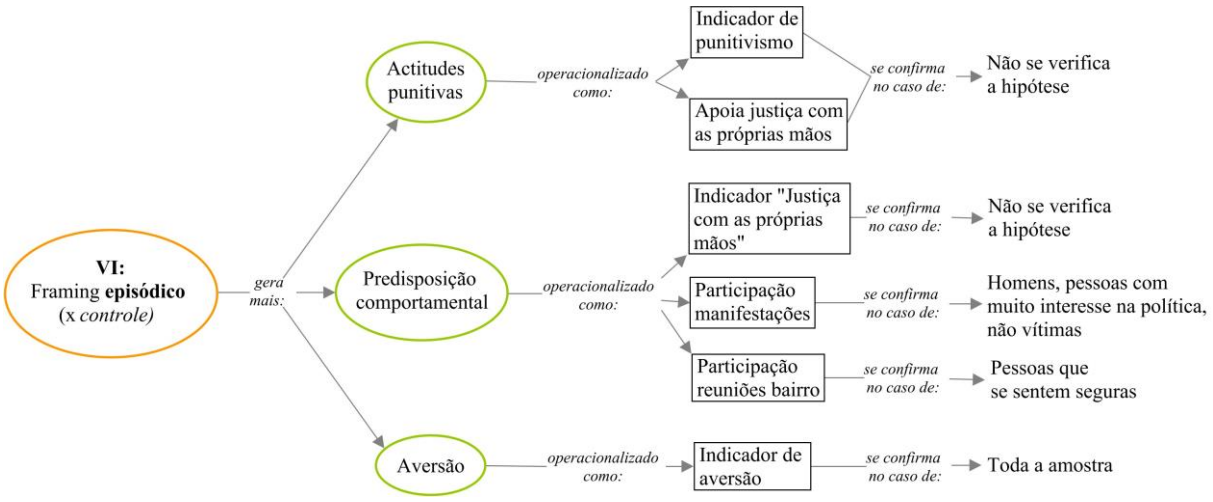
Fonte: Elaboração própria
País: Brasil
$^{+}$p < 0.1 * p < 0.05, ** p < 0.01, *** p < 0.001

Tabela C 6 – Modelos de regressão ordinal para explicar efeitos heterogéneos na predisposição de participação convencional, *framing* episódico X temático

Grupo populacional	Variáveis independentes	Estimativos	
		Exp (β)	P - valor
VD = Participação em protestos			
Sexo = Mulher	*Framing* episódico	-.413	.239
Sexo = Homen	*Framing* episódico	-.457	.234
Percepção de segurança = Seguro	*Framing* episódico	-1.326	.007*
Percepção de segurança = inseguro	*Framing* episódico	.005	.986
Vítimas = Sim	*Framing* episódico	.556	.249
Vítimas = Não	*Framing* episódico	-.829	.008**
VD = Participação em reuniões de bairro			
Sexo = Mulher	*Framing* episódico	-.662	.065^{+}
Sexo = Homen	*Framing* episódico	.043	.911
Percepção de segurança = Seguro	*Framing* episódico	-1.038	.032*
Percepção de segurança = inseguro	*Framing* episódico	.051	.869
Vítimas = Sim	*Framing* episódico	.341	.472
Vítimas = Não	*Framing* episódico	-.551	.075^{+}

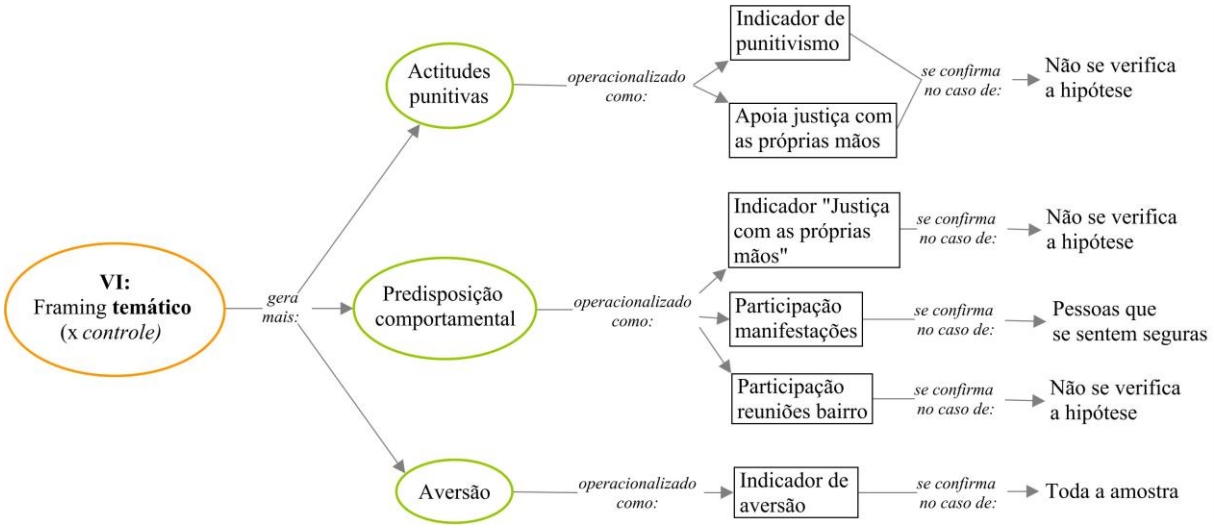
Fonte: Elaboração própria
VI dicotómica: Temático = 0; Episódico = 1. Categoria de referência: *framing* episódico
$^{+}$p < 0.1 * p < 0.05, ** p < 0.01, *** p < 0.001

Figura 6 – Representação gráfica do teste das hipóteses para o caso do Brasil, contraste *framing* episódico X controle



Fonte: Elaboração própria

Figura 7 – Representação gráfica do teste das hipóteses para o caso do Brasil, contraste *framing* temático X controle



Fonte: Elaboração própria